



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAES
MESTRADO PROFISSIONAL**

CLAUDIA PATRÍCIA DA NÓBREGA NUNES PEREIRA

**SAÚDE MENTAL E TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA: O CENTRO REFERÊNCIA EM ATENÇÃO À SAÚDE COMO
POLÍTICA INTERNA DE ACOLHIMENTO AOS MORADORES DA RESIDÊNCIA
UNIVERSITÁRIA**

JOÃO PESSOA - PB

2022

CLAUDIA PATRÍCIA DA NÓBREGA NUNES PEREIRA

**SAÚDE MENTAL E TRAJETÓRIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA: O CENTRO REFERÊNCIA EM ATENÇÃO À SAÚDE COMO
POLÍTICA INTERNA DE ACOLHIMENTO AOS MORADORES DA RESIDÊNCIA
UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Uyguaciara Veloso Castelo Branco

JOÃO PESSOA - PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436s Pereira, Claudia Patricia da Nobrega Nunes.

Saúde mental e trajetória estudantil na Universidade Federal da Paraíba: o Centro Referência em Atenção à Saúde como política interna de acolhimento aos moradores da Residência Universitária / Claudia Patricia da Nobrega Nunes Pereira. - João Pessoa, 2022. 148 f. : il.

Orientação: Uyguaciara Veloso Castelo Branco.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Política de assistência estudantil. 2. Saúde mental. 3. Sofrimento mental. 4. Adoecimento mental. 5. Educação superior. I. Branco, Uyguaciara Veloso Castelo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378:613.8(813.3) (043)

CLAUDIA PATRÍCIA DA NÓBREGA NUNES PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Aprovada em: 31 / 08 / 2022

BANCA EXAMINADORA



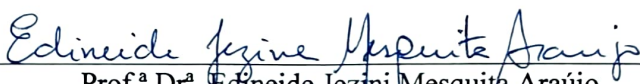
Prof.ª Dr.ª Uyguciana Veloso Castelo Branco
Presidente/Orientadora – PPGAES/CE/UFPB



Prof. Dr. Ronaldo Bezerra de Queiroz
Titular externo – PMPG/CCS/UFPB



Prof.ª Dr.ª Mariana Lins de Oliveira
Titular interno – PPGAES/CE/UFPB



Prof.ª Dr.ª Edineide Jezini Mesquita Araújo
Suplente – PPGAES/CE/UFPB

A meus filhos queridos Isabelle e Kaio, amores da minha vida que, em suas orações sempre pediam por mim e pela minha conquista acadêmica.

A Fábio, meu querido e amado esposo, que tanto me encorajou, torceu e me ajudou a encarar os desafios e seguir com coragem e fé.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o reconhecimento pelo bem que nos fazem, trazendo junto com ele outros sentimentos que nos ligam e nos envolvem como o amor e a amizade. A felicidade de concluir mais uma fase da vida me faz pensar em todos que me ajudaram a atravessar esse caminho, cada um da sua maneira, me guiando e incentivando para a conquista e a glória alcançada na finalização desse ciclo da minha vida. O sentimento de agradecimento a todos que se fizeram presentes em minha vida me ajudando e me incentivando invade meu coração me fazendo expor muita felicidade e minha gratidão.

Quero em primeiro lugar agradecer a Deus, que me protege, guia meus passos, ilumina minha vida, que me presenteou com uma família maravilhosa e me permite cumprir cada ciclo da minha vida, me fortalecendo e encorajando para superar as adversidades que surgem na minha jornada, protegendo os meus familiares e nos livrando de todo o mal.

Agradeço a meu amado e saudoso pai, que deixou um carinho imenso guardado dentro do meu coração. Sempre incentivou os filhos aos estudos, a procurar vencer os obstáculos e superar os sofrimentos. Sei que está cuidando de mim e de toda a família e estará sempre ao nosso lado.

A minha mãe, que no decorrer do processo acadêmico, entendeu e aceitou minhas ausências com amor e carinho, grata pela compreensão minha mãezinha! A minhas irmãs, meu irmão, sobrinhos, cunhados, que me ajudaram a me manter firme me apoiando e me fortalecendo para a conquista tão almejada.

Agradeço a minha querida orientadora Prof^a Dr^a Uyguciara Veloso Castelo Branco, pela sua presença carinhosa, dedicada, generosa e comprometida. Gratidão por me manter confiante quanto a minha capacidade e guiar meu caminho como pesquisadora. Sua atenção e estímulo me ajudaram a acreditar que eu conseguiria transpor todas as dificuldades e conquistaria o esperado sucesso.

Grata ao professor Prof.^a Dr. Ronaldo Bezerra de Queiroz que aceitou fazer parte da minha banca avaliadora, com sua presença ética, sensível, generosa, competente, intervindo de maneira relevante para o sucesso do estudo.

Gratidão ao Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares, que fez parte de minha trajetória no decorrer do mestrado, e pela oportunidade de participar da banca de Qualificação do estudo, me proporcionando usufruir de seus conhecimentos, de sua leitura ética e comprometida. Obrigada pelas contribuições e gentileza.

Agradecida a Prof^a. Mariana Lins de Oliveira, que aceitou fazer parte da minha banca de defesa, sendo uma honra para mim a oportunidade de aquisição de suas valorosas contribuições para o engrandecimento do nosso estudo.

Agradeço a UFPB pelo investimento em minha qualificação e pela oportunidade de aquisição de conhecimento que contribuirá para uma melhor qualidade do meu trabalho como servidora, como também meus agradecimentos a todos os professores que fazem parte do MPPGAES, que colaboraram com muita relevância para meu crescimento como discente, em um período mundialmente difícil para mim e para todos que vivenciamos a pandemia. Gratidão e respeito em especial ao Prof. Dr. Luiz de Sousa Júnior que nos deixou de forma prematura por consequência deste período tão difícil de sofrimento e dor para tantas famílias.

Meu muito obrigado aos amigos e colegas da turma de mestrado, pelos conhecimentos compartilhados e pela torcida contínua pelo sucesso de cada trajetória e cada conquista alcançada.

Agradeço aos amigos e colegas do CRAS que me encorajaram a me manter firme na busca por conhecimento, em especial a Jaqueline Macêdo que me incentivou a me inscrever no programa e a me manter firme no caminho acadêmico.

Meu agradecimento à comunidade moradora da RUMF, alunos que me ajudaram a realizar a pesquisa, ao se comprometer em responder aos questionamentos durante parte de seu tempo livre, compartilhando suas experiências que tornaram possíveis a realização desse trabalho. Sem suas contribuições jamais seria possível finalizar o estudo. Nunca me esquecerei de vocês e sempre estarei como servidora pronta para ajudar em suas trajetórias.

E finalmente agradeço ao meu esposo Fábio, apoio e maior incentivador da minha trajetória, com sua presença e sua fortaleza, amparando e ajudando, sobretudo nas necessárias ausências que fizeram parte do processo acadêmico. Aos meus amores Belle e Kaio, agradeço todas as orações e os abraços apertados ofertados sempre que me sentia esgotada, para que eu me sentisse mais fortalecida e conseguisse vencer cada dificuldade.

Se entendermos que o sofrimento é um momento de existência e que não pode ser eliminado, se percebermos que a dor e a doença, física e mental, pertencem à vida e que a vida é tecida de alegrias e tristezas, então podemos nos tornar responsáveis por nós mesmos, enquanto sofrermos, e dizer sim à vida, apesar de tudo (VENTURINI; GOULART, 2016).

RESUMO

Pesquisas relacionadas à saúde mental do estudante universitário têm crescido nos últimos anos e se tornado um tema importante para investigação e análise devido as consequências que esse adoecimento desencadeia na vida universitária e, por conseguinte à instituição. O sofrimento mental na educação superior acomete uma parcela cada vez maior de estudantes, influenciando a fase de transição para vida adulta, repleta de responsabilidades, deveres e exigências para formação profissional, atingindo o desempenho acadêmico dos mais vulneráveis nos aspectos psicológicos que o contexto universitário proporciona, nos instigando a buscar as causas do sofrimento mental e a solução para um melhor enfrentamento dos desafios e adaptação da vida acadêmica pelos estudantes em suas vulnerabilidades. Nessa perspectiva foi definido como objetivo principal da pesquisa analisar os transtornos relativos à saúde mental apresentado pelos estudantes universitários, moradores da Residência Universitária atendidos no CRAS, e sua relação com a sua trajetória acadêmica nos cursos da UFPB. Utilizamos o método exploratório-descritivo a partir do levantamento de fontes bibliográficas, documentais e análise dos questionários aplicados, tendo como referencial metodológico a Análise de Conteúdo (Bardin, 2010). Identificamos com esse estudo que existem vulnerabilidades associadas à saúde mental dos estudantes-residentes que procuram o CRAS, que promovem sofrimentos que fragilizam o desempenho e consequentemente a trajetória acadêmica dos estudantes. Foi observado que a assistência psiquiátrica proporcionada pelo CRAS promove uma resposta positiva e melhora do bem-estar mental dos acompanhados pelos profissionais. Como produto dessa dissertação, foram propostos elementos gerais que facilitariam à implementação e desenvolvimento de um programa de atuação multiprofissional, envolvendo diversos atores no resgate a saúde mental acadêmica e a criação de uma Cartilha de boas práticas voltada aos estudantes da Residência Universitária, de acordo com os elementos apontados na pesquisa.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; saúde mental; sofrimento e adoecimento mental; educação superior; trajetória acadêmica.

ABSTRACT

Research related to university students' mental health has grown in recent years and has become an important topic for investigation and analysis due to the consequences that these illnesses trigger on university life and, therefore, on the institution. Mental suffering in higher education affects an increasing number of students, influencing the transition phase to adulthood, full of responsibilities, duties and requirements for professional training, reaching the academic performance of the most vulnerable in the psychological aspects that the university context provides, urging us to seek the causes of mental suffering and the solution that allows students in their vulnerabilities to better face the challenges and adapt to academic life. From this perspective, the main objective of the research has been defined to analyze the disorders related to mental health presented by university students, residents of the University Residence attended at CRAS, and their relationship with their academic trajectory in UFPB courses. We used the exploratory-descriptive method from the survey of bibliographic and documentary sources and analysis of the applied questionnaires, having as a methodological reference the Content Analysis (Bardin, 2010). We identified with this study that there are vulnerabilities associated with the mental health of student-residents who seek CRAS, which promote suffering that weakens the performance and consequently the academic trajectory of students. It was observed that the psychiatric care provided by CRAS promotes a positive response and improves the mental well-being of those accompanied by professionals. As a product of this dissertation, general elements were proposed that would facilitate the implementation and development of a multiprofessional action program, involving several actors in the rescue of academic mental health and the creation of a booklet of good practices aimed students of the University Residence, according to the elements pointed out in the research.

Keywords: Student Assistance Policy; mental health; suffering and mental illness; college education; academic trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contexto temporal estudado do período de 2019 a 2021.....	21
Figura 2- Descrição do ano de início do curso dos estudantes pesquisados.....	87
Figura 3 - Representação das respostas ao desejo de trancamento ou desistência do curso.....	88
Figura 4 - Representatividade pela escala de Likert de respostas sobre dificuldades de relacionamento.....	94
Figura 5- Representatividade pela escala de Likert de alunos que responderam sobre relações entre companheiros de moradia e outros moradores da RUMF.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Descrição dos estudantes conforme variáveis sociodemográficas.....	83
Tabela 2- Descrição da localidade de origem dos estudantes pesquisados.....	85
Tabela 3- Descrição dos Centros e Cursos dos estudantes pesquisados.....	85
Tabela 4 – Descrição do CRA dos estudantes pesquisados.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento junto ao Portal de Periódicos CAPES utilizando os descritores aplicados.....	23
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2 - Representatividade pela escala de Likert das respostas sobre discriminação sofrida.....	93
Gráfico 3 - Descrição das respostas sobre redes de apoio procuradas em caso de dificuldade.....	97
Gráfico 4 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a existência de algum conflito relacionado a sua orientação sexual.....	98
Gráfico 5 - Descrição das respostas dos alunos sobre redes de apoio procuradas em caso de conflitos.....	99
Gráfico 6 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a se os alunos possuem uma boa concentração na sua rotina acadêmica.....	100
Gráfico 7 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a preservação do sono e repouso dos alunos pesquisados.....	100
Gráfico 8 - Descrição das respostas dos alunos sobre a utilização de medicação em situações conflitantes.....	102
Gráfico 9 - Descrição das respostas dos alunos sobre número de disciplinas e períodos trancados durante o curso de graduação.....	109

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRA	Coeficiente de Rendimento Acadêmico
CRAS	Centro de Referência em Atenção à Saúde
COAPE	Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis
CONSUNI	Conselho Superior da UFPB
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EAD	Educação a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPIS	Equipamentos de Proteção Individuais
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MPPGAES	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio

OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PRAC	Pró Reitoria de Assuntos Comunitários
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROEX	Pró Reitoria de Extensão
ProUni	Programa Universidade para Todos
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RUFET	Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira
RUMF	Residência Universitária Masculina e Feminina
SAS	Serviço de Atenção à Saúde
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRU	Superintendência dos Restaurantes Universitários
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CAMINHO METODOLÓGICO BASEADO NA PROBLEMÁTICA.....	18
2.1	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	19
2.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	19
2.3	CONTEXTO DO ESTUDO.....	20
2.4	PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	21
2.5	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	22
2.6	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	25
2.7	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	27
3	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.....	29
3.1	UFPB NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA.....	39
3.2	POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	41
3.2.1	Acesso a ampliação da permanência: Residência Universitária.....	47
3.2.2	Residência Universitária Masculina e Feminina.....	51
3.2.3	Benefício à saúde acadêmica: Centro de Referência em Atenção à Saúde.....	52
4	SAÚDE MENTAL E SEU CONTEXTO.....	57
4.1	FOUCAULT E O DOMÍNIO DISCIPLINADOR DA SAÚDE MENTAL PELO BIOPODER.....	63
4.2	SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM A VIDA ACADÊMICA.....	66
4.2.1	Desempenho acadêmico como indicador de qualidade da educação.....	74
5	REFLETINDO SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS.....	80
5.1	REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS.....	81
5.2	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	82
5.3	DANDO VOZ AOS ATENDIDOS.....	87

5.3.1	Categoria Educação Superior - Assistência Moradia e vulnerabilidade social.....	87
5.3.2	Categoria Saúde Mental – Entraves no percurso acadêmico - Sofrimento e adoecimento mental.....	92
5.3.3	Categoria Trajetória acadêmica.....	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	127
	APÊNDICE A - CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL.....	128
	APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	130
	ANEXOS.....	138
	ANEXO A – TCLE.....	139
	ANEXO B - RESPOSTA DA PRG/UFPB A SOLICITAÇÃO DE DADOS.....	141

INTRODUÇÃO

A conquista da vida acadêmica é uma fase da vida almejada pelas famílias e para a maioria dos jovens estudantes, entendida como caminho para a ascensão social e econômica com a formação profissional. Segundo Trow (2005, p. 05), o crescimento do número de estudantes com perfis socioeconômicos baixos no acesso à educação superior, ocasionado por políticas de estímulo educacionais voltadas para essa categoria, atribuiu o significado de que a educação é um direito e uma obrigação para os estudantes, como também motivador de ingresso no setor econômico da sociedade moderna. O tão desejado ingresso em uma universidade, promove mudanças e adaptações a um modelo acadêmico individualista e competitivo, um espelho da nossa sociedade capitalista, o que pode favorecer nos mais vulneráveis e fragilizados, o desenvolvimento de sofrimentos que levam ao prejuízo da saúde mental e o surgimento em muitos de um adoecimento físico e psicológico explícito.

A própria sociedade contribui para fragilizar o indivíduo mais vulnerável e uma parcela significativa de estudantes apresentam dificuldades de adaptação a realidade universitária, gerando insegurança durante na sua jornada acadêmica, instabilidade e descontentamento com a academia, resultando em sofrimento mental constante àquele sujeito acometido. Para Foucault (1972, p. 80), a sociedade capitalista escolheu o indivíduo como força de produção, controlando não apenas sua consciência e as suas ideologias, mas também o seu biológico. Em uma breve revisão bibliográfica identificam-se pesquisadores e estudiosos (NOGUEIRA, 2017; CERCHIARI *et al.*, 2005; PENHA *et al.*, 2020), como também profissionais que convivem e participam do processo educacional e de assistência a essa comunidade, que enxergam a saúde mental como pauta preocupante nas universidades. Para Castro (2017, p. 383), a universidade é um marco e referência para o estudante quanto ao conhecimento de novas regras, regulamentos e amizades, onde se adaptar a ela desenvolve no estudante um novo perfil e a deficiência de se identificar com essa nova realidade, influencia o desenvolvimento psicológico e social desse indivíduo. Ariño; Bardagi (2018, p. 44) destacam que a adaptação às mudanças de realidade que o ambiente universitário exige, o transforma em local de risco para a fragilização da saúde mental estudantil, sendo importante dar a devida atenção para este problema.

Diante disso, observa-se que o acesso à vida universitária desencadeia estressores relacionados a uma série de demandas como: adaptação a novas responsabilidades, autonomia pessoal, separação do seio familiar e de amizades, mudança na rotina de descanso, exigências e excessos da academia, moradia dentro de uma instituição, entre outras questões,

favorecendo em muitos estudantes a necessidade de orientações ou aconselhamentos e/ou tratamentos psicológicos (ARIÑO; BARDAGI, 2018; CERCHIARI *et al.*, 2005).

A passagem pela Universidade requer do estudante comprometimento na construção de um futuro profissional e um controle emocional do seu cotidiano e realidade. Foucault (1975, p. 6) ao citar Dupré¹, defendia que o surgimento de alguns transtornos físicos involuntários e espontâneos eram ocasionados por origem psicológica, sem justificativa patológica. Para Valdebenito (2017 p. 267) é necessário que, em seu processo acadêmico, o estudante desenvolva habilidades e comportamentos que respondam ao contexto universitário, como também organização individual de seus horários e pensamento crítico. Esta reestrutura de rotina para a academia, em alguns indivíduos, principalmente naqueles que fazem de sua residência a própria instituição que estuda, pode ser entendido como gatilho estressor contribuindo para o desenvolvimento de problemas de ordem psicológica, afetando a saúde dos estudantes universitários, segundo Ariño; Bardagi (2018, p. 44).

A realidade relatada por pesquisadores, como Viapiana *et al.* (2018), Castro (2017), Latorre (2018), Ariño; Bardagi (2018), sobre problemas relacionados a saúde mental entre os estudantes universitários, vivenciamos no cotidiano de atendimento em saúde dos estudantes que procuram o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), local no qual desempenhamos nossas atividades com o cargo de Enfermeira, desde 2016. O CRAS é um setor de saúde que promove um atendimento ambulatorial integrado com diversas especialidades médicas voltadas a promoção de saúde para a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde é proporcionado acesso a um serviço básico de saúde voltado aos docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes que fazem parte da comunidade universitária da UFPB. Situado dentro do campus I da UFPB, surgiu em setembro de 2014, aprovado pelo Conselho Superior da UFPB (CONSUNI), anteriormente denominado SAS (Serviço de Atenção à Saúde)².

O CRAS é um órgão suplementar da Reitoria e tornou-se uma nova concepção de atendimento integrado ambulatorial, partindo dos princípios básicos da Política Nacional de Promoção da Saúde³. Oferta prestação de atendimentos em saúde, com suporte assistencial a demanda de usuários que necessitam de atendimento incluindo a saúde mental, colaborando para execução dos programas, de acordo com a sua missão. Por ser um local voltado ao atendimento à saúde da comunidade acadêmica, tornou-se o primeiro acesso na busca por

¹ Ernest Dupré, psiquiatra francês em sua obra *La Constitution Emotive* (1911).

² Informações encontradas no site: <https://www.ufpb.br/cras>.

³ Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria687_30_03_06.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

assistência pelos estudantes, principalmente nos momentos de maior vulnerabilidade, em especial os graduandos moradores da Residência Universitária da UFPB.

A Residência Universitária Masculina e Feminina da UFPB (RUMF) foi construída para acolher e oferecer condições básicas de permanência aos estudantes, como também a facilitação do seu acesso a universidade⁴. Segundo o Regimento Interno da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 10/2002, que institui o serviço de Residência Universitária art. 2º, a Residência Universitária é um serviço temporário, oferecido pela UFPB, destinado exclusivamente a estudantes dos cursos de graduação de reconhecida necessidade, oriundos de outros municípios, visando o apoio às suas atividades acadêmicas⁵. A RUMF, como outras residências universitárias, tem como propósito assegurar condições básicas para o desenvolvimento das capacidades de permanência na vida acadêmica enquanto perdurar o curso de graduação, adquirindo esse direito, através da inscrição e submissão das regras dos editais de seleção lançados para oferecer ao alunado vagas para a residência universitária e auxílio-alimentação. Localizada em proximidade com o CRAS, se tornou ponto de apoio e segurança em relação a procura por atendimento de saúde.

Durante a rotina de serviço, percebemos cada vez mais um número crescente de atendimentos a jovens fragilizados e adoecidos mentalmente, acompanhados de sintomas físicos de adoecimento, em especial os moradores da Residência Universitária. Realidade que, por muitas vezes, se tornava corriqueira esperarmos essa demanda aumentada, principalmente em finais de semestre, períodos que acreditamos serem os que provocam maiores estressores ao alunado, evidenciado na procura pelo serviço, no aparecimento de sintomas psicossomáticos importantes e por vezes incapacitantes, envolvendo, além do sofrimento mental, o acompanhamento de adoecimentos físicos como: distúrbios gástricos, hipertensões, taquicardias, desmaios, entre outros. Observávamos, em alguns casos, que a demonstração de empatia pela história relatada promovia, na maioria dos casos, o alívio e até o desaparecimento de sintomas clínicos há pouco exacerbados. A escuta de suas histórias deixa claro que são exaltados o desejo de abandono do curso escolhido ou dúvidas quanto a sua capacidade individual de manter-se na vida acadêmica, e apontam como evidente o quanto o sistema deve estar em atenção constante para surgimento de alunos em vulnerabilidade, pois corremos o risco de que os mais fragilizados terminem sendo excluídos da vida acadêmica tão almejada.

⁴Disponível em: <<https://www.ufpb.br/prape/contents/legislacao/resolucao-do-consuni-10-de-2002-servicco-da-residencia-universitaria-da-ufpb.pdf/view>>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁵Disponível em: <<https://www.ufpb.br/prape>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Esse cenário despertou-nos o interesse em pesquisar e entender melhor o processo da saúde mental que envolve esses jovens, que surgem com sintomas de adoecimento psíquico em uma frequência consideravelmente visível a cada ano letivo cumprido. Demanda que provoca ainda pouca sensibilidade de uma boa parte da sociedade, uma vez que a juventude do aluno é vista como uma fase da vida ainda de pouca responsabilidade e preocupações para o indivíduo, não sendo levados a sério seus adoecimentos ou situações de estresse. A observação da atual população estudantil que procura o serviço dentro do ambulatório do CRAS e seu sofrimento mental evidenciado em falas, gestos e ações, reproduz relatos de sofrimentos, fragilidades e dificuldades quanto a adaptação e desempenho acadêmico e que, muitas vezes, é visto pelos colegas ou por docentes como fraqueza ou bobagem, mas se não for investido e trabalhado prejudicará cada vez mais estudantes.

Segundo Ariño; Bardagi (2018, p. 45), possíveis fatores acadêmicos possibilitam estresses e condição de risco para a saúde e adoecimento mental dos estudantes universitários, levando ao crescimento pela procura do atendimento em saúde, por estarem esgotados e em busca por ajuda física e mental, para amenizar o sofrimento emocional desencadeado, promovendo, em uma considerável parcela dessa população, relatos de diminuição do rendimento acadêmico, insatisfação e até mesmo desejo de evasão dos cursos e da instituição universitária. Segundo Chauí (2001, p. 39, 40), a universidade se adaptou e se tornou parte legítima da sociedade oligárquica e autoritária, limitando-se a condição de prestadora de serviços, onde seus discentes, na sua maioria, aceitam o que as direções universitárias oferecem, fragilizando o ensino e desgastando o indivíduo.

Muitos estudantes enfrentam várias dificuldades emocionais simultaneamente, como confirmam dados apresentados pela ANDIFES (2018, p. 204)⁶, destacando-se que, entre os estudantes que reportam dificuldades emocionais, 11,1% encontram-se em tratamento psicológico, 63,7% relatam que, mesmo apresentando fragilidades, nunca procuraram atendimento psicológico e 7,5% fazem uso de medicação psiquiátrica. Para a pesquisa, os problemas relacionados à saúde mental são associados as dificuldades dos estudantes para estudar, sendo que um total de 83,5% dos estudantes entrevistados confirma vivenciar dificuldades emocionais que interferem na sua vida acadêmica.

Sahão (2019, p. 21) destaca que o estudante deve entender que situações de conflitos, desmotivadoras e desgastantes, que são estressantes na vida acadêmica, podem, no futuro,

⁶ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em apresentação da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018 realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

estarem presentes no mercado de trabalho do futuro egresso, indicando a necessidade cada vez maior da academia orientar e apoiar os estudantes a lidarem com essas situações, visto que continuarão se deparando com elas durante toda a sua vida, exaltando a relevância de medidas e intervenções no ambiente universitário, para diminuir as vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes. A construção de uma rede de ajuda voltada à problemática da saúde mental acolheria como também melhoraria a qualidade do aproveitamento do ensino, bem-estar e fortalecimento mental dos estudantes, contribuindo para uma melhor adaptação ao ambiente e maior estabilidade emocional.

O sofrimento mental apresentado por uma quantidade cada vez maior de estudantes influencia sua própria independência e autonomia, como também, no aproveitamento das oportunidades de aprendizado, relacionamentos, vínculos com colegas e docentes, segundo Castro (2017, p. 381 - 383), fatores estes que influenciam na vida futura como profissional.

Ingressar no Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior (MPPGAES) fortaleceu nossa vontade de não apenas buscar o progresso profissional, técnico, científico e pessoal, como também levar a contribuição para o aprofundamento da problemática e apresentar propostas para o desenvolvimento de soluções que, ao serem investidas e inseridas na instituição, servirão como reforço para a jornada acadêmica dos estudantes na nossa instituição.

Esta temática se faz atual e pertinente tendo em vista que o crescimento de estudantes apresentando fragilidades, que induzem a patologias reais e debilitantes no aspecto social, físico e mental, é vislumbrado a cada período, apresentando indivíduos em situação de desânimo, inquietação, conflito e perturbação psíquica, o que nos desperta o interesse em pesquisar e entender melhor esse processo de adoecimento físico/mental que os envolve, investigando a Saúde Mental, dentro do contexto do aluno que se encontra na Residência Universitária, longe da família, dos amigos e de suas referências, morando em uma instituição, contemplados por políticas de assistência estudantil.

Portanto, esta pesquisa tem por finalidade aprofundar a discussão sobre quais são as causas que promovem a fragilização da saúde mental e que levam a busca dos estudantes universitários pelo acesso aos serviços prestados pelo ambulatório do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS), qual o papel da Universidade nesse processo para garantir a permanência destes alunos e se o desempenho acadêmico desses estudantes pode ser prejudicado, sacrificando assim o sucesso de sua trajetória acadêmica rumo a profissionalização tão sonhada.

Acreditamos que essa pesquisa tenha uma grande relevância para a Universidade, quanto ao aperfeiçoamento da qualidade da assistência prestada aos estudantes das instituições de ensino superior, como também para a comunidade universitária, pois pretende identificar causas, fragilidades e vulnerabilidades, as quais esses estudantes enfrentam, contribuindo para melhorar o nível de informações acerca do tema associado às universidades e, assim, apresentar propostas de melhoria para a saúde mental acadêmica.

A saúde mental do estudante universitário merece ser ainda muito debatida, pois além de ser um assunto de grande relevância, pode interferir no seu desempenho desencadeando consequências indesejáveis à trajetória acadêmica dos estudantes fragilizados, e se encontra cada vez mais presente na comunidade universitária da UFPB. O acolhimento realizado pelo CRAS, diariamente, a essa demanda significativa de estudantes à procura do serviço, apresentando sintomas psicossomáticos importantes e por vezes incapacitantes, nos traz o interesse na análise dessa questão. Diante destas percepções acerca desses indivíduos observados, surge o seguinte questionamento norteador da pesquisa: Em que medida os transtornos relativos à saúde mental poderiam interferir na trajetória acadêmica dos estudantes universitários moradores da Residência Universitária, atendidos pelo CRAS?

Dessa maneira, nossa pesquisa tem por **objetivo geral** analisar os transtornos relativos à saúde mental apresentados pelos estudantes universitários, moradores da Residência Universitária atendidos no CRAS, e sua relação com a sua trajetória acadêmica nos cursos da UFPB.

Como desdobramentos da pesquisa, são nossos **objetivos específicos**:

- a) Caracterizar as queixas e quadros clínicos dos estudantes universitários, moradores da Residência Universitária que procuraram o serviço de atendimento do CRAS, no período de 2019 a 2021;
- b) Investigar a trajetória acadêmica dos estudantes universitários moradores da Residência Universitária que procuram o serviço de atendimento do CRAS;
- c) Identificar as vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade estudantil no âmbito da vida acadêmica universitária;
- d) Descrever as ações desenvolvidas pelo CRAS para suprir a necessidade de assistência em saúde mental de acordo com a sua missão;
- e) Propor os elementos gerais que possam facilitar a implementação de um programa multiprofissional de cuidado em saúde mental e a criação de uma Cartilha de Boas Práticas em Saúde Mental, voltada aos estudantes da Residência Universitária.

A partir da investigação e obtenção de resultados relacionados ao objetivo geral e aos objetivos específicos, teremos condições de análise e reflexões quanto a relação entre saúde mental, desempenho e trajetória acadêmica dos estudantes moradores da Residência Universitária. Dessa forma, o seguinte trabalho está estruturado e organizado da seguinte maneira.

O presente **capítulo introdutório**, onde se dispõe a apresentação, introdução da temática da pesquisa, a problematização, juntamente com a exposição do objetivo geral e os objetivos específicos. Encontramos nesse capítulo a exposição da importância de se investigar o tema Saúde Mental estudantil, suas singularidades e suas consequências para a vida acadêmica dos estudantes, tendo como resultado possíveis aumentos de evasões, baixo desempenho, prolongamento de cursos, como também observamos o crescente aumento de estudantes apresentando sintomatologia relacionada ao sofrimento mental e consequente extensão dessa morbidade para sua saúde física.

Teremos, por conseguinte, o **segundo capítulo** com a descrição detalhada do caminho metodológico para se chegar aos objetivos referidos para a pesquisa.

No **terceiro capítulo**, tratamos sobre as **Políticas Públicas na Educação Superior no Brasil e a sua caracterização histórica**, em que apresentamos uma discussão sobre o contexto atual da Educação Superior brasileira quanto às Políticas Públicas, tendo como foco de análise as Políticas de Assistência Estudantil e a caracterização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com ênfase na assistência à saúde e sua relação com as categorias **desempenho, trajetória acadêmica e saúde mental**.

No **quarto capítulo**, abordamos questões relacionadas à **Saúde Mental e seu contexto**, onde tratamos, através de referenciais teóricos, da descrição histórica da Saúde Mental, como também o levantamento das manifestações do sofrimento mental e a associação com os Transtornos Mentais mais comuns e graves e que mais acometem a população mundial e acadêmica. Destacamos no capítulo, as contribuições do filósofo e historiador Foucault quanto à relação de domínio exercida pelos dispositivos disciplinadores voltados ao controle da Saúde Mental na nossa sociedade contemporânea. Ainda dentro do capítulo, desenvolvemos uma investigação quanto a Saúde Mental Acadêmica, em que destacamos a incidência dos transtornos mentais cada vez mais presentes atualmente entre os estudantes das universidades brasileiras, as causas observadas pelos pesquisadores estudados e quais as consequências para os alunos e para a academia.

Para o **quinto capítulo**, intitulado **Refletindo sobre a Saúde Mental dos Residentes universitários**, discorreremos a investigação e apresentação dos dados coletados,

através da pesquisa documental realizada e da análise metódica dos questionários (com questões abertas e fechadas), aplicadas via *Google Forms*, aos participantes da pesquisa que compõem a amostra de estudantes moradores da Residência Universitária atendidos pelo CRAS. Incluímos, também, a observação das trajetórias dos estudantes, através dos dados acadêmicos disponibilizados pelos estudantes. Apresentamos nossos principais referenciais teóricos em diálogo com análise investigativa dos questionários e as categorias pré-estabelecidas.

Por fim, o estudo apresenta através das **Considerações Finais**, a discussão das informações quanto às hipóteses levantadas, objetivos alcançados e limitações encontradas na pesquisa, sendo apresentados como produtos finais do estudo elementos que façam parte de um plano institucional de atendimento aos estudantes assistidos pelo PNAES e a criação de uma Cartilha de Boas Práticas em Saúde Mental, voltada para os estudantes moradores na Residência Universitária, de acordo com os elementos apontados no estudo.

2 CAMINHO METODOLÓGICO BASEADO NA PROBLEMÁTICA

A metodologia é o instrumento primordial para elaboração de um estudo científico, através da apresentação de métodos investigativos, técnicas e procedimentos que conduzem ao alcance de resultados legítimos para a finalização de um trabalho.

A procura pelo conhecimento e resolutividade de um problema na ciência nos leva a utilização da pesquisa científica, em que, através do caminho metodológico, ocorre o direcionamento às respostas necessárias as dúvidas e questões apresentadas em tal estudo, enfatizando que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83). Para Gil (2008, p. 09), o método científico, através das técnicas e procedimentos intelectuais, busca resultados verdadeiros e satisfatórios, sendo a base lógica da investigação. Para o autor, a escolha do método científico depende das características dispostas do objeto ao qual se almeja investigar, o alcance do estudo, os recursos disponíveis à investigação, como também o entusiasmo com o estudo que conduz o pesquisador a veracidade da investigação.

A temática Saúde Mental e sua interferência na trajetória acadêmica do alunado da UFPB nos inquietava há tempos, tornando-se, a cada período letivo, objeto de especial interesse durante a convivência com os estudantes que nos solicitavam atenção e atendimento. Ingressar no Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior (MPPGAES) promoveu uma maior pretensão de aprofundamento nessa temática, como também oportunidade em colaborar para o desenvolvimento de propostas para fortalecer a jornada dos estudantes no enfrentamento desta problemática. Gil (2008, p. 33) nos lembra de que o problema é entendido como uma dificuldade que nos faz perder a tranquilidade e o bem-estar provocando debates e indagações em torno do domínio científico. Marconi e Lakatos (2003 p. 126) compreendem que o problema é uma dificuldade a qual o investigador anseia por encontrar uma solução, sendo necessário, segundo Minayo (2002, p. 17 - 18), o processo investigativo articulado aos conhecimentos ou a outros referenciais, para a busca dessas respostas.

Neste capítulo iremos identificar as etapas metodológicas necessárias para o desenvolvimento do estudo, para uma melhor visualização e entendimento do processo científico do nosso trabalho.

2.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

O estudo partiu de uma problematização identificada em observações preliminares voltadas à questão da saúde mental entre os estudantes universitários, moradores da Residência Universitária da UFPB, instigada pelas categorias pré-definidas – educação superior, saúde mental, sofrimento e adoecimento mental e trajetória acadêmica –, nos conduzindo a procura de elementos que nos dê respostas a problemática. Como método de abordagem que proporcione a base lógica da investigação, tomamos como referência o método indutivo, em que se busca, de acordo com Gil (2008, p. 10), conhecer as causas e relações dos fenômenos e dos fatos pesquisados, para se traçar uma conclusão generalizada para o estudo, “por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis” (GIL, 2008, p. 11). Por meio da verificação cuidadosa e análise das informações que iremos encontrar nas investigações, poderemos ter base científica para chegarmos a respostas para o nosso problema.

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86).

No percurso para a condução do estudo e a procura por métodos que indiquem os meios de procedimento para a investigação, adotamos os métodos observacional e comparativo. O método observacional é considerado, segundo Gil (2008, p. 16), aquele em que o pesquisador observa algo que aconteceu ou que está acontecendo. Segundo o autor, apesar de ser considerado primitivo, para as ciências sociais se torna mais preciso e moderno. O método comparativo resulta da investigação e destaque das diferenças e semelhanças entre os indivíduos, classes, fenômenos ou fatos (GIL, 2008, p. 16), permitindo “analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

2.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para alcançar nossos objetivos quanto a sua natureza, a pesquisa será classificada como qualitativa. A abordagem qualitativa se apresentou como essencial para o estudo, pois promoveu a avaliação dos comportamentos e aspectos sociais envolvidos nos dados obtidos

através das respostas dos estudantes participantes da amostra do estudo. Segundo Oliveira (2011, p. 24), a linha qualitativa captura a essência do fenômeno, esclarecendo suas origens, relações, mudanças e consequências, não se detendo apenas pela sua aparência. Minayo (2002, p. 22), constata que as pesquisas científicas qualitativas promovem a exploração da profundidade das relações, fenômenos e processos, dedicando-se ao âmbito dos valores, crenças, aspirações, atitudes, motivos, entre outros. Para Gil (2008, p. 175), são pesquisas relacionadas ao estudo de caso ou de campo, pesquisa ação ou participante, sendo conferida a análise das inter-relações entre as diferenças e semelhanças e interpretação do pesquisador. Sendo assim, a escolha por essa abordagem é adequada à análise do objeto de estudo, pois envolve questões relacionadas ao autoconhecimento, relacionamentos interpessoais, sentimentos e adaptações vivenciados no ambiente acadêmico.

Quanto aos objetivos da nossa pesquisa, seu caráter será de cunho exploratório e descritivo. Pesquisas exploratórias, para Gil (2008, p. 27), fazem parte de estudos amplos sobre o tema, objetivando proporcionar um panorama aproximado de um determinado caso, tendo como finalidade desenvolver, elucidar e alterar conceitos e ideias, sendo comumente acompanhado por levantamento bibliográfico, documentais, estudo de caso ou entrevistas. Ela promove, segundo Oliveira (2011, p. 21), respostas alternativas para um mesmo caso permitindo um maior conhecimento para a pesquisa.

Quanto seu caráter descritivo, “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). A pesquisa buscou a descrição da população estudantil e da amostra atendida e beneficiada por políticas públicas de assistência estudantil, em especial para o estudo o auxílio da moradia universitária, como também a descrição do contexto histórico e atual da educação superior, a importância do desempenho acadêmico para a avaliação de qualidade da trajetória universitária, descrevendo também o contexto da saúde mental e sua relação com o estudo, visando descobrir a existência de conexões entre as variáveis.

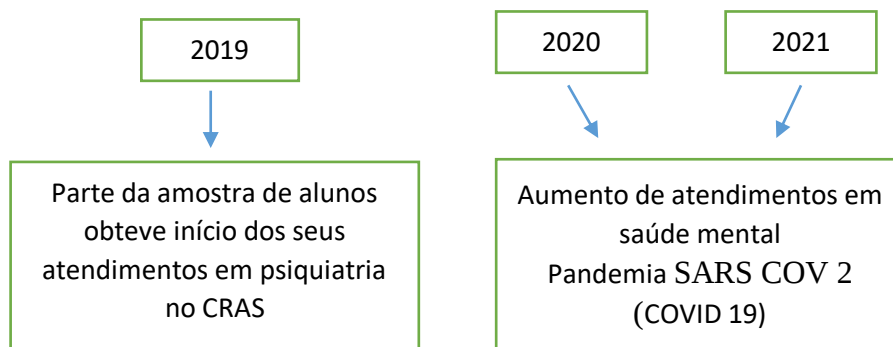
2.3 CONTEXTO DO ESTUDO

Quanto à escolha do objeto de estudo, a pesquisa foi realizada no Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS), situado no Campus I da UFPB, na cidade de João

Pessoa. A escolha se deu ao fato de o local ter uma expressiva demanda de estudantes apresentando à problemática e onde o problema foi observado.

Para nosso estudo, delimitamos o período de investigação documental aos anos de 2019 a 2021. A escolha desse recorte temporal se deve ao início dos atendimentos realizados pelos atuais psiquiatras e psicólogos a uma parte dos estudantes que participam da nossa amostra e que, até os dias atuais, ainda estão em tratamento, ou tiveram alta há pouco tempo, estando ainda em nosso período de estudo, recebendo o auxílio Residência Universitária como moradores da RUMF. Além disso, a Pandemia do vírus SARS COV 2, iniciada a partir do ano de 2020 proporcionou mudanças na rotina acadêmica, suspensão das aulas presenciais e estresse causado pela situação pandêmica, promovendo o aumento da demanda de sofrimentos relacionados à saúde mental na população mundial, refletida também no meio universitário e na procura pelo atendimento em saúde mental, com possíveis prejuízos à trajetória acadêmica dos estudantes pesquisados. Foi utilizado como amostra, os alunos acompanhados pela psiquiatria e psicologia que recebem o auxílio Residência Universitária, e sejam moradores da RUMF. Para um melhor entendimento vide **Figura 1**.

Figura 1 - Contexto temporal estudado do período de 2019 a 2021



Fonte: Elaboração própria, 2021.

2.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A população que fez parte do estudo foi composta por estudantes moradores da RUMF, localizada no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, de ambos os sexos, com idades entre 21 a 38 anos, estando matriculados e assistidos pela PRAPE, em situação de

deferidos e contemplados pela bolsa Residência Universitária, fazendo parte da nossa amostra intencional e por conveniência aqueles estudantes usuários do ambulatório de Saúde Mental do CRAS, apresentando diagnósticos de transtornos mentais, acompanhados pelos profissionais de psiquiatria e psicologia do setor e que consentiram participar do estudo de maneira voluntária. O instrumento de pesquisa foi enviado para 34 (trinta e quatro) estudantes moradores da RUMF, dos quais 20 (vinte) responderam efetivamente o questionário, preenchendo o instrumento. Em um segundo momento, por necessidade de obtenção de maiores informações relacionadas a trajetória acadêmica dos estudantes da amostra, houve novo contato com os entrevistados, obtendo retorno das respostas de apenas 11 (onze) estudantes. Convém salientar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e, conforme as referências do Comitê foi elaborado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi enviado para todos os participantes junto ao questionário, contendo a descrição e os objetivos da pesquisa, além de informações sobre o caráter voluntário da participação, bem como a preservação do seu anonimato (ANEXO A).

2.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados, segundo Gil (2008, p. 50), é o elemento mais importante de uma pesquisa e a aplicação dos instrumentos para coleta de dados, nos proporciona meios técnicos para a investigação do estudo. Quanto a técnica de classificação para a coleta de dados, adotamos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, assim como utilizamos questionários com perguntas abertas e fechadas, para obter dados necessários para análise do estudo.

Segundo Gil (2008, p. 50), as pesquisas bibliográficas permitem ao pesquisador adquirir informações e dados através das diversas fontes que são oferecidas pelo meio acadêmico, devendo ser avaliadas cuidadosamente quanto a sua veracidade e confiabilidade de elementos. Utilizamos referências que permitiram importantes reflexões ao trabalho, tendo destaque as leituras de Foucault (1972), Ristoff (2016), Cunha (2007) e Chauí (1999).

Para o nosso estudo, buscamos fontes como periódicos eletrônicos, manuscritos escritos como artigos, livros, dissertações e teses. Utilizamos as fontes do portal de Periódicos CAPES, do banco de teses e dissertações da Biblioteca Central da UFPB, do banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Políticas Públicas,

Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), do Centro de Educação (CE/UFPB), do Repositório Institucional da UFPB, como também livros e artigos de revistas científicas. As fontes selecionadas para o nosso estudo, através de periódicos on-line, são SciELO, SCOPUS (Elsevier), portais universitários, onde foram aplicados os descritores utilizados estratégicos para a pesquisa: sofrimento e adoecimento mental, saúde mental, educação superior, trajetória e desempenho acadêmico.

Quadro 1 - Levantamento junto ao Portal de Periódicos CAPES utilizando os descritores aplicados
(continua)

TÍTULO E AUTOR(A)	ANO
Desempenho Acadêmico e características sociodemográficas, comportamentais, psicológicas e de formação docente: análise de alunos portugueses da área de negócios. Márcia Juliana da Cunha dos Santos; Estela Maria dos Santos Ramos Vilhena; Ricardo Adriano Antonelli; Alison Martins Meurer.	2020
Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. Joaquim Rangel Lucio Penha; Cleide Correia Oliveira; Ana Virginia Silva Mendes.	2020
Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal. Emília Maria da Trindade Prestes; Luiz de Sousa Júnior.	2017
Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. Clarissa Eckert Baeta Neves; Carlos Benedito Martins.	2016
Relação do Desempenho Acadêmico com Características Observáveis e Experiências Estudantis de Discentes de Ciências Contábeis. Alison Martins Meurer; Daiana Rafaela Pedersini; Ricardo Adriano Antonelli; Iago França Lopes; Nayane Thais Krespi Musial.	2018
Sintomas de depressão, ansiedade e uso de medicamentos em universitários. Karen de Cássia Gomes Lelis; Rhuanda Victória Nogueira Elvira Brito; Sirlaine de Pinho; Lucinéia de Pinho,	2020
Sufrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. Thiago Marques Leão; Aurea Maria Zöllner Ianni; Carine Sayuri Goto.	2019
“Imbalance:” Mental Health in Higher Education. Clark Heather	2017
Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. Karen Mendes Graner; Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira.	2019
Simple Method for Assessing the Mental Health Status of Students in Higher Education. Éva Bíró; Róza Ádány; Karolina Kósa	2019
Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. Taís Bleicher; Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira.	2016
Relação entre a Qualidade de Vida e o Estresse em Acadêmicos na Área da Saúde. Rita de Cássia Calderani Borine; Kátia da Silva Wanderley; Débora Pastore Bassitt.	2015

Quadro 1 - Levantamento junto ao Portal de Periódicos CAPES utilizando os descritores aplicados
(conclusão)

Depressão em estudantes universitários: fatores de risco e protetivos e sua relação nesse contexto. Michele Alves Brondani; Marianna Didonet Hollerbach; Greice Poloniato Silva; Eliane Rodrigues Pinto; Andriza Saraiva Corrêa.	2019
Sociedade do cansaço. Tempo Social. Elton Corbanezi.	2018
Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Paulo Dalgalarondo.	2019
Autoeficácia y vivencias académicas en estudiantes universitarios. María Andrea Borzone Valdebenito.	2017
Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde doença. Vitória Nassar Viapiana; Rogério Miranda Gomes; Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque.	2018
Saudades de casa: indicativos de depressão, ansiedade, qualidade de vida e adaptação de estudantes universitários. Marília Martins Vizzotto; Saul Neves de Jesus; Alda Calé Martins.	2017
Universidade, solidão e saúde mental. Ernesto Venturini; Maria Stella Brandão Goulart.	2016
Mental Health and Academic Performance of First-Year College Students. International Journal of Higher Education Tammy Jordan Wyatt; Sara B. Oswalt; Yesenia Ochoa.	2017

Fonte: Dados verificados pelo portal. Elaboração própria, 2021.

Complementando nosso estado da arte, levantamos trabalhos com temáticas pertinentes a nossa pesquisa através do repositório de teses e dissertações da UFPB (01 dissertação e 01 tese), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (03 dissertações) e Google Acadêmico (02 dissertações, 04 teses).

A pesquisa documental foi realizada com base em fontes dos portais eletrônicos da UFPB, relatórios, ofícios, como também a análise de prontuários dos usuários estudantes moradores da Residência Universitária, que realizam tratamento psicológico e ou psiquiátrico no CRAS, sabendo-se que a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, segundo Gil (2008, p. 51) podendo ser utilizados cartas, jornais, revistas, tabelas, relatórios, gravações, fotografias etc.

Durante a pesquisa documental, houve a investigação de cada prontuário físico dos usuários atendidos pelo CRAS, separando os que apresentavam acompanhamento desde o ano de 2019, identificando entre eles os moradores da residência universitária RUMF e a identificação dos diagnósticos que comprometiam a saúde mental desses estudantes. Outrossim, pesquisamos também os prontuários eletrônicos criados para a utilização do

atendimento em psiquiatria, muito utilizados durante a pandemia SARS COV 2, devido a utilização das consultas por telemedicina, consequência da exigência do isolamento social que a população mundial foi obrigada a realizar.

Para obter melhor investigação sobre a população estudada e sua problemática foi utilizado como instrumento de coleta de dados, questionário apresentando perguntas abertas e fechadas, o que possibilita segundo Oliveira (2011, p. 37), maior contribuição de informações, com relação às questões abertas, e uma fonte melhor de análise de dados e tabulações com relação as questões fechadas.

Devido a pandemia do SARS COV 2, inicialmente, foi realizado um contato prévio com os estudantes envolvidos com a investigação, mediante contato informal via aplicativo *WhatsApp* e *e-mails*, onde foi explanado as informações sobre nosso estudo científico e a importância das entrevistas por questionário, para a complementação da investigação científica. Devido a situação de pandemia, uma parte significativa das aulas encontravam-se sendo realizadas de forma remota e muitos alunos que possuem o benefício da Residência Universitária encontravam-se fora do domicílio universitário neste período, em retorno a suas moradias familiares, aguardando a vacinação completa e retorno das aulas presenciais. Encaminhamos o questionário aos participantes da pesquisa por meio de aplicativo *Google Forms*, que pôde ser respondido por via celular ou por outro meio digital, como computador ou *tablets*, em horários que mais se adequassem ou fossem mais confortáveis a cada participante.

2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados da pesquisa, foi elaborado um questionário apresentando questões abertas e fechadas envolvendo as categorias pré-estabelecidas: saúde mental, sofrimento e adoecimento, educação superior, trajetória e desempenho acadêmico. Nosso instrumento foi dividido em quatro partes compondo 39 (trinta e nove) questões: a primeira parte, com a finalidade de caracterização dos dados dos perfis dos estudantes, contemplando as variáveis: sexo, orientação sexual, cor/raça, idade, deficiência, filhos, procedência escolar, forma de ingresso e de acesso a UFPB e questões referentes a situação familiar; a segunda parte apresentando questões que especificam a situação estudantil; a terceira parte do questionário está voltada à descrição da convivência na moradia universitária; e a quarta parte do questionário foi composta de questões abertas necessárias à

manifestação de suas considerações referentes à situação física e mental do estudante, e sua possível relação com o desempenho acadêmico. Apresenta, a partir da questão 22 a 25 e 33 a 36, formulações dispostas em Escala de Likert⁷, indicando 5 (cinco) categorias de resposta nas quais o sujeito escolhe a alternativa que mais acha compatível (Apêndice B).

Os sujeitos da amostra responderam os questionários entre o período de 11 de novembro a 20 de dezembro de 2021. Para a coleta dos dados amostrais, foi utilizado um diário de campo, onde se registrou as observações consideradas importantes e pertinentes para a elucidação do objeto de estudo.

Além desses dados, estava programada a coleta de informações relacionadas ao desempenho acadêmico e situação acadêmica, através da análise do histórico dos discentes incluídos na amostra, por meio da análise de trancamento de períodos ou disciplinas; ocorrências de reprovações; médias e Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA); tempo de permanência no curso; retenções; riscos de jubilamento etc., disponibilizados pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), e Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UFPB, porém essas informações não foram disponibilizadas pelos órgãos competentes, em consonância com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais), que trata do sigilo das informações pessoais (Anexo B). Como alternativa de recolhimento dessas informações, entramos novamente em contato com cada participante respondente e solicitamos individualmente as informações, atendendo à sugestão do ofício procedente da PRG.

Para mensurar qualitativamente os dados relacionados e finalizar nossa investigação quanto à trajetória acadêmica dos participantes do nosso estudo, as informações foram coletadas diretamente de cada aluno que aceitou responder através do aplicativo *WhatsApp* as questões relacionadas ao seu CRA, ao número de disciplinas que tiveram trancamento no decorrer de sua trajetória no curso, número de disciplinas em que houve reprovação por falta e por média, quantos créditos até o momento do estudo foram cursados e quantos créditos estavam faltando para a finalização da graduação, onde obtivemos um total de 11(once) respostas cadastradas, cerca de 55% do total da amostra de estudantes que responderam ao questionário.

⁷ Escala desenvolvida por Rensis Likert, em 1932, de caráter bidimensional, onde os respondentes escolheriam somente um dos pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias ou mais de resposta por pontos. É um modelo muito usado em pesquisas de Ciências Sociais, fazendo a ligação entre dados quantitativos e qualitativos (DALMORO; VIEIRA, 2013 p. 162-163).

2.7 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento e análise dos resultados encontrados, foi empregado em nossa pesquisa a Análise de Conteúdo, especificamente a análise temática proposta por Bardin, em que a análise de conteúdo empregada tratou as categorias pré-definidas de maneira mais descritiva. Segundo Bardin (2010, p. 31), a análise de conteúdo possui duas funções: 1) a função heurística que enriquece a pesquisa exploratória e 2) a função de administração da prova que, pela análise, ocorre durante a busca por elementos para se provar a hipótese, promovendo, para a autora, uma análise investigativa, baseada nas mensagens analisadas.

[...] a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2010, p. 33).

Para Gil (2008, p. 153), na Análise de Conteúdo os novos elementos obtidos entram em confronto com informações anteriores, podendo chegar assim em extensas generalizações, tornando a análise de conteúdo um importante instrumento para a análise das comunicações. A realização da análise, segundo Bardin (2010, p. 121) organiza-se em torno de três fases: 1) a pré-análise, 2) exploração do material e, por fim, 3) o tratamento dos resultados e interpretação.

A primeira fase é caracterizada por Bardin (2010, p. 121) como sendo uma etapa voltada para a organização dos dados, onde foi realizada a constituição do *corpus* da pesquisa, composta por 20 questionários respondidos, em que as respostas dos participantes foram identificadas pela palavra “Estudante” acrescida por um número crescente de acordo com a ordem de retorno das respostas (Apêndice B), tendo havido o estabelecimento de uma leitura flutuante que, segundo Bardin (p. 122), ao se analisar o texto se obtém material para orientações e impressões, com o propósito de alcançar os objetivos necessários à pesquisa.

A segunda fase foi constituída da exploração do material, a partir das categorias pré-definidas: saúde mental, sofrimento e adoecimento, educação superior, trajetória e desempenho acadêmico. De acordo com os objetivos propostos em que os dados brutos foram anotados do *corpus*, encontramos fragmentos significativos para nossa pesquisa, transformados em unidades de análise e produzindo subcategorias temáticas a partir dos

conteúdos relatados pelos estudantes associados às situações de vivência e adaptação à vida universitária e às consequências adquiridas para a sua saúde mental. Nossa pesquisa foi desenvolvida utilizando o processo de categorização, que, para Bardin (2010, p.147), consiste no tratamento do material voltado para a análise de conteúdo, promovendo o conhecimento de índices implícitos em nível dos dados brutos, dando significado ao estudo. Compõem-se de duas etapas (p. 146): o inventário, através do isolamento dos elementos encontrados; e a classificação dos elementos, mantendo assim a organização das mensagens.

Enfim, a terceira fase caracterizada por Bardin é o tratamento dos dados encontrados que iremos apresentar no capítulo final de análise do nosso estudo, onde iremos transcrever as respostas dos questionários, sempre mantendo o sigilo e respeito pelo conteúdo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

O presente capítulo teórico estabelece uma retrospectiva histórica da educação superior brasileira, em que se destaca o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à expansão do ensino superior durante seu percurso histórico e o desenvolvimento da educação superior na Paraíba, tendo a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como importante política afirmativa para a viabilização do apoio à permanência dos estudantes de perfis socioeconômicos vulneráveis nas instituições de ensino e melhora do desempenho acadêmico e trajetória do aluno assistido.

Em seguida discorremos sobre a residência universitária como ferramenta de apoio e manutenção dos estudantes economicamente vulneráveis na universidade, onde destacamos a RUMF como importante instrumento de amparo a permanência acadêmica dos estudantes da UFPB e apresentamos a relevância da assistência voltada à saúde na academia, sendo este benefício ofertado pela UFPB por meio do CRAS.

Ao longo da história da educação no Brasil, poucas propostas tiveram suas funcionalidades voltadas ao seu pleno desenvolvimento, tendo a condução do nosso sistema de educação sempre adaptado às políticas que privilegiavam a camada elitizada da sociedade brasileira, interesses pessoais, políticos, partidários ou políticas voltadas ao capital: “as políticas iam e vinham, sem que os problemas educacionais fossem enfrentados de modo efetivo” (SAVIANI, 2011, p. 242). Observamos historicamente, a interrupção, através dos diferentes governos, de políticas de continuidade voltadas aos interesses coletivos, comprometendo a consolidação da educação igualitária de qualidade à heterogeneidade da sociedade brasileira.

Segundo Fávero (2006, p. 20) a institucionalização da educação superior brasileira no período colonial, foi caracterizada por arranjos institucionais diferentes do contexto desenvolvido dentro do continente americano por outras colônias vizinhas. Enquanto o Brasil se configurava através de uma educação oferecida em escolas isoladas, voltada à preparação da elite colonial portuguesa para o ingresso a uma educação superior mais abrangente, por meio de deslocamento para a metrópole, desde o século XVI colônias espanholas já fundavam universidades em seus territórios conquistados. Segundo a autora, a complementação dos estudos deveria ser realizada, conforme entendimento da metrópole como também da elite colonial, nas universidades europeias.

A educação superior no Brasil iniciou-se, durante o período colonial, por meio dos cursos de Filosofia e Teologia, em colégios mantidos pelos religiosos Jesuítas da Companhia de Jesus, fruto das atividades de um aparelho educacional voltado à exploração da Colônia pela Metrópole, conforme Cunha (2007a, p. 19). A maioria da população brasileira era de analfabetos e o acesso à educação era voltado para os filhos da elite brasileira, pois, segundo Castelo Branco (2004, p. 65) havia o interesse de Portugal em manter a sociedade colonial escravocrata e agrária como também evitar o surgimento e o desenvolvimento de intelectuais e pensadores na Colônia.

Nesse contexto, a transferência da família real de Portugal para o Brasil, em 1808⁸, de acordo com Cunha (2007a, p. 62 - 63), promoveu o aumento de cursos voltados ao ensino superior mantendo fortemente o caráter elitista, agora voltado à produção de burocratas e profissionais liberais, para atuação na Corte, através de uma política educacional excludente, onde os filhos de famílias mais abastadas poderiam usufruir dessa educação, porém para os economicamente desfavorecidos restavam cursos de caráter técnico, preparatório para a profissionalização como mão-de-obra para suprir as necessidades econômicas das cidades do Império, mantendo a diferenciação social definida entre os que se achavam dignos de direito à educação pelo status familiar ligado a elite brasileira e o restante da população de classes sociais desprivilegiadas. Para Chauí (2001, p. 13), a sociedade brasileira se centralizou na hierarquia familiar, sendo até a atualidade marcada por essa cultura, onde as diferenças entre os sujeitos se transformam em desigualdades e as relações sociais são executadas por meio de autoridade por parte das elites, não se reconhecendo os direitos dos indivíduos de classes menos privilegiadas.

Para Cunha (2007a, p. 79), não havia interesse por parte da Corte e da elite do país na organização de uma educação superior mais democrática como também universitária, estando os programas de ensino determinados pelo imperador e suas instituições voltadas ao ensino particular. Dessa forma, segundo Lima (2019, p. 24 - 25), o ensino superior se manteve em escolas isoladas durante todo o período colonial e imperial, devido à intervenção das ideias dos positivistas, mesmo com inúmeras tentativas de criação de universidades por parte dos seus defensores como também da elite brasileira, que exigia fortemente a seletividade da educação voltada às classes privilegiadas e manutenção de faculdades privadas.

A Primeira República ou República Oligárquica, período entre a Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930 marcou transformações para o ensino superior

⁸ O Brasil se eleva à condição de Reino após a transmigração da família real e de toda a corte portuguesa, que fugiam das tropas de Napoleão Bonaparte em 1808.

no Brasil. A sociedade brasileira ainda permanecia culturalmente elitista e agrária, e a influência da atuação positivista no Governo do país considerava a universidade uma instituição desnecessária “ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo” (SOARES *et al.*, 2002, p. 26). Segundo Lima (2019, p. 25), o crescimento de uma demanda interessada no mercado de trabalho que estava se expandindo e a falta de compromisso com a educação superior pelo governo foi prontamente absorvida pela iniciativa privada, que instalou vários estabelecimentos voltados à educação superior e profissional.

Segundo Cunha (2007a, p. 151), foi implementada a primeira Constituição Brasileira, intitulada Constituição de 1891, que empreendeu algumas mudanças à educação do país. Em seu Art. 72, defendia um ensino leigo a ser ministrado nas escolas estatais, tendo o Art. 34 dado a “competência exclusiva do Congresso Nacional” de legislar e criar instituições de ensino superior público e de direito para todos. Assim, segundo o autor, a Constituição de 1891 atribui à União a responsabilidade pela educação secundária e superior, tendo os estados a incumbência sobre a educação elementar e profissional, descentralizando o ensino e mantendo o caráter elitista da educação, pois para as classes mais baixas restavam o acesso apenas a educação mais elementar.

Porém, conforme Lima (2019, p. 25), o Governo não promoveu mecanismos, nem desenvolveu políticas para garantir a educação para a demanda que buscava esse acesso, ocasionada pelo início da industrialização brasileira, tendo a iniciativa privada aproveitado para suprir essa necessidade com seus estabelecimentos. Segundo o autor, o aumento da oferta de escolas voltadas ao ensino superior fez crescer o número de estudantes à procura por esse nível de ensino e provocou na elite da sociedade, o receio de perda da posição de status pelo título de nível superior e o “receio de vulgarização do sistema”, influenciando a criação e introdução de uma forma de contenção social ao acesso do ensino superior, através dos exames de seleção⁹, como meio de conter a demanda das classes mais populares.

De acordo com Fávero (2006, p. 21), após a Reforma Carlos Maximiliano, mediante Decreto nº 11.530¹⁰ de 1915, se institui a primeira universidade legalmente no Brasil em 1920

⁹ Primeiro instrumento de seleção foi definido pelo Decreto 8.659, de 05 de outubro de 1911, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, denominada, Reforma Rivadavia Corrêa, que no artigo 65, estabelecia: “Para concessão da matrícula, o candidato passará por um exame que habilite a um juízo de conjunto sobre o seu desenvolvimento intelectual e capacidade para empreender eficazmente o estudo das matérias que constituem o ensino da faculdade” (BARROS, 2014, p. 1067).

¹⁰ Dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (FÁVERO, 2006, p. 21 - 22).

por meio do Decreto 14.343¹¹, a Universidade do Rio de Janeiro. Formada pela reunião de três escolas de ensino superior existentes, manteve características voltadas à produção profissional, sem a preocupação com a pesquisa científica, como também conservou o caráter elitista anterior. Sua criação conforme a autora, provocou debates junto a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Associação Brasileira de Educação (ABE), criadas respectivamente em 1922 e 1924, com relação à modernização da educação brasileira ao modelo de universidade que deveria ser adotado no país, seu papel científico e suas funções. No Brasil, a “atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de ensino superior existente.” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 96).

A Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao governo do Brasil por 15 anos, por meio de um governo provisório (1930-1934), por eleição indireta (1934-1937) e pelo chamado Estado Novo (1937-1945), promovendo mudanças na política estatal e nas políticas públicas do Estado, influenciadas por mudanças econômicas e sociais que estavam ocorrendo mundialmente, destacando-se as mudanças nas políticas educacionais. Para Cunha (2007b, p. 205), a Era Vargas apresentou dois blocos fortes conhecidos como o bloco do Governo, que promovia uma política educacional autoritária em meio aos conflitos envolvendo camadas da sociedade, e o bloco de cidadãos que possuíam ideias liberais. Diante disso, segundo Lima (2019, p. 26), devido a atenção dada para o processo da industrialização no país, as políticas educacionais se voltaram para um planejamento vinculado à questão do ensino educacional técnico profissionalizante e superior para a sociedade.

Nesse contexto, ocorrem os primeiros passos para mudança da regulação do sistema nacional de educação no país e desenvolvimento de um olhar voltado às políticas públicas para a educação, até então indiferente aos governos anteriores.

[...] além da criação do Ministério, as principais medidas de política educacional foram: introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a reforma do ensino secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e, finalmente, a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras (CUNHA, 2007b, p. 250).

Segundo Castelo Branco (2002, p. 143), no que se refere às universidades, seu objetivo estava voltado à formação de uma elite desassociada da realidade e das necessidades das classes trabalhadoras, aumentando a separação entre os que possuíam o saber científico do

¹¹ O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: considerando que é oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. acesso em: 25 out. 2022.

restante da sociedade, destacando a cultura ainda fortemente enraizada nas diferenças de classes. De acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras quanto as características que deveriam constar nas universidades do país, segundo Soares (2002, p. 27), administrativamente os cursos eram ligados a uma reitoria com autonomia jurídica e poderiam ser oficiais, as chamadas universidades públicas (federais, estaduais ou municipais), ou universidades livres, as privadas.

Para Lima (2019, p. 26, 27), a educação esteve dividida em duas perspectivas distintas: uma autoritária e centralizadora representada como modelo pelo governo federal, e outra liberal e descentralizada, voltada para a criação de uma universidade brasileira com destaque ao desenvolvimento da pesquisa científica, ao ensino desinteressado, leigo, gratuito e para todos, fragmentado em alguns estados da federação. Nesse contexto de conflitos contra a política autoritária vigente, foi criado o Conselho Nacional de Estudantes, entidade que unia os estudantes da educação superior do país em oposição ao autoritarismo e em defesa de posições e direitos, denominada posteriormente de União Nacional dos Estudantes (UNE) (CUNHA, 2007b, p. 205).

Observamos que todas as tentativas relacionadas à implantação de universidades liberais no país, durante a era Vargas, tiveram suas atividades rejeitadas pela política vigente na época ou indesejada pela elite dominante.

[...] nessa perspectiva, o debate sobre a democratização do ensino superior manteve-se restrita e elitista. O acesso aos cursos de nível superior continuou sendo um instrumento limitado às classes dominantes que utilizavam o diploma para a manutenção de sua estrutura de status e poder (LIMA, 2019, p. 27).

Conforme Lima (2019, p. 28), entre 1950 e 1954, no último governo de Vargas, após sua deposição em 1945, houve no país um aumento em relação a investimentos para a educação, e, através da Lei nº 1.254/50, houve a federalização e o surgimento de instituições de ensino superior distribuídas pelo território nacional.

Entre 1945 e 1964, ocorreu o chamado Período Populista do Brasil, o qual, segundo Soares (2002, p. 31) foi palco do processo de integração do ensino superior, crescendo um número maior de faculdades administrativamente reunidas, aumentando o número de universidades, com a federalização de uma parte delas e um maior reconhecimento e aceitação por parte da sociedade, refletido na procura pelas matrículas nesse período e participação efetiva dos Movimentos Estudantis.

Em 1961, é promulgada a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), debatida e elaborada no contexto da redemocratização do Brasil após 1945. Segundo Lima (2019, p. 28), ela assegurou a representação estudantil nos colegiados, autorizando a ampliação do acesso ao ensino superior para os concluintes de cursos técnicos, mas fortaleceu a centralização do sistema de educação superior, reforçando o modelo existente de ensino superior. Para Soares (2002, p. 32), a juventude universitária desenvolveu projetos em busca de um ensino mais democrático, através da criação de centros populares visando à busca pela alfabetização das classes mais vulneráveis, como também a procura pela implantação da pesquisa científica na universidade. Período de desenvolvimento de uma educação mais democrática, interrompidos pelo Golpe de 1964, que desencadeou uma ditadura no Brasil, com duração de 20 anos, que mudou a organização política e educacional do país.

Segundo Minto (2005, p. 88-89), transformações econômicas, políticas e do capitalismo mundial repercutiram no Brasil, levando o país a uma crise que resultou no Golpe de 1964, orquestrado pela oligarquia militar do país, promovendo mudanças sociais, culturais, econômicas e educacionais para a sociedade brasileira, através de um regime de modelo ditatorial.

Com o Governo Militar, o ensino brasileiro recebeu alterações e enfraquecimento, e a educação superior sofreu uma maior interferência por parte do Governo, sendo considerado pelos dirigentes do país o “local que principiava a subversão na sociedade” (LIMA, 2019, p. 28). A comunidade universitária sofreu represálias, cassações, suspensão de atividades, como também recursos voltados à educação foram diminuídos ou suspensos, ao utilizar uma “repressão a professores e alunos indesejáveis ao Regime através do controle político e ideológico do ensino, visavam a eliminação do exercício da crítica social e política” (GERMANO, 2000, p. 105). Nessa realidade, é aprovada a Lei nº 5.540/68, chamada Lei da Reforma Universitária, implantada no país e, em 1971, uma nova LDB foi imposta, a Lei nº 5.692/71.

[...] as universidades ficaram obrigadas a manter indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão, elevando bastante os custos do ensino superior público. Assim, com o crescimento restrito, com a contenção de gastos, de estruturas e redirecionamento de recursos, a expansão de vagas nas universidades públicas ficou comprometida. [...] Por outro lado, as instituições privadas permaneceram responsáveis apenas pelo ensino e puderam direcionar maior investimento para ampliar o campus, atendendo principalmente, [...] a demanda não absorvida pelo Estado [...] (LIMA, 2019, p. 29-30).

O Regime, de acordo com autores como Germano (2000), Minto (2005), Lima (2019), Soares (2002), instituiu reformas educacionais que estimularam a participação do ensino privado, havendo descompromisso com o financiamento da educação pública, rigoroso vínculo entre mercado de trabalho e educação adaptada à mentalidade tecnocrática, formação da relação entre educação e capital, segundo a teoria do capital humano, e rígido controle político ideológico da sociedade brasileira.

O término do Governo Militar, ocorrido nos anos de 1980, pelo contexto em que o Brasil vivenciava com um crescimento de movimentos sociais pela retomada da democracia, foram desencadeadas transformações nas políticas sociais e interesse de mudanças políticas do país, conforme Minto (2005, p. 280). Para o autor, em relação às políticas educacionais, ampliou-se a preocupação pela modernização da educação brasileira relacionando-a a proposta neoliberal, com busca de qualidade do ensino, para a formação de trabalhadores competitivos ao mercado econômico consumidor. Segundo Lima (2019, p. 31), a união de partidos políticos, estudantes e sociedade, em busca de mudanças nas políticas assistenciais voltadas à educação e um país mais democrático, desencadearam a consolidação da Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 apresentou medidas que eram reivindicadas durante anos pela sociedade brasileira, prejudicada pelas desigualdades a que se submetiam, destacando o reconhecimento, em seu Art. 6º, como “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). O Art. 205 expressa que a educação, como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Destacam-se a soberania das universidades, em seu Art. 207, em que é dada “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Salienta-se a maneira como seriam distribuídos os encargos públicos ou recursos aplicados para educação, dispostos em seu Art. 214, com o estabelecimento de um Plano Nacional de Educação. Conforme Lima (2019, p. 34), havia dispositivos textuais indicando o comprometimento do Estado com a sociedade, em destaque para a educação historicamente vulnerável no Brasil, porém suas políticas públicas não se tornaram absolutas, pois, para o autor, estiveram voltadas ainda ao interesse da burguesia capitalista, privilegiando ainda uma parcela da sociedade.

Segundo Lima (2019, p. 36), o neoliberalismo direcionou as políticas brasileiras, em destaque relacionado a educação, o interesse voltado ao seu papel econômico no país, aprofundando o processo mercadológico e privativo da educação superior. Durante o octênio (1995 a 2003) do presidente FHC (Fernando Henrique Cardoso), Cunha (2003, p. 39) destaca que ocorre a promoção de uma “reforma administrativa para a educação” estimulada pelos organismos internacionais e os interesses econômicos e mercadológicos da educação, com ênfase à educação superior, disponibilizando a redução dos investimentos para a educação e iniciando o apoio ao crescimento dos estabelecimentos privados de educação superior, atuando nas IFES através da “compressão dos salários e dos orçamentos, assim como pela não-reposição dos quadros perdidos” (CUNHA, 2003, p. 57). Para Gomes e Moraes (2012, p. 176 - 179), tem início, a partir do governo de FHC, políticas de base privatista que repercutem na expansão da educação superior, tendo sua continuidade através do governo de Luís Inácio Lula da Silva, caracterizando, segundo os autores, o início da transição do “sistema de educação de elite”, vivenciada na realidade brasileira desde os primórdios da Educação Superior no Brasil, para o surgimento do “sistema de massa”, sentido pelo aumento da procura por esse nível de ensino evidenciado pelo número crescente de taxas de matrícula e introdução de estudantes de variáveis níveis sociais.

Segundo Trow (2005, p. 17 - 18) refere, a educação superior evolui para três fases na sociedade moderna: o “sistema de elite”, que é caracterizado como uma educação vista para privilegiados, pois o acesso a esse tipo de educação é altamente limitado a classe alta da sociedade; o “sistema de massas”, que surge a partir do crescimento de 15% até 50% de estudantes com perfis de classes sociais diferenciadas com certas qualificações formais, sendo entendido o seu acesso como direito; e o “sistema universal” que ocorre quando o acesso à educação superior cresce acima de 50% ou mais, se tornando, para a sociedade, uma obrigação atingi-la entre os jovens, intensificada a medida em que as melhores oportunidades de empregos e salários, são reservadas aos concluintes desse nível de ensino.

Para Trow (2005, p. 05), as fases iniciais da expansão do ensino superior não reduziram as diferenças no acesso aos diferentes grupos que agora estão convivendo nas universidades, tornando-se uma questão política a redução das desigualdades desses grupos. E à proporção que aumenta o acesso de estudantes à educação superior, se observa que muda o entendimento quanto a frequência universitária, que antes era vista como um privilégio e hoje passa a ser um direito. Segundo o autor, as diferenças de classes evidenciadas no meio acadêmico levam a fragilização das relações acadêmicas: “cresce as diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais às IES, e tende a colocar em xeque o mandato

e o *modus operandi* deste nível de ensino” (GOMES; MORAES, 2012, p. 174). Conforme o Trow (2005, p. 4), a oportunidade de acesso e crescimento da população de classes sociais diferenciadas da sociedade à Educação Superior promove a necessidade política de desenvolvimento de interesses por ações igualitárias e democráticas, para reduzir as diferenças causadas pela expansão, vislumbradas pela criação de políticas públicas voltadas a essa instância.

A LDB, agora chamada Lei nº 9.394, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, durante o governo FHC, dispõe a nova organização do sistema educativo brasileiro que, segundo Miranda (2016, p. 1.447), flexibilizou as normas que favorecem o papel e o financiamento do setor privado em relação a educação no país. Para a autora, as políticas públicas de expansão da educação superior foram alicerçadas na estratégia das Organizações Internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio), que ditam como ordem mundial, a educação como bem de consumo, uma mercadoria, sendo vista quando “a emergência do sistema de massa ocorre em grande parte por meio da privatização da oferta de vagas na ES” (GOMES; MORAES 2012, p. 186).

O governo do PT, através de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), segundo Lima (2019, p. 40), mesmo mantendo o direcionamento ao modelo neocapitalista e apoio à expansão da iniciativa privada, promoveu políticas voltadas à democratização e inclusão na educação superior brasileira, políticas sistemáticas que contribuem para inclusão da população estudantil, sendo o “sistema de massa” entendido por Gomes; Moraes (2012, p. 181) como uma política de Estado. O governo de Dilma Rousseff (2011 - 2016) manteve a característica do seu antecessor, introduzindo, segundo Ristoff (2016, p. 05), o Programa Ciências sem fronteiras (2011), voltado a formação acadêmica no exterior, e a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), estabelecendo:

[...] Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei (RISTOFF, 2016, p. 26).

Nesse contexto, de acordo com Prestes; Júnior (2017, p. 173), o Brasil segue o processo de introdução do país nas estratégias político-econômicas mundiais, regularizando o

sistema de ensino superior, através da instituição do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 1.172, em 2010, apresentando diretrizes e metas a serem alcançadas, tendo a última traçada pela Lei nº 13.005, de 2014, visando na ampliação do acesso e permanência na educação.

Segundo Martins e Silva (2014, p. 03), a expansão do ensino superior federal no Governo Lula se deu através de três ciclos: o 1º ciclo com o Programa Expandir (2003 - 2007), tendo como foco a interiorização dos campi das universidades; o 2º ciclo através do Programa REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) (2007-2012); e o 3º ciclo a expansão e integração regional e internacional (2008-2013). Segundo os autores, foram implantados programas de expansão da educação superior, dentre os quais o Programa Expandir, destinado à interiorização das universidades federais (p. 04); a implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), visando o aumento do número de vagas nas instituições públicas, ampliação do acesso e permanência na educação superior (p. 6); o Programa Incluir (2005)¹², voltado a acessibilidade das IFES aos estudantes com deficiência; a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que, segundo Ristoff (2016, p. 26), democratizou as vagas das IFES de todo o país sendo instituído pela Portaria Normativa do MEC nº 2, de 26/01/2010 e regulado pela Portaria Normativa nº 21, de 5/11/2012.

Outrossim, são introduzidas outras políticas no governo Lula, destinadas a expansão da educação superior porém trazendo benefícios a iniciativa privada, conforme Lima (2019, p. 43), entre elas: o Programa Universidade para Todos (ProUni), atuando através de concessão de bolsas de financiamento à iniciativa privada, com o intuito do oferecimento de mais vagas para a demanda e isenção de impostos aos IES que aderirem ao programa (p. 44); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que, segundo Miranda (2016, p. 1450), já existente desde a época do Governo Militar, mas que, nos anos 2000, se tornou um dispositivo importante para o alcance das metas do PNE, através do crédito educativo à alunos economicamente vulneráveis matriculados em instituições privadas.

Acompanhando a expansão do acesso à educação e como forma de comprometimento do Estado, foram implantadas, durante o governo do presidente Lula da Silva, Políticas Públicas inclusivas no Brasil para consolidar o auxílio à permanência do estudante na educação superior, que, historicamente, não foram consideradas como políticas públicas voltadas para a sociedade, sempre marcadas por desigualdades sociais imensas e, no que concerne à educação brasileira, pouco assistida. Essa temática de interesse ao nosso

¹² Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17433>>. Acesso em: 25 out. 2022.

estudo será aprofundada a partir da discussão voltada para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por se tratar de objeto de estudo da nossa pesquisa.

3.1 UFPB NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA

O movimento para a implantação do ensino superior no Estado da Paraíba foi consequência da redemocratização ocorrida no Brasil após 1945, gerando no país debates quanto as questões sociais, de desenvolvimento econômico, saúde e educação, resultando em relação ao ensino, maior estímulo a abertura de Escolas Superiores e criação de Universidades fora do eixo das grandes cidades¹³. Os estudantes e setores médios da sociedade paraibana, segundo Castelo Branco (2004, p. 177, 180), pressionaram uma ampliação das escolas superiores e melhoria da educação superior, visando o crescimento dos conhecimentos, áreas técnicas e modernização do estado.

Mediante a junção de algumas escolas superiores, em 02 de dezembro de 1955, por meio da Lei Estadual nº 1.366, foi criada a Universidade da Paraíba. Em 13 de dezembro de 1960, foi aprovada e promulgada a federalização da Universidade por meio da Lei nº 3.835, passando então a se chamar Universidade Federal da Paraíba (UFPB), incorporando as estruturas universitárias já existentes em João Pessoa e Campina Grande¹⁴. A partir da federalização, a UFPB passou a desenvolver uma estrutura com alguns campi distintos (estrutura multicampi), evidenciando-se, assim, algumas diferenças das demais universidades brasileiras. Integravam a UFPB o campus de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras.

Sob a Lei nº 10.419 de 9 de abril de 2002¹⁵, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro dos seus setes campi, sendo criada então a Universidade Federal de Campina Grande. A UFPB passou a contar com os campi de João Pessoa, Bananeiras, Areia e, em 2005, com a adesão ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), foi criado o campus no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto. Oferta cerca de 119 (cento e dezenove) cursos de graduação, destes 92 (noventa e dois) em João Pessoa e 11 (onze) na Modalidade Educação a Distância (EAD)¹⁶, dispondo

¹³Disponível em: <<http://www.ufpb.br/antigo/content/ufpb>>. Acesso em: 25 out. 2022.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ufpb>>. acesso em: 25 out. 2022.

¹⁵ Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

ainda de cerca 52 (cinquenta e dois) cursos de mestrado acadêmico, 11 (onze) de mestrado profissionalizante, 34 (trinta e quatro) doutorados¹⁷.

A UFPB é uma instituição pública federal de ensino superior, tendo como missão “gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade” (UFPB, 2019, p. 10), oferecendo cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em várias áreas de conhecimento. É uma instituição reconhecida por sua capacidade e desenvolvimento, sendo destaque na região Nordeste, fornecendo atividades voltadas para ensino, pesquisa, extensão, ensino à distância e inovações tecnológicas voltadas à sociedade.

Segundo Castelo Branco *et al.* (2015, p. 05), comparado ao cenário nacional, a UFPB progride na efetivação e execução de políticas públicas que favorecem o acesso à parcela da sociedade que sempre sofreu exclusão no seu processo educacional. Percebe-se a mudança do perfil socioeconômico dos estudantes, promovida pelo processo de democratização do acesso à educação superior, através de políticas públicas de inclusão social, entre as quais, segundo Prestes; Júnior (2017, p. 176), destaca-se a Lei de Cotas ou Lei nº 12.611/2012, que promoveu o aumento das reservas de vagas aos alunos com perfis diversificados, ofertando às parcelas mais vulneráveis economicamente e excluídas historicamente o acesso à educação superior nas IFES, como também medidas de favorecimento da permanência dos estudantes procedentes de classes menos privilegiadas na instituição, com o desenvolvimento de ações de assistência estudantil propostas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como o auxílio moradia, ação de assistência estudantil promovida pela instituição, funcionando como um importante instrumento de apoio e ampliação à permanência do estudante na UFPB.

[...] é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar. Isso é um avanço ao se compreender que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros (IMPERATORI, 2017, p. 298).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/menu/prpg-1/programas-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 25 out. 2022.

3.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Segundo Prestes e Júnior (2017, p. 163), a partir do final dos anos de 1980 surgiu uma nova fase do capitalismo, através de mudanças globais, influenciadas pelas políticas neoliberais e de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), reorganizando sistemas e instituições para prover a demanda social, econômica, política, cultural e ideológica modernas. O mercado toma o lugar de determinante na construção de uma sociedade e das ações dos indivíduos.

Conforme Jazine *et al.* (2011, p. 61), o neoliberalismo atingiu não somente as atividades econômicas, mas todos os setores da sociedade, especialmente a educação, porque é ela quem instrumentaliza os indivíduos, tornando-os técnicos e tecnólogos. Nesta nova estruturação global, a educação, em especial a educação superior, muda de paradigma, como comenta Miranda (2016, p. 1444), sendo redirecionada a uma perspectiva mercantilista.

Outrossim, a política neoliberal mudou a concepção de Estado “provedor”, se tornando “regulador” e “avaliador”, com o interesse na ampliação de capital e privatização de entidades da sociedade, promovendo a concepção que a “educação superior deixou de ser concebida como dever do Estado e direito do cidadão, passando a ser vista como mercadoria” (MIRANDA, 2016, p. 1443). Para Chauí (1999, p. 05), ocorreu a transformação da “educação de direito em serviço”, convertendo-a em instituição “prestadora de serviços”.

Nas últimas décadas, o ensino superior experimentou um considerável aumento do número de alunos em busca desse nível de educação, principalmente devido a investimentos implementados, mundialmente, e, no Brasil, pelo Governo Federal, levando a uma evolução positiva do quantitativo de matrículas nas universidades, sendo absorvidos também perfis educacionais e socioeconômicos variáveis nesse conjunto. Gomes; Moraes (2012, p. 173), ao citar Trow¹⁸ (1973), destacam que a sociedade contemporânea neoliberal, promoveu mudanças no sistema educacional que passou a se adequar à sociedade moderna produzindo um sistema de massa que substituiu o sistema de elite que acompanha a realidade brasileira desde os primórdios da história da educação no país.

¹⁸ Martin Trow é professor e estudioso norte americano dos sistemas de acesso à educação superior e transformações do sistema de educação superior de elite para o sistema de massas e deste para o sistema universal. Disponível em: <<https://www.educa2022.com/post/educa%C3%A7%C3%A3o-superior-para-todos>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Segundo Prestes; Júnior (2017, p. 164) a expansão da educação, muito debatida nas décadas de 1990 e 2000, voltou-se intensamente aos interesses econômicos do Governo, interesses pessoais e desenvolvimento científico, amparado por programas de estímulo e promoção do acesso a uma demanda antes não assistida em relação a educação, porém uma expansão com seus mecanismos de ação direcionadas a privatização do ensino. Segundo Chauí (2001, p. 37) avalia, o Estado através de atos e decisões transformou a estrutura de oferta da educação superior, favorecendo o ensino privado a partir de políticas que proporcionaram a procura por escolas privadas, em que somente quem tinha condições financeiras poderia frequentar, encontrando um ensino de qualidade menor do que aquele ofertado pelas instituições públicas. Por outro lado, a elite preparada em escolas privadas se torna a demanda principal das universidades públicas.

Ajustando a regulamentação do sistema de ensino superior para uma melhor consolidação da política educacional neoliberal, a partir da década de 1990, Governos criaram uma série de programas e políticas de avaliação e expansão para a educação superior. Voltado para as políticas de avaliação, surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído em 1993, e o Exame Nacional de Cursos (ENC) apelidado de “Provão”, tendo atualmente instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861/2004, assegurando o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, da graduação e do desempenho acadêmico, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2004).

Na década de 2000, além da proposta de elevação da taxa bruta de metas para as matrículas do ensino superior, de acordo com Miranda (2016, p. 1448), o Estado implementa políticas voltadas para a expansão da educação, beneficiando as instituições privadas. Ocorre a renovação do FIES, que já existia desde 1975, atualmente alterado pela Lei nº 12.202/2010, a qual oferece auxílio para estudantes da rede privada de baixa renda, cobrindo até 100% do valor das mensalidades dos estudantes. O ProUni, pela Lei nº 11.096/2005, segundo Prestes; Júnior (2017, p. 174), promove benefício ao mercado educacional privado, pois oferece isenções fiscais, que muito fez crescer e dobrar o rendimento das instituições privadas, atuando na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de graduação, em instituições particulares de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em relação aos benefícios voltados à rede pública foi implementado o REUNI voltado à ampliação de vagas por meio da reestruturação e expansão das universidades públicas. Também é oferecido o Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído pela Portaria Normativa do MEC nº 2, de

26/01/2010. Segundo Ristoff (2016, p. 26), a partir de 2013, o programa incorporou as regras previstas na Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29/8/2012), selecionando os estudantes com base na nota do Enem em seis rotas distintas:

(1) para candidatos à ampla concorrência; (2) para candidatos pretos, pardos e indígenas de renda familiar de até um salário mínimo e meio e oriundos da escola pública; (3) para candidatos pretos, pardos e indígenas de renda familiar acima de um salário mínimo e meio e oriundos da escola pública; (4) para candidatos de renda familiar de até um salário mínimo e meio (independente de cor e raça) e oriundos da escola pública; (5) para candidatos de renda familiar de mais de um salário mínimo e meio (independentemente de cor e raça) e oriundos de escola pública; e (6) para candidatos à ação afirmativa própria da instituição pretendida (RISTOFF, 2016, p. 20).

Nesse novo cenário em que o acesso se torna mais democrático, traz consigo o ingresso à educação superior de uma população que apresenta níveis socioeconômicos vulneráveis e o óbice à subsistência, acarretando o desafio à permanência no sistema. Para Trow (2005, p. 05), as fases iniciais da expansão do ensino superior, que o transformou em “sistema de massas”, não reduziram as diferenças no acesso aos diferentes grupos que agora estão convivendo nas universidades, tornando-se uma questão política a redução da diferenciação desses grupos. Segundo Zago (2006, p. 228), as políticas de expansão do ensino superior, com seu viés mercantilista, ampliaram a oferta de vagas e acesso à educação superior, porém não provocaram a redução das desigualdades entre os grupos sociais, e requerem políticas públicas envolvidas na função de permanência dos estudantes nas instituições, realidade evidenciada nos números crescentes de baixas no sistema:

[...] faz centrar o debate não mais sobre o acesso à Educação Superior, pura e simplesmente, mas sobre o acesso com garantia de permanência e formação de qualidade, trazendo à tona uma discussão que sempre foi problemática no cenário da educação, em todos os níveis: os alarmantes índices de abandono ou evasão do sistema de ensino, suas causas e consequências. (CASTELO BRANCO, 2020, p. 53).

Deste modo, conforme Lima (2019, p. 42), se torna evidente a importância da Política de Assistência Estudantil para a nossa realidade brasileira, como instrumento de amparo às dificuldades que venham a interferir na continuidade e sucesso acadêmicos. Mecanismos que funcionem buscando atingir os entraves que a vida acadêmica venha a promover, como também fonte de apoio aos que são fragilizados pela desigualdade ou

necessidades que venham a surgir, seja ela social, econômica ou de saúde. A Assistência Estudantil é entendida como:

[...] uma política que se insere na política social de educação e na política de assistência social. É o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência do estudante nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu **desempenho acadêmico**. [...] tem por objetivo garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, que são reconhecidos como pobres. Ela pretende diminuir as desigualdades sociais, permitindo o acesso à educação, dando suporte assistencial no sentido da concretização e direitos sociais (BARBOSA, 2009, p. 12 - 13, **grifo nosso**).

As políticas públicas são definidas, de acordo com Macedo (2017, p. 20), como um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado visando atingir determinados objetivos, que atendam aos interesses e as necessidades de segmentos da sociedade, e na nossa realidade, segundo a autora (p. 26), os interesses capitalistas sempre estiveram presentes na condução e desenvolvimento das políticas brasileiras.

[...] a assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis (BARBOSA, 2009, p. 38).

Historicamente, são reconhecidas ações de assistência estudantil que remontam dos anos de 1930, resultado, conforme Barbosa (2009, p. 49), de discussões e mobilizações iniciadas na década de 1920 por educadores em busca do reconhecimento da assistência estudantil brasileira. O Estado da Era Vargas aplicou políticas de controle aos estudantes, ao mesmo tempo em que se ofereciam programas de “benefícios, visando diminuir possíveis resistências: previa a distribuição de 21 bolsas de estudo a **estudantes necessitados**, de boa saúde e **conduta irrepreensível**” (CUNHA, 2007b, p. 273, **grifos do autor**).

A **assistência** foi declarada, na Constituição de 1934, em seu Art. 157, como referente à reserva de fundos para a educação. Em seu § 2º aponta em relação aos investimentos que os “fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934). Segundo Imperatori (2017, p. 286), a atenção voltada a oferta de assistência aos estudantes foi mantida nos anos seguintes, sendo citada na Constituição de 1946 estendida a cada sistema de ensino, e destacada também na LDB de

1961, onde chega a ser tratada como direito nos artigos 90 e 91. Segundo a autora, a **assistência estudantil** esteve caracterizada por ações descontínuas, que iniciaram de 1930 até a década de 1980, ocorrendo uma estruturação mais organizada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais.

Destarte foi criado em 2007, o atual modelo de **assistência estudantil brasileiro**, consolidando-se através do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e voltado ao benefício de estudantes graduandos de cursos presenciais, com financiamento através do Ministério da Educação diretamente para as IFES, tornando-se, segundo Imperatori (2017, p. 294), marco histórico por ser referencial em projetos e programas adotados pelas IFES brasileiras, porém até a atualidade não considerada como política de Estado pelas gerências governamentais, regulamentada apenas como decreto. Porém, conforme Soares (2019, p. 41), a não caracterização do PNAES como lei implica em uma possível ausência futura dessa importante assistência ofertada pelo Estado, pois não há estabilidade jurídica que assegure o direito às futuras gerações.

O PNAES tem como objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”, voltado para o apoio a permanência e ao desempenho acadêmico dos estudantes de baixa renda que se encontram em cursos de graduação de forma presencial nas IFES brasileiras, proporcionando oportunidades mais igualitárias, promovendo a inclusão social dessa população acadêmica¹⁹. Para Macedo (2017, p. 32), ao ofertar sua assistência englobada nas áreas didático pedagógica, material e financeira, proporciona um apoio mais consistente a permanência acadêmica, com vistas a diminuição do baixo rendimento e consequente evasão.

[...] para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (ANDIFES, 2007, p. 01).

¹⁹Disponível

em: <[http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia,de%20ensino%20superior%20\(Ifes\).&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20executadas%20pela,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa](http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia,de%20ensino%20superior%20(Ifes).&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20executadas%20pela,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa)>. Acesso em: 25 out. 2022.

Como medida de tornar mais igualitário o acesso à educação superior, o PNAES é norteado pelo atendimento de demandas as quais a vulnerabilidade socioeconômica se faz presente e comprovada, e em seu Art. 5º, reitera que o atendimento no âmbito do PNAES é voltado aos “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

Para o subsídio dessa demanda, de acordo com o Decreto nº 7.234/2010, em seu Art. 3, § 1º refere-se que as áreas de ações desenvolvidas pelo programa incluem o oferecimento de moradia estudantil, alimentação, transporte, cultura, esporte, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, como também a atenção à saúde²⁰. Caberá a cada IFES a definição da seleção dos graduandos contemplados, levando em conta o perfil socioeconômico, devendo acompanhar e aferir o desenvolvimento do programa, visando, segundo Macedo (2017, p. 33), avaliar na medida em que o programa atinge respostas eficazes e eficientes como instrumento de assistência.

Conforme Imperatori (2017, p. 295) observa, são propostas pelo PNAES diferentes ações e políticas para as variadas estruturas, seja a área de moradia, ou inclusão, saúde etc., porém não se padronizou sua execução, resultando em maneiras diferentes de se implementar projetos e serviços pelas diversas IFES.

Segundo Soares (2019, p. 39), o deslocamento de estudantes procedentes de outros municípios e regiões, ocasionado pela implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/SISU)²¹, trouxe uma demanda de estudantes em vulnerabilidade social que, com a presença do PNAES através da sua assistência, promoveu um apoio importante à permanência na academia.

Segundo Andrade e Teixeira (2017, p. 513), as IFES podem escolher de acordo com a necessidade de sua realidade e especificidades, qual recurso ofertado pelo PNAES será

²⁰ Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 25 out. 2022.

²¹ Instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica, em 2009 o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. Desde 2020, o participante pode escolher entre fazer o exame impresso ou o Enem Digital, com provas aplicadas em computadores, em locais de prova definidos pelo Inep. Suas notas podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni), como também em mais de 50 instituições de educação superior portuguesas. Além disso, os participantes do Enem podem pleitear financiamento estudantil em programas do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>>. Acesso em: 25 out. 2022.

necessário para o seu cenário acadêmico, desde que haja a contribuição para melhoramento do desempenho acadêmico dos estudantes, com conseguinte redução da retenção e da evasão no sistema educacional. Retenção e evasão são problemáticas graves que causam prejuízo à instituição ao gerar custos, tornando-se uma questão política e econômica, como também subjetiva, uma vez que traz impactos ao estudante em sua trajetória acadêmica e em sua vida pessoal.

Segundo a ANDIFES (2007, p. 2), a assistência estudantil deve ser reconhecida como direito e considerada como elemento para o plano social orçamentário das IFES, funcionando como espaço de construção de conhecimento relacionados as questões sociais, de dignidade e cidadania para os estudantes. “Desde seu surgimento a universidade sempre foi uma instituição social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições” (CHAUÍ, 1999, p. 06). Entender a assistência como direito social desconstrói o entendimento errôneo de considerá-la como um favor ou uma benevolência do Estado. Conforme Barbosa (2009, p. 39), as políticas de assistência estudantil devem ser entendidas como um,

[...] conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

3.2.1 Acesso a ampliação da permanência: Residência Universitária

O estudo está voltado para uma parte da população da UFPB que tem a sua disposição uma das mais importantes ações relacionadas à política de assistência estudantil, a Residência Universitária, destinada a ser uma ferramenta de apoio e manutenção dos estudantes na academia. Segundo Garrido (2015, p. 729 - 730), as condições da moradia estudantil e as situações vivenciadas no cotidiano universitário refletem nas características dos estudantes, em seus hábitos, cognição, interação social, fragilização ou fortalecimento das habilidades acadêmicas, implicando em seu desempenho e trajetória acadêmica.

Entendemos que a Residência Universitária se torna um dos auxílios mais importantes do Programa de Assistência Estudantil, pois, para os alunos contemplados, se torna lar e apoio longe da sua estrutura familiar e de amizade, alguns oriundos, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), de outras regiões do país com costumes e culturas

diferentes do estado que estuda, convivendo com normas e rotinas próprias do ambiente as quais exigem a adaptação constante a essa realidade e boas relações entre os diferentes sujeitos por todo o período do curso. Segundo Cerchiari *et al.* (2005), Brandão (2016), Ariño e Bardagi (2018), dividir a moradia com estranhos, para alguns indivíduos, somado a outras adaptações e fragilidades, desencadeiam estressores que induzem a sofrimento mental e até o surgimento de transtornos mentais.

Diferente de outros países que utilizam a moradia estudantil paga por seus residentes e parte integrante da universidade com vistas a experiência pessoal e social do estudante, as residências estudantis brasileiras foram instituídas objetivando o atendimento a uma demanda socioeconômica prejudicada, visando sua permanência e o bom desempenho na educação superior, porém, para Garrido (2015, p. 735), existe uma tendência entre as IES brasileiras de ofertarem a assistência da moradia universitária visando ser um local de alojamento do estudante, quando deveria ser um espaço que favorecesse o desenvolvimento da trajetória de seus moradores.

Segundo Barbosa (2009, p. 62), as residências universitárias foram criadas para contemplar os estudantes de baixa renda, procedentes de outros municípios, tendo como objetivos: facilitar o acesso à universidade, como também prestar assistência em outros aspectos, inclusive acesso a saúde, com vistas à permanência, à aquisição de conhecimentos e à conclusão do curso escolhido.

[...] No Brasil, as moradias universitárias estão inseridas em programas de assistência estudantil, que visam melhorar o desempenho acadêmico de estudantes de nível superior. Ademais, tais programas buscam agir na prevenção de situações de evasão universitária e garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (LACERDA; VALENTINI, 2018, p. 414).

A introdução do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o consequente crescimento de estudantes oriundos de locais distantes das universidades tornou o programa de moradia estudantil, entendido como muito importante para o apoio e o acolhimento dos estudantes, essencial para o dia a dia estudantil. Conforme Lacerda; Valentini (2018, p. 414 - 415), a moradia universitária promove aspectos positivos aos moradores, porém uma parcela deles podem se sentir sensibilizados socialmente como também psicologicamente, impactando em seu desempenho acadêmico, havendo populações que se beneficiam, desenvolvendo-se positivamente enquanto outros indivíduos vivenciam uma experiência negativa, promovendo

prejuízo em seu rendimento universitário. Para Bleicher (2018, p. 547), o desempenho e formação do estudante são influenciados pelo desenvolvimento de suas atividades acadêmicas de maneira plena.

Segundo Garrido (2015, p. 734 - 735), a convivência em moradias universitárias promove o desenvolvimento de atitudes positivas e tolerantes quanto às diversidades sociais, culturais, religiosas, de gênero e raciais, porém apresenta também aspectos negativos, conforme cita a autora, devido à distância da família, o estigma de ser morador de residência, a falta de privacidade que, para alguns indivíduos, incomoda e promovem dificuldades e, por vezes, sofrimentos, sentidos em seus desempenhos e suas trajetórias na academia.

Segundo Garrido (2015, p. 729), as situações e particularidades que a residência estudantil proporciona, altera as características de seus moradores em três domínios distintos: no nível de seu domínio pessoal, envolvendo a aquisição de habilidades cognitivas, emocionais e práticas; no nível de domínio social, funcionando como um meio de desenvolvimento e interação social; e relacionado ao seu domínio acadêmico, no fortalecimento ou enfraquecimento das habilidades acadêmicas. Proporciona transformações que podem ser positivas ou negativas para os estudantes, impactando em sua vida nas questões sociais e psicológicas, demandando atenção especial a esses aspectos para que não haja prejuízo ao desenvolvimento acadêmico do indivíduo.

Para Lacerda; Valentini (2018, p. 415), a qualidade da moradia utilizada por um estudante da educação superior influencia significativamente em seu desempenho estudantil e cada indivíduo responde de maneira diferente, seja se adaptando e interagindo com a academia e seus integrantes, desenvolvendo assim um bom desempenho, ou para outros ocorre prejuízo, levando a dificuldades em sua trajetória. Dessa forma entendemos que a assistência estudantil deve promover um cuidado integrado a nível social, psicológico e pedagógico.

Conforme Barbosa (2009, p. 62), o apoio ao estudante, através de programas de assistência, propicia o direito à educação aos vulneráveis social e economicamente, igualando-os a estudantes de classes sociais que sempre tiveram esse direito garantido.

O benefício da moradia universitária, na UFPB, é oferecido ao estudante ingresso em condições de vulnerabilidade, pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), órgão que atua diretamente com essa demanda. Criada pela Resolução nº 29/2010, do Conselho Universitário, gerencia os recursos do PNAES, na UFPB, possuindo vinculação direta com a Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU) e a Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE), tendo como função principal o planejamento, a

coordenação e o controle das atividades de assistência e promoção ao estudante, com vistas à sua permanência nos cursos de graduação presencial. As avaliações para o alcance dos benefícios ocorrem semestralmente, através de processos seletivos para concessão dos auxílios fornecidos pelo PNAES, tendo até o término do ano de 2021 cerca de 288 estudantes beneficiados pelo benefício auxílio Residência, sendo disponibilizado cerca de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a cada estudante contemplado²².

Segundo Santos (2019, p. 45), em relação aos prazos do estudante se manter no Programa, seu cancelamento somente se dará em casos de pedido do próprio estudante; ao final da conclusão do curso; em caso de trancamento do curso, abandono ou evasão; ausência de matrícula nas disciplinas; reprovações na totalidade das disciplinas, CRA menor que cinco (5), abaixo da média exigida; a não renovação do seu cadastramento na PRAPE.

A UFPB possui residências universitárias que se localizam dentro do campus I (João Pessoa) a RUFM²³, no campus II (Areia), campus III (Bananeiras) e campus IV (Rio Tinto). Em João Pessoa existe, além da RUFM, uma residência exclusivamente feminina (RUFET) localizada no centro da cidade. Todas as unidades são administradas pela COAPE e possuem como finalidades²⁴:

I – Assegurar condições básicas ao estudante de reconhecida necessidade para a realização de um único curso de graduação, através de moradia na Residência Universitária e alimentação no restaurante universitário;

II - Proporcionar ao estudante residente possibilidades de desenvolver suas potencialidades no tocante à vida acadêmica e sociocultural;

III – Acolher, havendo disponibilidade de vagas, residentes de outros campi da UFPB ou outros estudantes vinculados a convênios de intercâmbio institucional, durante eventos patrocinados pela Universidade ou por suas entidades estudantis.

Os estudantes que optam pela residência têm sua moradia custeada pela Universidade, utilizando os quartos compartilhados por dois estudantes, possuindo um banheiro, e quartos individuais adaptados para pessoa com deficiência. Recebem o auxílio-residência e auxílio-alimentação nos finais de semana, tendo acesso ao restaurante universitário, mas o auxílio está sendo em pecúnia, devido à pandemia SARS COV 2, desde março de 2020.

²² Disponível em: <<https://www.ufpb.br/prape>>. Acesso em: 25 out. 2022.

²³ Local em que será coletada parte de nossa pesquisa.

²⁴ De acordo com Regimento aprovado pelo CONSUNI RESOLUÇÃO N° 10/2002 que institui o Regimento Interno do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Paraíba.

Destarte, observamos, quanto aos direitos do residente, em seu art. 15, oferecidos pela PRAPE, além das condições necessárias à moradia, alimentação, segurança, disponibilidade de ambiente para estudo, lazer e esportes, é oferecida a assistência médico-odontológica, atendimento pedagógico, psicológico ou social pelo corpo técnico da PRAPE/COAPE²⁵ de acordo com o regimento criado em 2002.

Relacionado a atenção à saúde na UFPB²⁶, é ofertado o atendimento a todos os estudantes que necessitem e solicitarem assistência, sejam beneficiados pelo PNAES ou não, através das ações:

- a) Consultas médicas em nível de atenção primária à saúde;
- b) Tratamento odontológico individual;
- c) Acompanhamento psicológico individual;
- d) Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;
- e) Ações de prevenção de doenças.

3.2.2 Residência Universitária Masculina e Feminina

A RUMF está localizada dentro do campus I da UFPB, sendo constituída por quatro prédios. Está organizada em Bloco A, Bloco B, Anexo A e Anexo B, construída para acolher e oferecer condições básicas de permanência aos estudantes na universidade. Segundo o Regimento Interno da Resolução do CONSUNI nº 10/2002, que institui a Residência Universitária, em seu Art. 2º, como um serviço “temporário oferecido pela UFPB, destinado exclusivamente, a estudantes de cursos de graduação de reconhecida necessidade, visando ao apoio às suas atividades acadêmicas” (UFPB, 2002). Possuindo como finalidade:

- I – Assegurar condições básicas ao estudante de reconhecida necessidade para a realização de um único curso de graduação, através de moradia na Residência Universitária e alimentação no restaurante universitário;
- II – Proporcionar ao estudante residente possibilidades de desenvolver suas potencialidades no tocante à vida acadêmica e sociocultural;
- III – Acolher, havendo disponibilidade de vagas, residentes de outros *campi* da UFPB ou outros estudantes vinculados a convênios de intercâmbio institucional, durante eventos patrocinados pela Universidade ou por suas entidades estudantis (CONSUNI Nº 10/2002).

²⁵ Disponível em: <<https://www.ufpb.br/prape/contents/processo-seletivo/outras-processos-seletivos/edital-04-2020-selecao-unificada-para-auxilios-estudantis-2020/edital-04-2020-selecao-unificada-para-auxilios-estudantis-2020-alteracao-cronograma-2>>. Acesso em: 25 out. 2022.

²⁶ Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/ctcgep/contents/menu/assuntos/apoio-ao-discente>>. Acesso em: 25 out. 2022.

A aquisição desse direito se dá através da inscrição dos alunos e a submissão as regras dos editais de seleção lançados, para oferecer ao alunado vagas para a residência universitária e auxílio-alimentação.

Os estudantes são contemplados, durante o período que permanecem em sua graduação, com serviços de apoio à saúde psicológica, proveniente da assistência estudantil, como também possuem como meio de apoio e resgate a saúde mental e física, os serviços proporcionados pelo CRAS²⁷.

Tendo como previsão de locais que proporcionem cuidado com ações de saúde, os Centros de Atenção à Saúde da Universidade Federal da Paraíba integrados com o Sistema Único de Saúde (SUS).

3.2.3 Benefício à saúde acadêmica: Centro de Referência em Atenção à Saúde

O processo de redemocratização instituído através da promulgação da Constituição Federal de 1988 redefiniu o campo da saúde em relação ao processo saúde-doença “modificando a compreensão sobre o processo saúde-doença, entendendo-o a partir de seus determinantes políticos, sociais e econômicos” (BLEICHER; OLIVEIRA, 2018, p. 544). Observamos que, entre os objetivos do PNAES, já referenciados aqui no nosso trabalho, a saúde não foi priorizada e tratada como princípio de apoio à qualidade, à permanência e ao desempenho do aluno. Para Bleicher e Oliveira (2018, p. 545), a ausência, por parte do MEC, na implementação de políticas de assistência estudantil relacionadas à saúde, fragilizou a atenção para as demandas que são prejudicadas pelo processo saúde-doença nas comunidades estudantis, apresentando falta de cumprimento de metas, avaliações da política de assistência à problemática e um olhar das gestões para o problema.

Segundo pesquisa realizada pela FONAPRACE (2018, p. 172), problemas relacionados à saúde, sejam elas física ou mental são apontados pelos estudantes como obstáculos para o pleno desenvolvimento dos estudos acadêmicos. De acordo com a pesquisa, cerca de 5,9% dos (as) estudantes relatam sofrer, durante o processo de doenças consideradas físicas, dificuldades em se manter um rendimento adequado, sendo influenciados por fatores

²⁷ Regimento Interno do CRAS em seu Art. 2º refere como finalidade a prestação da assistência na área da saúde de excelência aos membros da comunidade universitária, prioritariamente aos estudantes. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cras/contents/documentos/despacho/boletim-de-servicos_aprovacao-do-regimento-do-cras.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

sociais, com uma frequência crescente em discentes do sexo feminino (7,4%), em indígenas não aldeados (7,2%), em deficientes (12,9%), em participantes de programas extracurriculares (7,0%) e em assistidos por políticas de permanência (8,3%). Interessante observarmos no prosseguimento dessa pesquisa, que os problemas de saúde mental apresentam um percentual bem mais evidenciado com a associação de dificuldades para se manter o desempenho destes estudantes, atingindo 23,7%, sendo nos perfis que exibem maior representatividade observa-se: o público feminino apresentando (cerca de 28,6%) e o masculino (17,7%); indígenas (25,1%); pessoas pretas não quilombolas (24,7%); estudantes com deficiência (27,7%); matriculados em cursos integrais (27,1%); participantes de atividades extracurriculares (28,3%); tendo a representação dos cobertos pelas políticas de permanência cerca de 30,1%.

Conforme Bleicher; Oliveira (2018, p. 546), a não priorização da saúde na assistência estudantil, como área prioritária do PNAES, precedeu a insuficiência de financiamentos voltados para a demanda, promovendo diferentes respostas de cada instituição de acordo com suas realidades locais, que não garantem a devida organização e promoção da assistência articuladas entre si em toda a rede da educação superior pública, não promovendo garantias de equidade na assistência estudantil.

Entendemos assim a importância de se criar uma política específica direcionada as ações promovidas pelo PNAES, para haver uma qualidade da atenção integral a assistência estudantil e a diminuição das dificuldades que possam levar a uma trajetória acadêmica sofrida, provocando possível evasão da educação superior. Segundo FONAPRACE (2018, p. 179), cerca de 21,2% dos estudantes da educação superior referiram desejo de abandono da academia ocasionados por problemas de saúde e 17,2% optam pelo trancamento dos cursos como opção, sendo que a frequência de procura por serviços de saúde, para o controle de algum quadro clínico, depende do nível de renda do indivíduo, destacando a necessidade de programas voltados à saúde do estudante de forma assistencial. Em destaque pela pesquisa (p. 230), a referência para o elevado número de casos relacionados à saúde mental dos estudantes, onde 83,5% queixam-se de alguma dificuldade emocional, entre elas: ansiedades acometendo seis a cada dez estudantes, concepção de morte 6,1% e ideia suicida em cerca de 4%, servindo de alerta para as instituições, pois problemas relacionados à saúde mental em todo o mundo seguem em expansão repercutindo na universidade, espelho da sociedade.

A UFPB apresenta uma parcela significativa de serviços de saúde voltados para os estudantes assistidos pela PRAPE, como também aos estudantes universitários graduandos da instituição, que, porém, muitas vezes não são suficientes para a demanda que procura o serviço.

A PRAPE possui em sua composição voltada à saúde dos estudantes assistidos, um Médico (clínico geral), três Psicólogos voltados à atenção para psicologia pedagógica e cerca de oito Assistentes Sociais, que atuam na coordenação de assistência e promoção ao estudante, apresentando um atendimento voltado apenas aos estudantes assistidos pelo programa PNAES.

Relacionados aos atendimentos por especialidades, a UFPB dispõe do CRAS e das Clínicas Escolas, como a Clínica Escola de Fisioterapia, de Psicologia, de Nutrição, de Odontologia etc. O HULW, atualmente cedido a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), presta atenção à saúde do estudante, por meio de consultas pré-agendadas via regulação, englobando todos os estudantes da UFPB.

O Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS), surgido em setembro de 2014, aprovado pelo Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI), anteriormente era denominado SAS (Serviço de Atenção à Saúde). Órgão suplementar da Reitoria torna-se uma nova concepção de atendimento integrado ambulatorial, para proporcionar o acesso a um serviço básico de saúde voltado inteiramente aos docentes, servidores técnicos administrativos e estudantes que fazem parte da comunidade acadêmica da UFPB, partindo dos princípios básicos da Política Nacional de Promoção da Saúde conduzida pelo Ministério da Saúde. Suas atribuições obedecem ao estabelecido na Resolução RDC nº 50/2002 da ANVISA²⁸. Não possui receita financeira própria, contando com os recursos adquiridos através da unidade da Pró Reitoria de Extensão (PROEX), estando o orçamento do órgão totalmente vinculado à Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC)²⁹.

O CRAS oferta prestação de atendimentos em saúde com qualidade e gratuidade, através de uma equipe multiprofissional, tendo uma forma de atuação integrada e multidisciplinar. Oferece suporte assistencial a demanda de usuários que necessitam de atendimento de saúde, colaborando para execução dos programas de saúde, com horário de atendimento de segunda-feira a sexta-feira, das 7 horas às 19 horas presencialmente e através de consultas virtuais por teleatendimento, tipo de atendimento implantado devido a Pandemia SARS COV 2. Possui como missão, segundo o texto do Projeto do Centro de Referência e

²⁸ Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Disponível em: <<https://sbim.org.br/images/legislacao/rdc-2002-50.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

²⁹ Regimento Interno do CRAS, Parágrafo único: O Centro de Referência e Atenção à Saúde - CRAS administra as suas gratificações, contratações e aquisições através da gestão orçamentária, financeira e contábil da Unidade Gestora da Reitoria UGR – 1506446. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cras/contents/documentos/despacho/boletim-de-servicos_aprovacao-do-regimento-do-cras.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

Atenção à Saúde (2013), melhorar as condições de saúde e qualidade de vida, através da facilidade pelo acesso aos serviços, servindo como campo de treinamento para cursos de graduação e pós-graduação, promovendo atividades integradas de ensino-serviço à comunidade acadêmica, pesquisa, extensão e educação pelo trabalho.

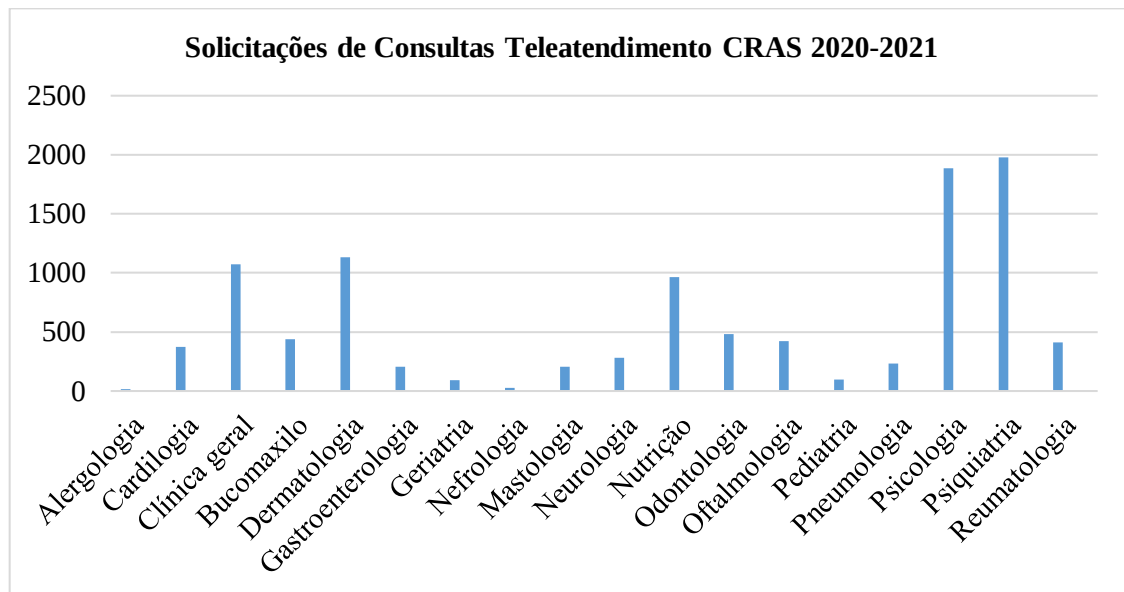
O setor tem por finalidade: prestar assistência com excelência na área da saúde à comunidade universitária, tendo como prioridade os estudantes, incluindo atendimentos em pediatria aos alunos regularmente matriculados na Escola de Educação Básica (EEBAS) ou no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), e através de projetos de extensão, o atendimento aos demais membros como servidores ativos, aposentados, pensionistas, dependentes, terceirizados e servidores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); desenvolver ações de qualificação e capacitação profissional; serviço como campo de estágio para especialização, mestrado profissional, doutorado e residência multiprofissional na área de ciências e saúde, em parceria com Centros da UFPB; servir como campo de treinamento ou estágio para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, além de diversos cursos técnicos da área de ciências, saúde e afins; servir como campo de ensino, pesquisa e extensão na área de ciências, saúde e afins; dar suporte assistencial à demanda de pacientes que necessitam de tratamento de desintoxicação; colaborar com as entidades públicas na elaboração e execução de programas de saúde e educação sanitária; implantar Unidade Básica de Saúde do CRAS nos campi fora de sede; realizar ações individuais e/ou coletivas de prevenção à saúde; promover um serviço de saúde pública humanizado, de qualidade, assegurando a dignidade humana³⁰. Situado em prédio ao lado da RUMF/UFPB, serve de suporte assistencial à demanda de estudantes que necessitam de acompanhamento da saúde física e mental em sua trajetória acadêmica.

O CRAS se encontra na rede de atendimentos eletivos à saúde dos estudantes da UFPB, compondo, em seu Regimento, a referência do estudante da instituição como usuário prioritário ao atendimento. Apresenta em seu quadro, atendimento realizado por enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos especialistas, odontólogos, cirurgiões buco-maxilo-faciais, psicólogos e nutricionistas. Presta também assistência através de exames de imagem, ultrassonografias, ecocardiograma, tomografia e eletrocardiograma. Diante da realidade da pandemia ocasionada pelo SARS COV 2, o CRAS, ao manter sua atenção à saúde através atendimentos híbridos, mantidos por telemedicina e presencialmente, tem absorvido um

³⁰ Segundo RESOLUÇÃO Nº 14/2020- Regimento Interno do Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS).

atendimento sempre crescente voltado à psicologia e à psiquiatria³¹, confirmando a franca ascensão de fragilidades voltadas à saúde mental mundialmente, principalmente no cenário pandêmico vivenciado na atualidade. Ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Levantamento junto a planilha de solicitações de consulta por especialidade em telemedicina do CRAS 2021/2021



Fonte: Planilha de solicitações de consultas CRAS-UFPB 2020/2021. Elaboração própria, 2021.

³¹ Informações adquiridas através do Relatório de Consolidado Anual sobre levantamento de solicitações de consultas e atendimento clínico em telemedicina 2020/2021 do CRAS.

4 SAÚDE MENTAL E SEU CONTEXTO

No presente capítulo, apresentamos ao leitor as características históricas da saúde mental na sociedade moderna, como também abordamos a diferenciação entre as condições entendidas como sofrimentos mentais e os diagnósticos clínicos intitulados transtornos mentais.

Dando seguimento ao capítulo, discorreremos a análise proposta por Michel Foucault quanto ao poder da ciência sobre a saúde mental e sua influência na atualidade, como meio de dominação disciplinar e como forma de regulamentação dos indivíduos na sociedade capitalista, chamado pelo filósofo de **biopoder**.

Por fim, buscamos abordar a relação entre saúde mental e vida acadêmica, suas demandas e influências que repercutem no desempenho acadêmico dentro da universidade, o qual é visto como indicador de qualidade de educação.

O processo que ocorre em um indivíduo que o transporta de um estado saudável para uma situação de doença é indefinido. Hereditariedade, fatores externos, violência, discriminações e modos de vida influenciam a saúde seja ela física ou mental, alterando o corpo e a mente e se tornando um estado de desafio para as pessoas.

Segundo a OMS³², o conceito de saúde não se restringe a ausência de doenças, mas sim ao equilíbrio das situações de bem-estar físico, social e **mental** do indivíduo, tendo a saúde mental como elemento essencial para complementar as dimensões do conceito de saúde, pois ela contribui de forma essencial para o desenvolvimento, bem-estar e formação do indivíduo na sociedade e seu sucesso se dá pela maneira como o sujeito se relaciona com os fatores sociais, psicológicos e biológicos (OMS, 2017, grifo nosso). A ausência da saúde promove a incapacidade de convivência com o outro, outrossim, com a administração dos sentimentos, emoções e frustrações na convivência diária.

[...] as pressões socioeconômicas contínuas são reconhecidas como riscos para a saúde mental de indivíduos e comunidades. A evidência mais clara está associada aos indicadores de pobreza, incluindo baixos níveis de escolaridade. Uma saúde mental prejudicada também está associada a rápidas mudanças sociais, condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável, risco de violência, problemas físicos de saúde e violação dos direitos humanos. Há também fatores psicológicos e de personalidade específicos que tornam as pessoas

³²World Health Organization 2017. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

vulneráveis aos transtornos mentais. Por último, há algumas causas biológicas, incluindo fatores genéticos, que contribuem para desequilíbrios químicos no cérebro (OPAS/OMS, 2016)³³.

Historicamente, a partir da idade média, a saúde mental foi negligenciada pela sociedade. Sua ausência para a sociedade mundial sempre foi vista com olhos de discriminação e desprezo, pois os ditos “loucos” ou “alienados” não se encaixariam nos modelos de comportamentos e condutas da sociedade moderna, sendo introduzido o internamento institucional como medida socioeconômica, “momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 78). Para Foucault (1972, p. 96 - 97), a medicalização gerada através das intervenções médicas ao longo da história, modificou o homem tanto de maneira positiva por meio do controle sanitário das doenças infecciosas, como também de maneira negativa quando a sua intervenção autoritária ocasionava o controle das condutas e do corpo do indivíduo.

Cientistas como Philippe Pinel e Sigmund Freud, tiveram seus olhares diferenciados para essa população em suas épocas, constituindo a psiquiatria no tratamento da sintomatologia da doença, hoje intitulada de transtorno mental, tendo a psicologia também seu lugar de destaque no entendimento e auxílio ao sofrimento causado pelos processos mentais. Segundo Campos (2019, p. 03), os transtornos mentais se mantiveram no decorrer de sua história até o século XX por modelos de assistência de pouca resolutividade, através de práticas de isolamento com consequente perda do livre arbítrio pelo indivíduo acometido, gerando fragilidades de socialização, assistência inadequada e um estigma que até os dias atuais acompanha a nossa sociedade, prejudicando os vulneráveis a esse adoecimento. Para Martinhago (2017, p. 36), se desenvolveu um olhar voltado para a doença, para a existência de algo biológico e físico e a necessidade da intervenção biomédica à saúde mental, apoiada pela indústria farmacêutica durante o processo.

A forma como é vista a saúde mental no Brasil começou a sofrer grandes transformações a partir da década de 1970, com os movimentos antimanicomiais, onde a Reforma Psiquiátrica formulada por familiares que vivenciavam esse transtorno e por profissionais da saúde mental que reivindicavam novas formas, novas concepções e novas posturas para o atendimento à saúde mental, incrementada pela VIII Conferência Nacional de

³³Disponível

em: <https://www.paho.org/pt/search/r?keys=primeiros+cuidados+psicologicos+um+guia+para+trabalhadores+de+campo+Brasil>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Saúde em 1987, através dos eventos voltados a assistência psiquiátrica no Brasil: I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, conseguiram implementar alterações nas ações de cuidado ao portador de sofrimento psíquico e transtornos mentais (FELTES; HOCH, 2015, p. 05). Segundo os autores, atualmente constatamos que a saúde mental é percebida com importância maior e um cuidado mais específico ao indivíduo acometido sendo reconhecidas suas capacidades pessoais e respeito aos seus direitos como cidadão comum.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)³⁴, guia que define os mais variados transtornos mentais e criado pela Associação Americana de Psiquiatria, em 1952 para o uso nos Estados Unidos (EUA), voltado para o uso por parte de profissionais interessados em suas definições, transtorno mental é definido como,

[...] uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais são frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais e outras atividades importantes (DSM-5, 2014, p. 20).

Conforme Graner; Cerqueira (2019, p. 1328), atualmente cerca de 30% dos indivíduos adultos no Brasil apresentam Transtornos depressão e ansiedade Mentais comuns conhecidos como transtornos do humor, entre eles depressão e ansiedade, acompanhados por sintomas de adoecimento biofísico como: fadiga, irritabilidade, pouca concentração, insônia entre outras queixas que levam os indivíduos se sentirem mais afetados em sua vida e rotina diária. É importante esclarecer de acordo com Martinhago (2017, p. 36), que fatores externos podem desencadear o processo de sofrimento mental, condição que afeta estruturas e funções do corpo de um indivíduo, “pois adequados fatores sociais ao atingirem certos sujeitos vulneráveis, desencadeiam o sofrimento psíquico que pode ser confundido a princípio com um transtorno mental” (MARTINHAGO, 2017, p. 110).

Visualizamos cada vez mais um aumento do número de indivíduos apresentando transtornos mentais, pois vivemos em “períodos de apreensão e transformações, que promovem uma sociedade epidêmica de transtornos mentais, com crescimento de diagnósticos e uso contínuo de medicações, inclusive crianças e adolescentes”

³⁴ Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2022.

(MARTINHAGO, 2017, p. 37). Latorre (2018, p. 05) aponta que se tornou normal e necessário o uso de medicações para o controle de situações que em outras épocas seriam trabalhadas de outra maneira pelos indivíduos, em que dificuldades estão conseguindo ser resolvidas ou pelo menos amenizadas com o uso farmacêutico, desenvolvendo segundo a autora uma banalização da saúde mental nos dias de hoje.

De acordo com Lima (2020, p. 11), os manuais e guias bibliográficos que embasam o conhecimento dos profissionais da saúde mental, tratam os transtornos muito voltados para o uso medicamentoso do tratamento, porém cada vez mais se observa que a maneira como a sociedade se encontra e como os indivíduos se adaptam ao cotidiano, influencia no adoecimento. Dessa forma, entendemos que transtornos mentais e sofrimentos psíquicos, estão intimamente ligados entre si, sendo de suma importância que os profissionais tenham um olhar dirigido para os fatores que podem estar desencadeando o problema ou que o expandem.

De acordo com Viapiana *et al.* (2018, p. 176), o interesse em se entender o processo saúde-doença associado a apreciação crítica quanto a saúde mental pela psicologia, contribuiu para vislumbrar a relação entre os processos sociais, bem-estar e condições laborais com o sofrimento psíquico. Os autores apontam que a sociedade capitalista promove métodos de destruição da saúde física e mental do indivíduo, desencadeando cargas psicológicas que consequentemente geram sofrimento mental e adoecimento. Nossa sociedade é adoecedora e fragiliza o indivíduo, de acordo com Silva, M. V. O; Silva, L. M. P. (2018, p. 06), e vivemos em uma época que o sucesso, a imagem externa e estado físico são supervalorizados em uma sociedade que impõe padrões e não admite que seus sujeitos experimentem fraquezas ou fracassos, transformando-os em formas de sofrimentos individuais. Segundo Leão *et al.* (2019, p. 58), a sociedade contemporânea não reconhece que ela própria desencadeia os conflitos ou contradições provocadoras do sofrimento e transformou as referências individuais e coletivas dos sujeitos, desenvolvendo indivíduos inseguros e desamparados, porém exige que o indivíduo apresente resolutividade imediata quanto aos problemas, levando-os a procurar o caminho mais veloz, ou seja, através do tratamento medicamentoso para o seu alívio.

Foucault (2005, 1977) analisa que, a partir do século XVIII, a medicina regularizou a vida dos indivíduos, tornando-se instrumento de saber e produtor de verdades, ganhando espaço e poder na sociedade, como uma forma de controle social. O autor utiliza o termo “medicalizar” apresentado sob dois sentidos, segundo Zorzanelli; Cruz (2017, p. 02), tendo com primeira definição para denominar a influência e a interferência da medicina na vida da

população; e também definido como a relação entre corpo e medicina no campo do biopoder”, que é entendido pelo autor como a tecnologia do poder, sendo a biopolítica a forma como o poder se modifica. “O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1972, p. 80). Para Zorzanelli; Cruz (2017, p. 07), a saúde se torna ideal a ser alcançado pela sociedade e a medicina atua para proporcionar o mínimo risco de ocorrer a doença, pois ela impede que o papel de produtor que o indivíduo exerce na sociedade capitalista, seja fragilizado.

Para Foucault (1972, p. 80), a ideologia capitalista promoveu o controle do sujeito, enquanto força de produção, sendo ao indivíduo exigido sua força de trabalho para a sociedade, onde a medicina age como área do conhecimento que obtém o controle sobre o indivíduo através do cuidado ao corpo. Segundo o autor (p. 97), existe uma medicalização histórica imposta ao homem pela sociedade, para mantê-lo produtivo e capacitado ao trabalho. Ao indivíduo não importa seu sofrimento físico ou mental, desde que se resolva o problema, para o retorno à produção. Segundo Leal (2015, p. 04), o sofrer foi incluído como patologia pela Psiquiatria e para a sociedade contemporânea, quer o sofrimento seja moral ou existencial, este foi absorvido como algo a ser tratado e não superado.

Conforme Lima (2020, p. 16), sofrer é uma condição do homem e deve fazer parte de sua experiência como sujeito, deve ser tolerada e superada, porém segundo a autora, a sociedade moderna trata o sofrimento como algo negativo e que deve ser silenciado, crescendo a cultura da procura pela medicalização do sofrer e a consequente incapacidade de superação individual dos problemas. Para Venturini; Goulart (2016, p. 107), o sofrimento não existe apenas como resposta a dores físicas ou psíquicas, mas ela significa a perda da relação do sujeito com o mundo, evidenciado na dor aguda seja ela mental ou física onde o sujeito se afasta das relações com os outros, dominado pelo isolamento individual. O sofrimento faz parte de se estar vivo e não pode deixar de ocorrer em algum momento da vida, o qual deve ser reconhecido como inevitável, porém finito, sendo o indivíduo responsável por si e por lutar para eliminá-lo de sua vida.

O sofrimento mental se assemelha a aflição, desgosto, dor ou tristeza podendo surgir na vida de um indivíduo a qualquer momento, sendo que a forma de receber essas emoções e reagir a elas se difere em cada pessoa, gerando diferentes respostas de cada indivíduo. Para Martinhago (2017, p. 39), há um crescente aumento de transtornos mentais atualmente, pois além dos indivíduos com transtornos graves e que é imprescindível a necessidade de tratamento medicamentoso, há também uma grande parte de pessoas que o utiliza como meio de resolutividades das dificuldades diárias ou para o desaparecimento de sintomas leves de

sofrimento comuns a vida, sem resolver o que ocasionou o problema. Sendo observado um aumento expressivo de diagnósticos de transtornos denominados comuns como as depressões e ansiedades, incluídos, de acordo com Lelis *et al.* (2020, p. 10), como problema de saúde pública e com profundos efeitos na vida do indivíduo e de sua família.

Para a OMS (2017), a depressão é o transtorno mental que mais se destaca mundialmente, vindo crescendo em números de acometidos a cada ano, sendo principal causa relacionada a mortes por suicídio, chegando a 800 mil casos ao ano no mundo. Caracterizada por baixa autoestima, tristeza, perda de interesse, apetite, falta de concentração e energia, promove o prejuízo da capacidade de trabalhar, estudar e de conviver na sociedade. Sendo subdividido pelo CID 10 (2019)³⁵, em depressão leve, moderada e grave, destacando além das propriedades apontadas pela OMS (2017), a incidência do sono e da libido prejudicados, manifestações da ideia de culpa e sentimento de inutilidade, ocorrendo retardo psicomotor acentuado em alguns casos.

Fisicamente o indivíduo acometido por depressão tem a aparência muito característica de sofrimento intenso. Para Lima (2020, p. 89), ocorre danos nas formas como o indivíduo adoecido pela depressão, estabelece relações sociais com outros indivíduos e com sua produtividade na sociedade contemporânea. “É um transtorno que prejudica a saúde mental, ambiental e física do indivíduo” (LELIS *et al.*, 2020, p. 10), trazendo prejuízo ao seu papel na sociedade exploratória e exigente de relação com a produção.

Segundo a OMS (2017), a ansiedade encontra-se no segundo lugar como transtorno mental que mais acomete a sociedade moderna, tendo o Brasil, conforme Ribeiro *et al.* (2020, p. 5), apresentando cerca de 9,3% de sua população diagnosticado com essa dificuldade. O CID 10 (2019) destaca o medo como característica mais intensa apresentando sintomas físicos como tremores, sudorese, tonturas, palpitações, dores abdominais, perturbações do sono, entre outras. Para Dalgalarrrondo (2019, p. 126), o indivíduo apresenta uma tensão muscular que compromete o corpo, mantendo-o constantemente em estado de alerta devido as descargas de adrenalina no sistema nervoso autônomo, apresentando sinais de alarme para o corpo como: dificuldade de respirar, tremores em mãos, pés e lábios, tendo o indivíduo apresentando durante o transtorno, um estado de vigilância constante.

[...] Os transtornos de ansiedade incluem transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Medo é a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça

³⁵ Disponível em: <<https://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>>. Acesso em: 25 out. 2022.

futura... Os transtornos de ansiedade se diferenciam do medo ou da ansiedade adaptativos por serem excessivos ou persistirem além de períodos apropriados ao nível de desenvolvimento. Eles diferem do medo ou da ansiedade provisórios, com frequência induzidos por estresse, por serem persistentes [...] A maioria ocorre com mais frequência em indivíduos do sexo feminino do que no masculino [proporção de aproximadamente 2:1] (DSM-5, 2014, p. 189).

Para o Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), o indivíduo portador do transtorno de ansiedade se comporta em estado de alerta sempre à espera de que algo ruim poderá acontecer, possuindo um receio intenso e dificuldade de controle de seus medos e preocupações, levando a uma perturbação significativa no indivíduo. O indivíduo acometido pela ansiedade, segundo Lima (2020, p. 89), pode ter a sua capacidade de concentração prejudicada em alguns setores influenciados por seu modo de vida. Promovendo significativo sofrimento aquele que é acometido pelo adoecimento, sendo muito importante a abordagem ao problema correta e eficazmente.

Lima (2020, p. 90) ressalta que instrumentos e manuais de diagnósticos são extremamente importantes para guiar os diversos profissionais quanto a definição e sintomatologias dos diversos distúrbios e doenças, porém deve-se ter um olhar diferenciado sobre a individualidade do sujeito que sofre.

4.1 FOUCAULT E O DOMÍNIO DISCIPLINADOR DA SAÚDE MENTAL PELO BIPODER

Segundo Foucault (1975, p. 08 - 09), a doença mental é entendida e definida como qualquer outra doença, tendo sua manifestação definida por sintomas clínicos e também sintomatologias psicológicas, havendo a ocorrência de um desequilíbrio interno, estrutural e de personalidade do indivíduo, “um paralelismo abstrato” (FOUCAULT, 1975, p. 09).

De acordo com Foucault (1977, p. 103), o conjunto de sintomas se torna a essência que em algum momento se torna patológico produzindo, dessa forma, a doença que fragiliza o organismo do indivíduo, prejudicando sua produtividade. Conforme Zorzanelli e Cruz (2018, p. 06), a ciência, por meio da medicina, se tornou a estratégia que uniu o mecanismo disciplinador e regulador da biopolítica, ofertando o bem maior desejado pelos indivíduos e sociedade: a saúde. Produziu uma sociedade de normalização, comentada por Foucault (1975, p. 302), onde as normas se tornaram elementos aplicados na sociedade, para o controle de

supostos acontecimentos biológicos ou imprevistos que prejudicassem a organização do indivíduo.

Para Torre; Amarante (2012, p. 46), Foucault (1975) entendia que as convicções ideológicas aprendidas e inculcadas na sociedade, ao longo do tempo, promoveram efeitos em todos os indivíduos, afetando o modo de ser dessa sociedade, impondo a noção de “normalidade”, onde tudo o que é contrário ao que é considerado normal deveria ser perseguido e eliminado para que a anormalidade não seja copiada na convivência com os normais (p. 48).

Segundo os autores (TORRE; AMARANTE, 2012, p. 44), ao citar a obra de Foucault, *História da Loucura*, escrito em 1978, o transtorno mental passou a ser entendido pela sociedade de maneira diferente. Antes aceito como uma alienação mental se torna, a pouco mais de um século, reconhecido como enfermidade e tratado por médicos através da psiquiatria. Para os autores, tem início a introdução do poder da ciência para combater a apresentação de comportamento tido como patológico pela sociedade.

Conforme Foucault (1975, p. 289 - 290) aponta, inicia-se a introdução de uma nova tecnologia de poder, chamada pelo autor de biopoder proporcionando o controle dos processos dos indivíduos, sejam eles de nascimento, óbitos e de produtividade.

[...] essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles tem de global (FOUCAULT, 1975, p. 293).

Ainda para Foucault (1975, p. 299), a tecnologia biopolítica, que leva ao biopoder, gera mecanismos que se complementam e se articulam, chamados pelo autor de mecanismos disciplinadores que atuam diretamente no indivíduo e mecanismos reguladores que atuam na população total, refletidos no modo de vida, na sexualidade e na organização dos indivíduos, das famílias e, conseqüentemente, da sociedade. Segundo Foucault (1976, p. 288 - 289), o biopoder inicia-se a princípio através do controle dos indivíduos, utilizando-se procedimentos disciplinares, para obter sua força de trabalho, centrado em seu corpo como máquina. Por conseguinte, segundo o autor, o biopoder atua na vida da espécie humana, ou seja, dentro da sociedade, regulando seus processos biológicos como as taxas de natalidade, mortalidade,

produtividade de trabalho, longevidade, promovendo o controle dos indivíduos e sua inserção social.

Os processos disciplinares presentes na vida do indivíduo se iniciam no ambiente educacional, conforme Foucault (2005, p. 140), onde ocorre o treinamento para se garantir o controle do comportamento através da disciplina. O poder disciplinador promove o adestramento dos sujeitos (p. 143), produzindo indivíduos que se tornam instrumentos utilizados pelo biopoder. O biopoder “pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1975, p. 302).

Segundo Torre; Amarante (2012, p. 46), a medicina psiquiátrica teve uma contribuição importante para o capitalismo, pois cabia a ela a indicação da normalidade de comportamentos dos sujeitos, adequando padrões e aplicando o controle e a correção aos indivíduos, atuando assim de modo disciplinador na sociedade (p. 47). Para Foucault (1972, p. 89), o poder político da medicina vigiava, dividia e individualizava, isolando o indivíduo através de um olhar excludente e controlador do sujeito na sociedade.

De acordo com Foucault (1975, p. 54), criaram-se, a partir do século XVII, instituições que tinham como intuito o internamento dos indivíduos que apresentavam perfis contrários aos que a sociedade entendia como organizados pela moral e razão. Inseridos nesse cenário, encontravam-se inválidos e idosos, inseridos na pobreza, desempregados que emitiam opiniões contrárias à boa conduta social da época, libertinos, pessoas que eram julgadas quanto a sua conduta por familiares ou pela realeza, tendo também os doentes mentais, denominados portadores da loucura e incluídos nessa realidade de esquecimento e exclusão da sociedade. A loucura, como comenta o autor, não era reconhecida como doença e sim como algo que deveria ser retirado do convívio da sociedade onde “o internamento foi então ligado nas suas origens e no seu sentido primordial a esta reestruturação do espaço social” (FOUCAULT, 1975, p. 55).

Conforme Foucault (1972, p. 88), a medicina utilizava, através de seus conhecimentos, uma intervenção à saúde mental por meio do tratamento voltado para a reclusão, medicalização e dominação, com o intuito de purificação da sociedade.

[...] Foucault nos leva a um questionamento radical: da clínica, psicopatologia e das terapias como forma de relação privilegiada com os sujeitos; e do poder psiquiátrico e das instituições de confinamento dos desviantes, não apenas como instrumentos de repressão e exclusão, mas também como produtores de uma forma de relação que inclui toda a sociedade, moldando seus pensamentos e valores no lidar com a loucura (TORRE; AMARANTE, 2012, p. 60).

Torre; Amarante (2012, p. 58 - 59), ao comentar conceitos de Foucault (1975), observam que os pensamentos do filósofo contribuíram de maneira fundamental para a Reforma Psiquiátrica, mudando percepções da sociedade acerca da doença mental e sua relação com as instituições. Suas ideias sobre o conceito da loucura, conforme os autores, propôs a humanização das práticas de tratamento à saúde mental, repensando as relações de poder das instituições psiquiátricas e sua possível relação de conexão com a saúde mental dos indivíduos, reconsiderando o necessário rompimento dos processos relacionados a internamentos, dominação e medicalização em prol da dignidade, cidadania e democratização do sujeito em cenários de evidente autoritarismo.

Na atualidade o biopoder se mostra presente através das biotecnologias atuais, segundo Zorzanelli; Cruz (2018, p. 07), tendo a medicina imposto funções que promovem a manutenção de uma sociedade normalizadora, porém havendo uma subjetivação da doença, onde mesmo sem sua existência se aguarda de cada indivíduo a responsabilidade de manter suas práticas normativas de regulamentação da vida para evitar os riscos de adoecimento, idealizando a saúde como sinônimo de bem maior para sociedade atual “[...] em que os mínimos riscos de adoecer devem ser eliminados em nome do bem-estar e, portanto, a saúde deve ser uma busca constante ainda que não se tenha adoecido” (ZORZANELLI; CRUZ, 2018, p. 07).

De acordo com Zorzanelli; Cruz (2018, p. 09), a medicalização influencia os processos sociais dos indivíduos através da existência do poder sobre a vida destes em sociedade, onde a medicina é um “saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 1975, p. 302).

4.2 SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM A VIDA ACADÊMICA

O ingresso na Universidade é uma etapa aguardada e almejada pelos jovens que a veem como último degrau entre a adolescência e a transformação em jovens adultos capazes e responsáveis pelo seu futuro, promovendo no indivíduo status de membro da sociedade. “Transições passadas em cada etapa da vida se configura sempre como experiências significativas para qualquer pessoa, considerando os desenvolvimentos biológico, psicológico, social e cultural” (BRONDANI *et al.*, 2019, p. 144). Conquistar a vida acadêmica é uma fase da vida esperada pelas famílias e para a maioria dos jovens estudantes

brasileiros, um modo de proporcionar oportunidades de sucesso e mudança da qualidade de vida adulta.

Segundo BÍró *et al.* (2019, p. 02), boa parte dos estudantes universitários encontram-se experimentando uma fase de suas vidas caracterizada pelo desenvolvimento de costumes pessoais, regras, relações interpessoais, desenvolvimento de sua autoimagem e individualidades para a vida adulta, como também, segundo as autoras, é uma faixa etária propensa ao surgimento de transtornos mentais, os quais, se não forem reconhecidos e tratados, podem promover prejuízo do rendimento acadêmico, gerar evasões e malefícios à saúde geral do indivíduo.

Latorre (2018, p. 161) refere que a vida acadêmica além de proporcionar uma transição para a vida adulta, colabora para o desenvolvimento intelectual e individual do sujeito, por meio das modificações que o ambiente proporciona e a necessidade de se adequar a esse cenário. Dessa maneira, a educação ao fazer parte da vida, transforma o indivíduo, proporcionando uma diminuição da situação de pobreza e dificuldades de acesso, transformando suas capacidades e promovendo condições justas para a competitividade, reconhecimento e construção de identidade.

O mundo contemporâneo e globalizado promove transformações sociais e estruturais nos indivíduos, produzindo uma sociedade voltada para o bom desempenho individual e uma clara auto exploração do sujeito de acordo com Corbanezi (2018, p. 338), dessa forma é observado uma relação muito íntima com a produção, promovendo o esgotamento mental do indivíduo. Para Viapiana (2018, p. 177), o contexto capitalista prejudica em algumas situações a saúde física, gerando também cargas psíquicas que lesam a saúde mental de um indivíduo.

Segundo Foucault (2005, p. 219), a instituição universitária possui a função de seletora dos saberes, exercendo uma espécie de monopólio de fato e de direito. Para o autor, o estudante chega à academia após ter sido modelado pela sociedade ao contexto social, através das instituições, sejam elas prisionais, industriais, asilos, locais os quais ele foi disciplinado, em especial a instituição escolar, que influencia o indivíduo em sua formação. A instituição universitária se apresenta,

[...] como uma espécie de grande aparelho uniforme dos saberes, com suas diferentes categorias e seus diferentes prolongamentos, seu escalonamento e seus pseudópodes [...], papel de seleção da universidade, seleção dos saberes; papel de distribuição do escalonamento, da qualidade e da quantidade dos saberes em diferentes níveis; esse é o papel do ensino, com todas as barreiras que existem entre os diferentes escalões do aparelho

universitário; papel de homogeneização desses saberes com a constituição de uma espécie de comunidade científica com estatuto reconhecido; organização de um consenso; e, enfim, centralização, mediante o caráter direto ou indireto, de aparelhos de Estado. Compreende-se o aparecimento, pois, de algo como a universidade, com seus prolongamentos e suas fronteiras incertas, no início do século XIX, a partir do momento em que, justamente, se operou esse pôr em disciplina os saberes, esse disciplinamento dos saberes (FOUCAULT, 2005, p. 219).

Para Silva, M. V. O; Silva, L. M. P. (2018, p. 06), na sociedade o individualismo e a competitividade incorporada pelo capitalismo contribuem para que o indivíduo chegue fragilizado e vulnerável a universidade, encontrando um cenário de metas, responsabilidades, individualidade e competição como extensão da nossa sociedade provocando sofrimento mental, que em alguns vulneráveis promove um adoecimento psíquico e consequências que prejudicam a instituição, o aluno e sua futura vida profissional. Valdebenito (2017, p. 267) menciona que o meio acadêmico é um ambiente exigente e novo para os estudantes, requerendo compreensão e adaptação a essa nova realidade, onde para muitos pode gerar apreensão e dificuldades.

A adaptação acadêmica, segundo Ambiel *et al.* (2016, p. 289), se refere a acomodação aos princípios, regulamentos e padrões do novo ambiente universitário pelo estudante, onde o indivíduo deve buscá-la com o auxílio de ações intrapessoais, interpessoais e familiares durante toda a vivência acadêmica. Essa vivência deve ser arquitetada conforme Soares *et al.* (2019, p. 06), através da construção de laços de amizade, oferecendo a troca de informações e experiências, com o investimento individual em seus comportamentos sociais, cognitivos e acadêmicos, se tornando melhor o desenvolvimento tanto do crescimento pessoal como do sucesso acadêmico no ambiente universitário.

Para Venturini; Goulart (2016, p. 102), o cenário competitivo que domina a universidade a transforma em um ambiente excludente e provocador de sofrimentos estimulado segundo os autores, pelo seu pensamento meritocrático. Gera nos estudantes baixa participação e análise autocrítica, individualismo, exposição a situações de risco a estressores, havendo o domínio de demasiada pressão por produções científicas e geração cada vez maior de evasões universitárias.

Segundo estudo realizado pela ANDIFES (2011) é observado nas universidades o crescimento significativo da porcentagem de estudantes com nível sócio/econômico vulnerável, como também o aumento expressivo de sofrimento emocional relacionado a

situações de estresses ou dificuldades, consumo de substâncias lícitas e ilícitas entre os estudantes universitários e a busca por ajuda em tratamentos psicológico e/ou psiquiátrico.

[...] dificuldades emocionais se incluem entre os fatores que afetam o desempenho acadêmico. Quase metade dos estudantes vivenciou crise emocional no último ano. Dificuldades de adaptação a novas situações envolvendo, por exemplo, adaptação à cidade, à moradia, ou separação da família, entre outras, foi reportada como significativa por 43% dos estudantes [...] O apoio psicológico é procurado por 29% dos estudantes, o que retrata a importância da oferta deste serviço nas Universidades Federais (ANDIFES, 2011, p. 44).

Chauí (2016) analisa a organização da universidade em nossa sociedade neoliberal como modelo administrativo de empresa privada. Para a autora, transformada em universidade operacional, a instituição fragiliza a academia, a transmissão e absorção do saber, onde a lógica do mercado promove a perda da autonomia universitária e a opera em uma inversão ideológica da qualidade pela quantidade, produtividade e eficiência, de instituição social à organização prestadora de serviços. Os atores sociais envolvidos acabam por não alcançar sua busca pela reflexão, pela crítica e definição de valores, podendo promover o adoecimento em alguns fragmentados por um cenário de imposição empresarial pela produção. Para Chauí (2016, p. 03), a universidade operacional atua,

[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões administrativos inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ininterruptamente ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho do conhecimento. A heteronímia da universidade é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Voltada para o seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

Segundo Ariño; Bardagi (2018, p. 44), possíveis fatores acadêmicos possibilitam estresses e fatores de risco para a saúde e adoecimento mental dos estudantes universitários, levando o crescimento pela procura ao atendimento em saúde. As pessoas tendem a lidar com

questões ou situações que lhe afligem de maneira cada vez mais individualizada e a crença em sua capacidade e seu reconhecimento como capaz, influi em algum nível sobre sua saúde mental. O sofrimento/adoecimento mental representado por uma quantidade cada vez maior de estudantes influencia a própria independência e autonomia dos mesmos, como também, no aproveitamento das oportunidades de aprendizado, relacionamentos, vínculos com colegas e docentes segundo Castro (2017, p. 381), fatores estes que influenciam na vida futura como profissional.

Segundo Gonçalves (2019, p. 20), a forma de viver, de se adaptar e responder às necessidades cotidianas de cada estudante é fundamental para seu desenvolvimento social e acadêmico, contribuindo para sua trajetória acadêmica ser cumprida com sucesso em tempo regulamentar, de acordo com o que o curso padroniza, ou com dificuldades, muitas vezes estendendo sua finalização, visualizado pelo número de estudantes retidos no ensino superior universitário. Por isso, é de suma importância a promoção de apoio e orientações aos estudantes, estimulando “promover uma vida produtiva, motivada, saudável para que alcancem desempenho máximo durante essa fase crucial de seu desenvolvimento intelectual” (GONÇALVES, 2019, p. 20).

Para Vizzotto *et al.* (2017, p. 69), estudantes que apresentam transtornos mentais, entre eles ansiedades, depressão, estresses, entre outros, são, com mais frequência, indivíduos que se encontram longe do seio familiar e de amizades, se adaptando às mudanças pessoais da transição para a vida adulta e aquisição de responsabilidades e interesses, sem o apoio de pessoas próximas a seu seio familiar. Segundo os autores (2017, p. 70), a situação de se estar fora do convívio familiar e de amigos, observada naquele que se encontra em situação de moradia universitária, fragiliza o indivíduo, que enfrenta uma fase da vida em que ocorrem amadurecimento e desenvolvimento da identidade adulta, como também a modificação de seu grupo social somado ao processo adaptativo às demandas acadêmicas, gerando conflitos e produzindo, em alguns indivíduos, maiores dificuldades de superação, havendo a necessidade de desenvolvimento de serviços que intervenham e apoiem os mais fragilizados, promovendo o tratamento das vulnerabilidades, que ocorrem no meio acadêmico, e impulsionando um desempenho e trajetória estudantil com maior sucesso.

Autores como Brown (2016), Castro (2017), Ariño; Bardagi (2018) salientam a vulnerabilidade da saúde mental na educação superior. Abordar transtornos mentais no meio acadêmico, sejam eles sofrimento mental comum ou os casos mais graves, devem ser vistos com a devida importância e necessita ser organizada estratégia de ação para os indivíduos que sofrem, sendo relevante dar atenção às diversas manifestações demonstradas pelo indivíduo.

Segundo Biró *et al.* (2019, p. 01), a maioria das apresentações de transtornos mentais entre a população, ocorre a partir dos 18 anos se estendendo por todo o período juvenil, sendo vista sua intercorrência nas universidades por todo o mundo.

Desta feita, uma crescente população acadêmica em sofrimento mental surge com o passar dos períodos, necessitando de apoio e proteção, onde indivíduos estão perdendo a confiança nas suas performances, desencadeando apreensão, inquietação e medo, transformando aquilo que poderiam superar tranquilamente, em estresse psíquico, manifestado no corpo por doenças psicossomáticas. Assim constata-se a dificuldade de muitos jovens em lidar com as emoções, conflitos e a incapacidade de reproduzi-los verbalmente, manifestando através do corpo adoecendo-o, influenciando fortemente seu desempenho e permanência, levando em casos extremos a evasão ou trancamento de matrícula.

Muitos são os fatores determinantes para desencadear o sofrimento psíquico entre os estudantes acadêmicos, motivo de análises diferentes por muitos autores. Para Ariño; Bardagi (2018, p. 45), o que influencia o desenvolvimento de estressores nos estudantes podem ser situações pessoais, sociais, econômicas e a própria instituição educacional. A universidade conduz mudanças significativas aos sujeitos, porém a dificuldade de adaptação às demandas acadêmicas produzem sequelas na saúde dos estudantes, segundo as autoras.

[...] essas demandas acadêmicas são aspectos característicos da vida universitária, como o excesso de carga horária de estudo, o nível de exigências em relação ao processo de formação, a adaptação a um novo contexto, novas rotinas de sono, novas demandas de organização de tempo e estratégias de estudo etc. Tais aspectos podem se constituir como estressores, pois demandam do estudante um repertório comportamental para se organizar e conseguir enfrentar tais exigências (ARIÑO; BARDAGI, 2018, p. 45).

Para as autoras Ariño; Bardagi (2018, p. 45), as demandas acadêmicas promovem uma mudança de perfil comportamental do estudante para que ele consiga dar resolutividade as rotinas, cobranças e excesso de carga horária que a academia impõe, gerando em alguns sujeitos desequilíbrios que prejudicam a saúde mental. Podendo também ser mencionado, conforme Chaves *et al.* (2019, p. 86), que houve no decorrer dos anos uma maior facilitação de estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis, que além de estudar são trabalhadores obrigados a acomodar o estudo e o trabalho, sendo mais um possível estressor para os mais vulneráveis.

A vulnerabilidade socioeconômica, para Venturini; Goulart (2016, p. 97), também se torna uma demanda enfrentada pelos estudantes na universidade, pois produz um tipo de sofrimento mental que pode desencadear o adoecimento provocado pela exclusão social entre os acadêmicos. O sujeito se sente em desvantagem social e muitas vezes não se enxerga em posição de igualdade entre os colegas, gerando sofrimento e sentimento de segregação. Gera conforme os autores desamparo, tornando possível ficar susceptível aos transtornos mentais. Segundo Brondani *et al.* (2019, p. 143), a prevalência de riscos à saúde mental também é favorecida entre estudantes que moram em repúblicas ou residências universitárias, longe dos familiares e amigos. A integração a um novo modo de vida, desligado do núcleo familiar é uma experiência que promove em alguns vulneráveis, dificuldade de adaptação com o meio, elevando o surgimento transtornos mentais (VIZZOTTO, 2017, p. 69).

Segundo Heather (2017, p. 01), estressores vivenciados por estudantes acadêmicos influenciam no desempenho acadêmico, como também fragiliza psicologicamente o estudante, levando ao desenvolvimento de transtornos mentais nos indivíduos que possuem essa vulnerabilidade. Para Silva *et al.* (2019, p. 05), a falta de repouso e lazer promovem o prejuízo da saúde mental e consequentemente da qualidade de desempenho do aluno. Ariño; Bardagi (2018, p. 45) destacam que as demandas mudam a cada finalização das disciplinas e consequentemente os estressores se tornam diferentes durante o decorrer do curso, dividido em períodos chamados pelas autoras como inicial, médio e final, sendo vivenciado de maneira diferente por cada indivíduo, tendo nos que apresentam alguma fragilidade na sua capacidade de enfrentamento dos estressores, a ocorrência de experiências mais intensas que os demais, se observando maior risco para o estudante devido a necessidade de adaptação à nova realidade. Conforme Silva *et al.* (2019, p. 06), as fragilidades e dificuldades de cada indivíduo influenciam no enfrentamento dos estressores, que somado ao frágil apoio da instituição de ensino, acarretam muitas vezes as temíveis evasões no sistema.

Para Valdebenito (2017, p. 269), a capacidade do estudante de enfrentar as demandas acadêmicas e conquistar o sucesso, está intimamente ligada a construção da autoeficácia acadêmica por parte do indivíduo, que em muitos encontra-se desenvolvida antes mesmo do seu ingresso na educação superior. Para o autor, a fase inicial do curso na universidade é a mais crítica de adaptação e a autoeficácia acadêmica influencia na obtenção de resultados satisfatórios quanto ao desempenho acadêmico e permanência no curso.

A autoeficácia segundo Santos *et al.* (2019, p. 02), com base na Teoria Social Cognitiva de Bandura (1977)³⁶, é o conceito que define como as convicções pessoais influenciam as respostas aos desafios enfrentados, sendo mais intensa a busca por sucesso naqueles em que a autoeficácia é maior percebida. Para Valdebenito (2017, p. 269), o estudante que apresenta melhor autoeficácia, tem maior capacidade de conquistar um melhor desempenho, com mais confiança em suas capacidades, como também resistir as dificuldades enfrentadas no meio universitário, sejam elas de ordem pessoal, social ou acadêmicas. A obtenção de um adequado nível de autoeficácia intervém na maneira como o estudante confronta os estressores, pois ele é entendido,

[...] como um processo que funciona como mediador da relação de *coping* e o processo de saúde. Sendo que, possuir níveis satisfatórios de autoeficácia interfere nas estratégias empregadas para enfrentamento dos estressores acadêmicos vivenciados neste período, podendo gerar uma melhora na qualidade de vida e nos demais aspectos de saúde. Consequentemente, uma melhora da autoeficácia também promove percepções mais positivas da experiência acadêmica (ARIÑO; BARDAGI, 2018, p. 45, *grifos das autoras*).

Com base nas reflexões citadas pelos autores estudados, observamos que elementos externos acadêmicos, como os chamados estressores associados aos fatores individuais, contribuem para processo de risco da fragilidade da saúde mental em indivíduos vulneráveis, manifestados em situações de adoecimento físico importante. Entre as alterações mais visualizadas nos estudantes em sofrimento mental temos, conforme Silva *et al.* (2019, p. 02), fadigas, alterações no sistema cardiovascular como pressões arteriais e frequências cardíacas com variações importantes, síncope, cefaleias intensas, sudoreses, rigidez na musculatura, como também alterações no sistema digestivo, levando ao aparecimento de vômitos e dores abdominais em situações estressoras, destacando-se alterações do sono, da memória e tensão emocional.

³⁶ A Teoria Social Cognitiva, proposta por Albert Bandura, psicólogo e professor de psicologia social da Universidade de Stanford, defende que o sujeito se desenvolve a partir da “compreensão da realidade, participação ativa no processo, motivação, trabalho em grupo, feedback e estabelecimento de objetivo” e a sua forma de pensar e agir são estruturados pelas inter-relações entre “fatores pessoais, comportamentais e ambientais”, formando comportamentos baseados em crenças de autoeficácia que motivam suas atitudes frente as dificuldades enfrentadas na vida. Possuir crenças de autoeficácia baixa promove o abandono com facilidade de seus objetivos ao enfrentar obstáculos, julgando que seus esforços não atingirão sua meta, de outro modo, os indivíduos que possuem crenças de autoeficácia positivas procuram superar dificuldades surgidas durante vida (LIMA *et al.*, 2018, p. 143).

Sintomas físicos juntamente com os emocionais provocam o prejuízo do bem-estar e da qualidade de vida destes estudantes, produzindo novas demandas de saúde, conforme Ariño; Bardagi (2018, p. 49), ao desencadear tristezas e variações do humor, sonolências, baixa concentração, confusão mental, entre outras, debilitando o indivíduo e demandando o risco de desenvolvimento de depressões, ansiedades, ou mudanças de comportamento ou ainda abuso de substâncias lícitas ou ilícitas, nos mais vulneráveis psicologicamente. Há cada vez mais entendimento que as instituições de ensino devem estar preparadas estrategicamente para o enfrentamento desse problema e obter maior agilidade nas ocorrências de vulnerabilidade estudantil (SILVA *et al.*, 2019, p. 06). Assim ocorrerá a diminuição dos fatores de risco a saúde física e mental do alunado, como também a redução da ocorrência do crescimento de evasões relacionadas a esse cenário.

Venturini; Goulart (2016, p. 95) entende que entre os universitários em todo mundo, está muito evidente problemas relacionados a saúde mental na educação superior, carecendo de um acolhimento adequado pelas instituições universitárias. Vizzotto (2017, p. 70) comenta sobre a importância da universidade na vida do estudante, tanto no nível de modificadora e ampliadora do universo do indivíduo, em uma fase em que o jovem sofre com conflitos quanto a sua imagem, amadurecimento, receios e identificação com novos grupos, como também provocadora de estresses devido a todo contexto acadêmico. Apontando a necessidade de a academia exercer um papel de apoio a seus alunos para lidarem da melhor maneira com a realidade estudantil, intervindo assim em futuras situações com desfechos negativos.

Segundo Venturini; Goulart (2016, p. 113) para a universidade ter resolutividade quanto a questão da saúde mental prejudicada, a instituição deve se tornar mais acolhedora, envolver o estímulo por uma educação inclusiva e solidária, promovendo assim respostas aos desafios que ela mesma oferece. Dessa forma, entendemos que um ambiente acolhedor favorece o fortalecimento de vínculo importante entre o aluno e a instituição, contribuindo para um desenvolvimento de compromisso por parte do aluno, visualizado através de seu desempenho na academia, que determinará sua trajetória na instituição.

4.2.1 Desempenho acadêmico como indicador de qualidade da educação

Pesquisadores como Valdebenito (2017, p. 268), Andrade; Teixeira (2017, p. 514), Bardagi; Hutz (2005, p. 289), Bardagi (2007, p. 19), afirmam que existe a influência de

fatores econômicos, como também os adaptativos à vida universitária, onde as relações pessoais, sociais e psicológicas, intervêm no desempenho estudantil, repercutindo muitas vezes no abandono acadêmico, e a assistência aos estudantes deve estar presente promovendo o apoio para a transposição dessas barreiras. Para Andrade; Teixeira (2017, p. 514), identifica-se restrição a esses aspectos mais subjetivos, quanto aos referenciais enunciados no Decreto nº 7.234/2010, apontando baixa eficácia ao se isolar as ações a favor do bom desempenho e permanência na instituição, tendo, para os autores, o desempenho acadêmico como indicador para o acompanhamento da retenção como também da evasão.

Nesse diapasão, entendemos que o desempenho acadêmico funciona como indicador de análise, de grande importância no cenário educacional, em que, a partir de como ele se encontra, faz com que o estudante muitas vezes o utilize para realizar escolhas que promovam mudanças extremas em sua vida acadêmica, seja para investir mais profundamente nos estudos ou para desistir de sua trajetória acadêmica. Para Brandão (2016, p. 46), situações que prejudicam o desempenho como reprovações em disciplinas, dificuldades sociais, econômicas, ou acadêmicas do próprio sujeito e os fatores relacionados à sua saúde mental, podem vir a aumentar a possibilidade de ocorrer evasões na academia.

Para o nosso estudo, a relação entre desempenho acadêmico e a saúde mental tornou-se o tema de interesse nesse capítulo, pois entendemos que são categorias que influenciam a trajetória acadêmica, onde encontramos na literatura a presença de muitos pesquisadores com atenção voltada para o tema, sua importância e suas consequências para a permanência do aluno na educação superior. Santos *et al.* (2020), Graner; Cerqueira (2019), Brondani *et al.* (2019), Lopes *et al.* (2019), Latorre (2018), Nogueira (2017), Valdebenito (2017), Campos *et al.* (2017), Wyatt *et al.* (2017), Brandão (2016), entre outros autores, entendem que a entrada na universidade proporciona ao aluno emoções acompanhadas por estresses durante a adaptação à vida universitária, que, para alguns, pode levar ao prejuízo da saúde mental e a dificuldades em lidar com essas mudanças emocionais, vindo a influenciar o desempenho, sendo identificadas como fatores de risco, pois fragilizam a permanência desse aluno no ambiente acadêmico.

Para Lacerda; Valentini (2018, p. 414), as demandas acadêmicas são apontadas como indicadores de desencadeamento de estresse e esgotamento mental no meio acadêmico, sendo uma pauta, atualmente, de importância em discussões entre os gestores das instituições de ensino superior. Para os autores, é significativo um olhar voltado à discussão desse assunto, na busca dos perfis de estudantes mais fragilizados pelos estressores acadêmicos e à

elaboração de serviços, redes de apoio e melhoramento de programas para atuação no enfrentamento do problema e também na prevenção dessa questão.

Para Ramos *et al.* (2018, p. 59), a universidade apresenta uma série de exigências que para ser vivenciadas com sucesso, depende das habilidades que o estudante possui para enfrentá-las. Para os autores, sua ausência promove o acúmulo de dificuldades desencadeando em muitos estudantes problemas psicológicos e agravamento de problemas mentais pré-existent, através da reação desencadeada por ansiedades e estresses facilitando o surgimento de retenções e possíveis evasões acadêmicas. Dificuldades de ordem emocional sejam conflitos familiares ou pessoais influenciam de maneira mais impactante o desempenho e trajetória acadêmica de alguns indivíduos bem mais que as dificuldades cognitivas, havendo a necessidade de o indivíduo aprender a lidar com os obstáculos que surgem durante a vida acadêmica conforme afirma Ramos *et al.* (2018, p. 62).

A medição do desempenho através de observações e avaliações por notas é utilizada ao longo do processo de educação e é definida como modo de análise do quanto a transmissão de conhecimentos foi absorvida. Segundo Santos *et al.* (2020, p. 194), nas Instituições de Ensino Superior (IES) são adotados processos de avaliação para se mensurar o desempenho acadêmico de seus alunos, sendo utilizado como instrumento de medição o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA). Esse instrumento é utilizado a cada final de um período letivo, a partir de cálculos utilizando a carga horária total das disciplinas cursadas e notas finais³⁷. O resultado desse instrumento oferece o nível de performance do aluno tendo “as IES buscado utilizar o desempenho acadêmico como uma ferramenta de gestão, a fim de fomentar a qualidade do ensino” (SANTOS *et al.*, 2020, p. 197).

Para a UFPB, segundo a Resolução CONSEPE/UFPB nº 29/2020³⁸, art. 84, o desempenho acadêmico é reflexo do resultado das avaliações de aprendizagem do discente, em que é analisado através da verificação da atuação acadêmica e assiduidade dos estudantes, de acordo com §1º, capítulo 2, onde é vinculada que a aprovação de um componente curricular depende do cumprimento de 75% (setenta e cinco por cento) de presença do discente nas disciplinas e desempenho acadêmico positivo mínimo, sendo a medida definida através do índice numérico para Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), conforme

³⁷ Disponível em: <<https://blog.unifoa.edu.br/o-que-e-e-para-que-serve-o-coeficiente-de-rendimento-em-ies/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

³⁸ Disponível em: <<https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/resolucoes/REGULAMENTOGERALDAGRADUAO292020.pdf/view>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Art. 91, capítulo 3, que possui valores numéricos de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), obtidos pela fórmula:

$$CRA = (\sum Mi Di) / Ch$$

Onde:

$\sum$ = somatório;

Mi = média final da i-ésima disciplina cursada ou dispensada;

Di = número de horas correspondente a i-ésima disciplina cursada ou dispensada;

Ch = número total de horas solicitado, incluindo as horas correspondentes às disciplinas cursadas e dispensadas, excluindo aquelas correspondentes às disciplinas trancadas.

Portanto, apresentar um bom desempenho está relacionado à obtenção de boas notas, sendo a medida almejada pelos atores envolvidos, discentes, docentes e instituição, entendido como resposta ao aprendizado adquirido após a exposição aos conhecimentos. Porém, conforme Santos *et al.* (2020, p. 212), o desempenho acadêmico é influenciado por fatores que muitas vezes dependem da forma como o próprio aluno se comporta para obter um melhor resultado em seus estudos. Para os autores, as horas de sono, de estudo, assiduidade às aulas, boa relação com os docentes e de maneira indireta a saúde mental prejudicada, exercem efeitos sobre o desempenho acadêmico. Nesse sentido, é importante compreender que **desempenho acadêmico**,

[...] resume-se às notas logradas em cada disciplina transformada em coeficientes de rendimento. A métrica de cada coeficiente varia entre as instituições, mas seu desenho geral gera um indicador sensível à nota e à frequência nas aulas. Seguramente se está diante de uma redução da avaliação do desempenho a um ou dois aspectos relevantes, negligenciando outros igualmente determinantes. Se se levar em consideração aquilo que prescreve a LDB para as finalidades do ensino superior, seria coerente combinar variáveis capazes de mensurar a criação e difusão culturais, o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo e suas divulgações, o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, a socialização recíproca do conhecimento científico e tradicional com a comunidade, entre outras. Esta redução parece deixar claro de avaliar o desempenho acadêmico na dimensão sugerida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (FONAPRACE, 2018, p. 157).

Meurer *et al.* (2018, p. 363) destaca que o processo de aquisição de conhecimentos se diferencia em cada indivíduo, como também a maneira como os fatores influenciam cada sujeito e a forma individual de reagir e se adaptar interfere com importância na assimilação da aprendizagem. Para Brandão (2016, p. 151), se faz necessário questionar a medida de se

avaliar o desempenho acadêmico nas universidades através de notas, por não possui sensibilidade suficiente para avaliar critérios relacionados as habilidades individuais como as sociais, como também não leva em conta se o indivíduo apresenta fragilidades socioeconômicas ou mentais.

O período da educação superior é caracterizado por aquisição de novas responsabilidades, adaptações, socializações, distanciamento de familiares e amigos, mudanças de moradia e rotinas que alteram drasticamente a realidade do indivíduo, onde muitos reagem de forma tranquila, porém alguns se fragilizam na adaptação às exigências, desencadeando sofrimento e consequências em sua vida acadêmica (BRANDÃO, 2016; ARIÑO; BARDAGI, 2018). Segundo Wyatt *et al.* (2017, p. 178), o primeiro ano nas universidades apresenta maior risco para a ocorrência de desistências dos cursos, devido as mudanças emocionais que causam estresse constante e é mal superado por uma parcela significativa de estudantes fragilizados mentalmente.

Para Brandão (2016, p. 24), a vida universitária favorece, devido a seus desafios, o aparecimento de recidivas de doença mental ou o surgimento de algum transtorno. Wyatt *et al.* (2017) referem que problemas de ordem mental, como ansiedades e depressão, começam a surgir através de sintomas, em indivíduos com 14 anos de idade, em que muitos já adultos ingressam na universidade sem diagnóstico prévio e sem o tratamento adequado, dificultando sua adaptação ao novo cenário, como também seu desenvolvimento acadêmico. Os transtornos mentais acabam por interferir de alguma maneira nas atividades acadêmicas. Para Lopes *et al.* (2019, p. 140), os distúrbios de ansiedade, em estudantes que apresentam esse transtorno, tornam-se constantes devido à necessidade de estar em constante análise de desempenho acadêmico, interferindo no seu desempenho cognitivo e, conseqüentemente, no seu desempenho acadêmico.

Para Maciel *et al.* (2016, p. 761), a permanência e a conclusão do aluno na educação superior dependem, além aspectos relativos à infraestrutura tecnológica, física e didática ofertadas, da implantação de políticas, visando a assistência estudantil, que amparam o alunado, em especial os mais vulneráveis. Conforme Penha *et al.* (2020, p. 371), a instituição universitária deve se responsabilizar pelo acolhimento ao estudante desde sua entrada na academia.

[...] de acordo com Art. 2º (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 – Brasil), a PNAES atua com os objetivos de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PENHA *et al.*, 2020, p. 371).

Segundo o FONAPRACE³⁹ (2018, p. 133), dos estudantes contemplados com a assistência estudantil nas universidades do país, 31,6% relatam que as dificuldades estudantis que sofrem interferem no desempenho acadêmico, sendo as dificuldades emocionais as que atingem um quantitativo de 31,7% dos estudantes brasileiros, tendo os indivíduos com menor nível de renda apresentado, segundo o relatório, ideias de abandono da educação superior.

Nesse cenário, entendemos que a disponibilização de benefícios, que o PNAES oferece às demandas reprimidas em vulnerabilidade, em especial a Residência Universitária que acolhe estudantes oriundos de localidades fora da capital, é de suma importância como ferramenta para a manutenção desses indivíduos na academia, para que possam atingir a formação de qualidade com provável êxito escolar.

³⁹ V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE Universidade Federal de Uberlândia.

5 REFLETINDO SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS

Nesse capítulo de análise e discussão da pesquisa, daremos continuidade ao estudo apresentando os resultados da consolidação dos dados obtidos através dos achados encontrados nos questionários aplicados aos moradores da RUMF/UFPB seguindo uma observação mais detalhada voltada para as categorias pré-definidas que se integram de maneira sistemática: educação superior, saúde mental e trajetória acadêmica, tratando os dados empíricos em articulação com o embasamento teórico, a partir da literatura apresentada.

Como discriminado no nosso capítulo metodológico, encaminhamos o instrumento de pesquisa de maneira remota, via e-mail e pelo aplicativo *WhatsApp*, a partir da utilização da ferramenta Google Formulário, para o preenchimento do instrumento da pesquisa por cada participante. Seguimos, assim, a análise das opiniões relatadas pelos estudantes pesquisados, em complementação coletamos as respostas das questões fechadas, como também respondidas através da escala de Likert.

O questionário utilizado para nosso estudo foi composto por questões abertas e fechadas contemplando informações sobre o perfil dos participantes através das variáveis: sexo, orientação sexual, cor/raça, idade, estado civil, deficiência, filhos, procedência escolar, forma de ingresso na UFPB, acesso à UFPB. Em relação situação familiar, foram apresentadas questões relacionadas a cidade de origem e residência familiar. Relacionados a situação estudantil, apresentou-se questões envolvendo curso de graduação e ano de início da graduação.

Seguimos adotando para cada fala do entrevistado a nomenclatura “Estudante” seguido pela numeração correspondente a sua resposta no questionário, sendo diferenciadas as suas falas pela utilização do modelo da fonte Verdana Pro, em tamanho 10, dividindo esse capítulo em três (3) seções. Na primeira seção apresentamos as características sociodemográficas, conforme orienta as normas do Comitê de Ética, mantendo sigilo e respeito às informações adquiridas; na segunda seção, seguimos apresentando as percepções dos participantes, organizando de acordo com a categorização definida; finalizando com a última seção, apresentando as observações de acordo com os achados da pesquisa.

5.1 REPRESENTAÇÃO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS

O CRAS/UFPB acompanha, relacionado ao atendimento em saúde mental, cerca de trinta e quatro (34) estudantes assistidos pelo auxílio residência, moradores da RUMF/UFPB. Desses, contribuíram com o nosso questionário um total de vinte (20) estudantes, correspondendo a cerca de 59% da amostra anteriormente definida. O quantitativo de questionários respondidos não chegar à totalidade da amostra, segundo Cedón; Ribeiro; Chaves (2014, p. 30 - 31) pode ocorrer, devido a dificuldades de ordem técnica ou pessoal, pois a tecnologia promove alguns empecilhos de ordem humana, como desistência do indivíduo a responder os questionários por algum motivo pessoal, falta de tempo, motivação, desinteresse pela pesquisa, interação com a internet ou ocorrência de ordem tecnológica, como indisponibilidade dos sistemas, interrupções de navegação, entre outros motivos.

A população de estudantes é composta por jovens que apresentam diagnósticos médicos diferenciados, que podem ou não, de alguma maneira, influenciar a situação de adaptação à trajetória acadêmica. Os diagnósticos observados através da investigação contemplam cerca de nove (9) transtornos mentais que possuem maiores frequência:

- 1) **Transtorno afetivo bipolar**, que se caracteriza por um episódio recente de depressão de grau leve, “tendo ocorrido, no passado, ao menos um episódio afetivo hipomaniaco, maniaco ou misto bem comprovado” (CID-10, 2019, p 19);
- 2) **Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado** conforme CID-10 (2019, p. 21), caracterizado pela ocorrência em repetição de episódios depressivos, sendo o atual apresentando moderada gravidade;
- 3) **Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos**, caracterizado pela ocorrência repetida de episódios depressivos, sendo o episódio atual grave, ambos sem sintomas psicóticos ou manias (delírios, alucinações, desorganização de pensamentos etc., de acordo com o CID-10 (2019, p. 21);
- 4) **Transtorno misto ansioso e depressivo**, que segundo o CID-10 (2019, p. 24), é um transtorno onde o indivíduo é acometido ao mesmo tempo de sintomas ansiosos e sintomas depressivos, de maneira equilibrada;
- 5) **Ansiedade generalizada** caracterizada por persistente, apresentando no indivíduo medo de doenças ou de acidentes, com sintomas que envolvem “nervosismo persistente, tremores, tensão muscular, transpiração, sensação de vazio na cabeça, palpitações, tonturas e desconforto epigástrico” (CID-10, 2019, p. 24).

- 6) **Transtornos de adaptação**, definido pelo CID-10 (2019, p. 26) como um estado de sofrimento e de perturbação emocional subjetivos, que ocorre em períodos de adaptação ou estresses dificultando o funcionamento e o desempenho sociais, podendo surgir no curso de um período de adaptação a uma mudança importante ou a um acontecimento estressante, originado por predisposição ou vulnerabilidade do indivíduo, se manifestando através de sintomas como melancolia, angústias, sensação de incapacidade de enfrentar projetos e sua rotina;
- 7) **Insônia não-orgânica** é um transtorno de longo período caracterizado dificuldade de adormecimento e sua qualidade e quantidade de horas de sono insatisfatórias, ocasionando no sujeito fadiga, prejuízo social e ocupacional, de acordo com CID-10 (2019, p. 33).
- 8) **Transtorno de personalidade com instabilidade emocional** caracterizado pela predisposição a comportar-se de maneira “imprevisível sem consideração pelas consequências” (CID-10, 2019, p. 38). Apresentando indivíduos com características como instabilidade emocional, impulsividade, comportamentos agressivos e conflitantes, autoimagem prejudicada, relacionamentos intensos e instáveis, comportamento autodestrutivo e tendências suicidas;
- 9) **Distúrbios da atividade e da atenção** ocorrendo nesses indivíduos sintomas de desatenção, de hiperatividade, de impulsividade, que persistem no indivíduo acometido em um intervalo de seis meses, conforme CID-10 (2019, p. 51).

Além disso, há estudantes que apresentam o acometimento de até dois tipos de patologias em nossa investigação.

5.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

No que se refere aos estudantes pesquisados, conforme ilustrado na **Tabela 1**, dez (50%) eram estudantes do sexo feminino e dez (50%) eram do sexo masculino, demonstrando uma equidade e equilíbrio de gêneros acompanhados pela equipe de saúde mental do CRAS. Segundo Wyatt *et al.* (2017, p. 178), ambos os sexos podem experimentar distúrbios mentais, que se iniciam já no primeiro ano da academia, sendo reconhecido que existem diferenças entre os diferentes grupos.

Em relação a orientação sexual, dez (50%) dos respondentes são heterossexuais, sendo 4 (20%) homossexuais, 5 (25%) bissexuais e 1 (5%) não binário. Segundo Foucault (1975, p. 301), a sexualidade se tornou disciplinarmente controlada pelo sistema e em vigilância permanente, segundo sua teoria da “degenerescência.” Para Heather (2017 p. 2), estressores de identidade são frequentemente experimentados por populações minoritárias que incluem a escolha da orientação sexual de uma pessoa, etnia, raça que pode levar a ampliação de dificuldades e prejuízo. Há o predomínio de jovens negros (oito, 40%), pardos (sete, 35%) e brancos (cinco, 25%), em idades de vinte a trinta e oito anos, dando ênfase a mudança de perfil da população acadêmica relatada por Gomes; Moraes (2012, p. 173), em relação a variedade dos perfis sociais e étnicos acadêmicos, com predominância de cerca de treze participantes (65%) na faixa etária de vinte a vinte quatro anos, todos solteiros (100%), sendo dezenove (95%) com ausência de deficiências.

Tabela 1- Descrição dos estudantes conforme variáveis sociodemográficas

Variáveis		n=20	%
Sexo	Feminino	10	50%
	Masculino	10	50%
Orientação Sexual	Heterossexual	10	50%
	Homossexual	4	20%
	Bissexual	5	25%
	Não Binário	1	5%
Raça / Cor	Branca	5	25%
	Negra	8	40%
	Parda	7	35%
Idade	20 a 24 anos	13	65%
	25 a 29 anos	4	20%
	30 a 34 anos	1	5%
	35 a 39 anos	2	10%
Estado Civil	Solteiro	19	95%
	Outro	1	5%
Pessoa com deficiência	Sim	1	5%
	Não	19	95%
Possui Filhos	Não	20	100%
Procedência Escolar	Todo em Escola Pública	18	90%
	Todo em Escola Particular como bolsista	1	5%
	Maior parte em Escola Particular	1	5%
Forma de ingresso na UFPB	SISU	15	75%
	ENEM	5	25%
Acesso à UFPB	Cotas	16	80%
	Ampla Concorrência	4	20%

Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Cerca de dezoito participantes (90%) realizaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas, de acordo com o preconizado pelo PNAES, sobre a distribuição dos benefícios aos “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

Da amostra, cerca de quinze participantes (75%) teve seu ingresso à UFPB através do SISu, sendo cinco (25%) ingressantes pelo ENEM, onde cerca de dezesseis deles (80%) teve seu acesso por cotas e quatro (20%) pela ampla concorrência. Conforme Castelo Branco (2020, p. 62), o ingresso pelo SISu promove possibilidade de mobilidade do aluno para localidades distantes de sua origem, porém pode ser motivo de abandono do curso, situação que deve ser levada em consideração e cuidado pela assistência a essa população. Segundo Macedo (2017, p. 24), o sistema de Cotas, contribui ao tornar acessível a inserção de uma população, antes com poucas chances de alcançar o ensino superior, porém pode promover no modelo de nossa sociedade excludente, “divisões de classes, causando desafios, dilemas e rebatimentos inclusive para a própria realidade da permanência na educação superior” (MACEDO, 2017, p. 24).

Na **Tabela 2**, podemos observar que apenas três (15%) dos discentes pesquisados possui moradia familiar na própria cidade de João Pessoa, enquanto cerca de dezessete (85%) reside em outros municípios/Estados. Cerca de onze (55%) estudantes são de municípios do interior da Paraíba, três (15%) originários de municípios do Ceará, um (5%) do interior de Pernambuco, um (5%) da capital de Alagoas e um (5%) do interior do Estado do Rio Grande do Norte. Observamos que dezesseis (80%) deles são de zona urbana e quatro (20%) tem suas origens na zona rural. Segundo autores como Brondani *et al.* (2019), Cerchiari *et al.* (2005), Brandão (2016), Ariño; Bardagi (2018), as adaptações da rotina acadêmica, acompanhadas da distância familiar e do círculo de amigos, promovem em alguns indivíduos sofrimento e risco de aparecimento de alguns transtornos mentais, que podem levar ao prejuízo acadêmico dos mais fragilizados.

Em sua cidade de origem, segundo resposta do questionário, cerca de dezessete estudantes (85%) vivem com os pais, sendo o restante (15%) com outros parentes, como avós e irmãos.

Tabela 2- Descrição da localidade de origem dos estudantes pesquisados

CIDADE/ESTADO	LOCALIDADE	N-20
Alagoa Grande/PB	Zona Urbana	1
Caaporã/PB	Zona Rural	1
Fortaleza/CE	Zona Urbana	1
Icó/CE	Zona Urbana	1
Itaporanga/PB	Zona Urbana	1
Itambé/PE	Zona Urbana	1
João Pessoa/PB	Zona Urbana	3
Maceió/AL	Zona Urbana	1
Mamanguape/PB	Zona Urbana	2
Nova Cruz/RN	Zona Rural	1
Nova Olinda/PB	Zona Rural	1
Passira/PB	Zona Rural	1
Pedra Branca/PB	Zona Urbana	1
Penaforte/CE	Zona Urbana	1
Tacima/PB	Zona Urbana	2
Tavares/PB	Zona Urbana	1

Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Observamos, na **Tabela 3**, a descrição dos cursos dos alunos entrevistados, havendo a prevalência de alunos que procuram o serviço de saúde mental nos cursos da área da saúde (cerca de 20%); Psicologia (20%); Ciências das Religiões (20%) e Pedagogia (20%). Autores como Pacheco (2017), Ariño; Bardagi (2018), Borine (2015), Silva *et al.* (2019) afirmam que cursos voltados para as áreas da saúde, ou cursos os quais seus estudantes entram em contato direto maior com outros indivíduos e com seus sofrimentos, além dos estressores acadêmicos, possuem um alto potencial para desencadear transtornos, sejam comuns ou mais graves.

Tabela 3- Descrição dos Centros e Cursos dos estudantes pesquisados

(continua)

CCS (Centro de Ciências da Saúde)		
Enfermagem	1	5%
Farmácia	1	5%
Fisioterapia	1	5%
Odontologia	1	5%
CCEN (Centro de Ciências Exatas da Natureza)		
Ciências Biológicas	1	5%
CCHLA (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes)		
Filosofia	1	5%
Letras	1	5%
Psicologia	4	20%

Tabela 3- Descrição dos Centros e Cursos dos estudantes pesquisados

(conclusão)

	CCJ (Centro de Ciências Jurídicas)	
Direito	1	5%
	CCSA (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas)	
Biblioteconomia	1	5%
	CE (Centro de Educação)	
Ciências das Religiões	2	20%
Pedagogia	2	20%
	CT (Centro de Tecnologia)	
Engenharia Civil	1	5%
	CCAIE (Centro de Ciências Aplicadas e Educação)	
Hotelaria	1	5%
	CTDR (Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional)	
Gastronomia	1	5%

Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Ao se indagar aos estudantes sobre se eram cursos que desejam cursar, cerca de quinze (75%) referem que estão no curso desejado, porém cerca de cinco estudantes (25%) referiram não se encontrar no curso desejado, se encontrando nos mesmos, de acordo com a respostas, por possível melhoria de suas possibilidades salariais, ou por aptidões pessoais, ou por motivos não relatados. Para Foucault (2002, p. 51 - 52), as relações do biopoder, incrustadas em nossa sociedade capitalista, disciplinam os indivíduos a procura por relações de poder e dominação na sociedade, onde o aparelho escolar se transforma em um grande aparelho de poder. Segundo Penha; Oliveira; Mendes (2020, p. 392), investir em uma escolha profissional não desejada promove consequências psicológicas que refletem em sofrimento na vida acadêmica.

Visualizamos na **Figura 2**, o ano de início dos cursos de graduação dos discentes pesquisados, levando em conta os dois últimos anos (2020/2021) de pandemia que impactou na vida acadêmica como um todo, onde quem já estava passando por dificuldades pode ter sofrido mais nesse período. Barbosa (2009, p. 39) destaca que, entre os objetivos das políticas do PNAES, estão as contribuições através de condições que promovam a qualidade da vida acadêmica, resultando em um bom desempenho acadêmico. Segundo autores como Andrade; Teixeira (2017, p. 514), o desempenho acadêmico é descrito como indicador para o acompanhamento da retenção como também da evasão.

Figura 2- Descrição do ano de início do curso dos estudantes pesquisados

Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

De acordo com o gráfico ilustrado na **Figura 2**, observamos que um estudante (5%), apresenta um período acadêmico longo com cerca de oito anos, iniciado em 2013; temos dois estudantes (10%) iniciando os cursos desde 2016; cerca de sete participantes (35%) iniciaram sua carreira acadêmica no ano de 2017, sendo a maior taxa. Cerca de quatro (20%) discentes em 2018 e cerca de seis (30%) teve seu início de graduação em 2019. Destaca-se, ainda, que onze estudantes (55%) participam de projetos de extensão na universidade, podendo aumentar suas responsabilidades acadêmicas, o que pode contribuir, em alguns indivíduos, sobre a maneira como ele encara sua trajetória, ampliando ou não seu adoecimento.

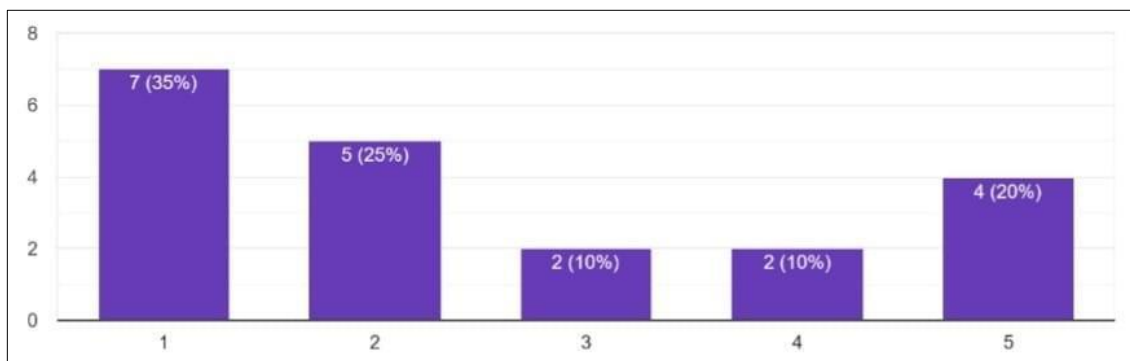
4.3 DANDO VOZ AOS ATENDIDOS

4.3.1 Categoria Educação Superior - Assistência Moradia e vulnerabilidade social

Durante o questionamento sobre o desejo de trancamento ou desistência do curso, de acordo com a Figura 3, cerca de sete (35%) participantes confirmaram que muito frequentemente já desejaram trancar ou desistir; cinco (25%) alunos confirmaram que frequentemente; dois (10%) deles eventualmente; outros dois (10%) afirmaram que raramente e apenas quatro (20%) nunca desejaram o trancamento ou a desistência. Em um universo de vinte alunos observamos que 80% já tiveram a intenção de, em algum momento do curso, desistirem da sua trajetória acadêmica. Como refere Castelo Branco (2020, p. 53), ter o acesso à educação superior não garantirá que o aluno permaneça pelo seu caminho acadêmico com qualidade. Há a necessidade dos programas de assistência estarem voltados para os diversos

problemas que surgem durante sua trajetória acadêmica, garantindo sua assistência primordial.

Figura 3 - Representação das respostas ao desejo de trancamento ou desistência do curso



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Nota: 1 – Muito Frequentemente; 2 – Frequentemente; 3 – Eventualmente; 4 – Raramente; 5 – Nunca.

A expansão da educação superior brasileira se deu de modo recente, através de governos que iniciaram uma reforma administrativa na educação há pouco menos de 30 anos, respondendo à necessidade da sociedade moderna em se adequar à nova realidade, transformando o sistema de ensino em um “sistema de massa”, segundo Gomes; Moraes (2012, p. 176). Para Cunha (2012, p. 38), o ensino superior se tornou prioridade de governo, destacando o papel econômico que a educação significava.

Acompanhando a expansão do acesso à educação, o surgimento de programas que proporcionam amparo assistencial em nível didático, material, financeiro e pedagógico atua como apoio a permanência e melhoria do desempenho na educação superior, conforme Macedo (2017, p. 32). A consolidação da Política de Assistência Estudantil, voltada para a parcela de alunos cuja chegada fora proporcionada pelo sistema, alunos pouco assistidos oriundos de estratificações sociais menos favorecidas da sociedade e que possuem vulnerabilidade acentuada, seja de caráter socioeconômico, cultural, educacional e até mesmo emocional, fez surgir um instrumento de apoio às dificuldades que atrapalhem e interfiram na trajetória acadêmica.

Destarte, encontramos queixas de fragilidades no sistema de assistência ao estudante, através de problemas que os entrevistados vivenciam e que não sentem todo o amparo necessário a essa população, exemplificada nas falas relacionadas ao motivo pelo qual ocorre o desejo de trancamento ou desistência do curso.

“Perseguição por conta da Gestão da PRAPE....” Estudante 3

**“Falta de estrutura adequada para a profissionalização / Dificuldades financeiras / Transtornos psicológicos / Dificuldade de acompanhar as aulas/ entre outras...”
Estudante 5**

**“Falta de apoio financeiro no acompanhamento psicológico e psiquiátrico, o que me leva a eventuais crises que atrapalham o desempenho acadêmico... também sinto que o mercado de trabalho relacionado ao meu curso é escasso... sinto insegurança alimentar...”
Estudante 14**

**“Odontologia é caríssimo! Os instrumentais e EPIS⁴⁰ são custeados pelo aluno...”
Estudante 15**

“Por estudar com alguns péssimos professores que tornam as aulas caóticas e desmotivantes...” Estudante 17

“Tenho dificuldades com a carga horária...” Estudante 19

Conforme Sahão (2019, p. 21) comenta, as situações de conflitos e desgastes que ocorrem na vida acadêmica podem vir a surgir na vida profissional, cabendo medidas que empoderem os estudantes, com vistas à diminuição de suas vulnerabilidades. Segundo Venturini (2016, p. 96), a instituição deve intervir diante das adversidades estudantis, em especial dos moradores dela, atendendo às necessidades particulares dessa população, pois “a desvantagem social provoca vulnerabilidade e exclusão [...]” e pode levar ao surgimento de problemas psicossociais, que favorecem o aparecimento de perturbações (VENTURINI, 2016, p. 97). Conflitos e relacionamento distante com os professores e outros alunos podem provocar desinteresse e gradual afastamento do curso, criando consequências desgastantes e tornando-se um ciclo, que prejudica tanto a trajetória do aluno, quanto a universidade.

Para Silva, M. V. O; Silva, L. M. P. (2019, p. 06), as instituições devem investir em mudanças de cenários e criação de estratégias que ajudem os mais fragilizados em seus enfrentamentos individuais de sofrimentos, possíveis necessidades no meio acadêmico e as questões vocacionais para que a questão da evasão não se torne uma opção ao aluno diante das dificuldades.

⁴⁰ EPIS (Equipamento de Proteção Individual).

Apontamos as falas relativas à motivação para o desejo de trancamento ou desistência do curso, estreitamente relacionado aos aspectos vocacionais:

“Quero mudar de curso.” Estudante 4

“Me descobri em outra área e não me sinto tão satisfeito com o curso e seu currículo, além do quadro docente...” Estudante 6

“Porque queria medicina.” Estudante 11

“Falta identificação.” Estudante 16

“Porque não me identifico com o curso que faço, sempre quis fazer outra coisa, mas na época morando em interior e tendo terminado o ensino médio desde 2014 e não conseguia emprego. Joguei a nota no Sisu no curso que eu queria e nesse que estou atualmente e passei só nele como segunda opção de curso. Eu não fazia nem ideia de que curso era, apenas cai de paraquedas. Tentei muito gostar da área, mas sem sucesso, então tentei mais ainda sair dele, porém não consegui! Agora, já estou no fim e vou terminar porque já cheguei até aqui.” Estudante 20

Conforme Bardagi (2007, p. 19), os aspectos vocacionais contribuem de forma importante para a evasão, sendo que a maneira como a universidade conduz a assistência nas situações estressoras contribui para que as dificuldades sejam entendidas e superadas e a permanência alcançada. Percebe-se, nas falas, a angústia de encontrar-se investindo em uma graduação em que não existe uma interação entre o aluno e o curso mantido.

Segundo Bardagi (2007, p. 143), encontramos indivíduos que, mesmo com incertezas e inseguranças quanto a suas graduações, investem na continuação de seus cursos devido ao valor que a educação superior proporciona como também a influência que a sociedade e familiares possuem quanto à expectativa de obtenção de um diploma e início de uma carreira. Para a autora (2007, p. 195), o abandono da graduação no final do curso tende a ser evitado, devido ao sentimento de culpa sofrido pelo aluno ao ter que assumir que teria ocorrido perda de investimento e tempo, como podemos vislumbrar nos depoimentos de alguns estudantes:

“Idade e tempo perdido.” Estudante 16

“Porque eu sobrevivi todos esses anos nele, então eu consigo um pouco mais pra terminar.” Estudante 18

“Estar em um período avançado.” Estudante 19

Segundo Santos *et al.* (2019, p. 2) e Valdebenito (2017, p. 269), estudantes com melhor autoeficácia tem respostas e enfrentamento melhor das dificuldades que vivenciam em sua trajetória. A confiança em sua capacidade de superar problemas e chegar a um objetivo sonhado pode ser alcançada por todos, até pelos mais fragilizados.

As falas dos participantes, quanto a motivação que sentem para se manter no curso, apontam objetivos relacionados à concretização de sonhos, projetos, ou orgulho por fazer parte do ensino superior quanto a conquista de um diploma. Para Bardagi; Hultz (2010, p. 165), possuir planos e metas em sua trajetória são muito importantes para a qualidade de vida do estudante, promovendo satisfação e comprometimento com a academia, conforme pode ser visto nas falas a seguir:

“Tornar-me uma profissional qualificada para dar suporte a atenção básica de saúde”
Estudante 1

“Me identifico com a área, mercado de trabalho e título.” Estudante 2

“É o desejo pessoal de está em uma universidade pública e de qualidade, pela minha família, amigos e pessoas queridas...” Estudante 3

“Batalhei por anos para conseguir uma vaga em uma universidade pública, tendo em vista que numa privada, as minhas condições sociais são inadequadas para se encaixarem no alto custo.” Estudante 5

“Sempre tive o sonho de ter um diploma de uma instituição de ensino federal, estar na UFPB é a concretização de um desejo pessoal” Estudante 9

“Superar a mim mesmo” Estudante 10

“Ter um diploma e futuramente um emprego” Estudante 11

“Conseguir apoio da CIA⁴¹ da UFPB, vou poder superar minhas dificuldades.” Estudante 12

“O desejo de realizar um projeto social na minha cidade...” Estudante 13

“Conseguir concluir uma graduação” Estudante 14

“Título acadêmico e estabilidade profissional” Estudante 20

⁴¹ Comitê de Inclusão e Acessibilidade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205, uma das finalidades da educação é a “qualificação para o trabalho” (IMPERATORI, 2017, p. 298), contribuindo, segundo a autora, através do PNAES e da assistência estudantil como sistema de combate às desigualdades sociais no Brasil, durante o processo de formação acadêmica. O planejamento visando o alcance da melhora das condições de vida, somado ao desejo de vencer suas vulnerabilidades sociais, também tem como consequência o comprometimento com a trajetória acadêmica, como pode ser percebido nas falas dos entrevistados:

“Menos possibilidades de passar fome quando me formar” Estudante 2

“Uma menor chance de não morrer de fome no futuro e continuo gostando muito do assunto” Estudante 6

“Independência financeira” Estudante 7

“Minha chance única de me sustentar, de ter uma profissão” Estudante 15

“Honra e superação da pobreza e óbvio, ascensão social” Estudante 17

5.3.2 Categoria Saúde Mental – Entraves no percurso acadêmico - Sofrimento e adoecimento mental

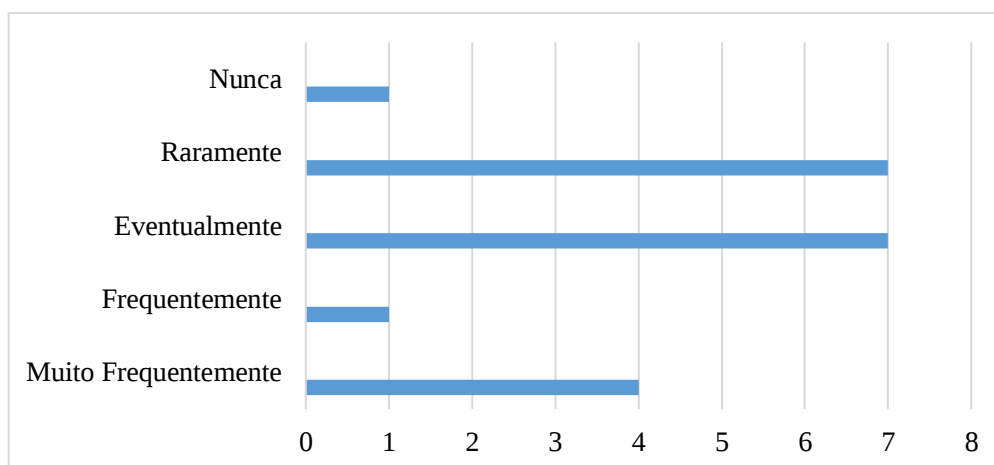
Ariño; Bardagi (2018, p. 44) destacam que fatores relacionados com a vida universitária impactam na saúde mental dos estudantes. Segundo as autoras (p. 45), o indivíduo experimenta momentos, em qualquer período, seja início ou final do curso que podem promover estressores, sendo vivenciados com mais ou menos intensidade pelos diferentes perfis de estudantes. A geração de conflitos no meio acadêmico pode ser encarada pelos mais fragilizados mentalmente como problemas que geram sofrimentos, que podem vir a promover prejuízo à sua vivência na academia.

A discriminação, sentida por populações que convivem com a vulnerabilidade socioeconômica, cultural, de gênero ou racial, para Venturini (2016, p. 99), é entendida como fator adverso para a ocorrência de prejuízo para a saúde mental, desempenhando efeito negativo às condições sociais, para o indivíduo.

Segundo Heather (2017, p. 01), populações minoritárias podem passar por situações de fragilidades em sua saúde mental. Denominadas minorias, pelas relações de dominação de

grupos da sociedade que acabam por vulnerabilizar grupos étnicos, de gênero, sexuais, religiosos etc., através de comportamentos discriminantes e preconceituosos, esses indivíduos mais frágeis no sistema são fortemente afetados. Abaixo visualizamos o **Gráfico 2**, demonstrando as respostas dos estudantes quanto a ocorrência de discriminações no ambiente universitário.

Gráfico 2 - Representatividade pela escala de Likert das respostas sobre discriminação sofrida



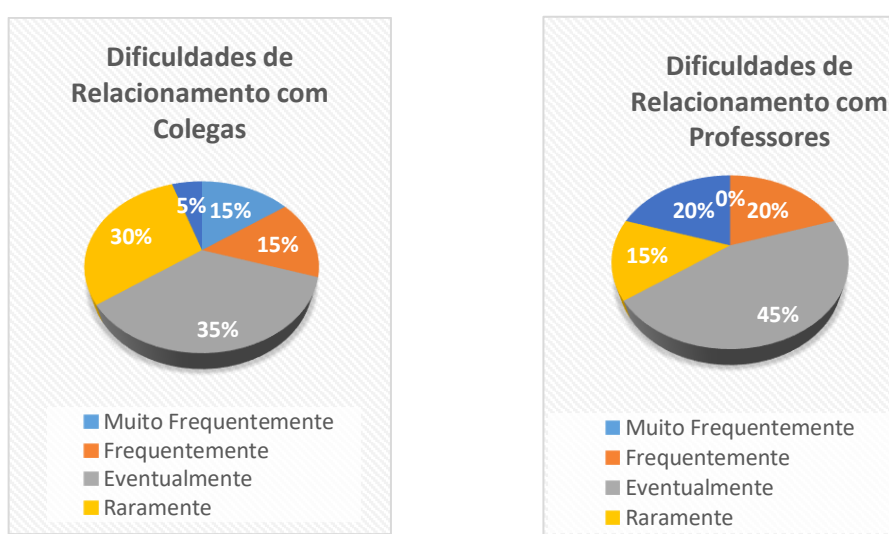
Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

As respostas evidenciam que ocorrem episódios de discriminação no ambiente universitário, provocadores muitas vezes do desenvolvimento de baixa autoestima ou promoção de transtornos mentais. Segundo os dados, quatro (20%) estudantes referiram que muito frequentemente sofrem discriminação; apenas um (5%) relatou que ocorre frequentemente; sete (35%), eventualmente; e outros sete (35%) responderam que sofrem, porém raramente, algum tipo de discriminação. O ambiente universitário, como espelho da nossa sociedade, pode estar mergulhado em discriminações e conflitos, apesar de grande parte das pessoas travarem lutas contra o preconceito. Para Foucault (2005, p. 304), a importância do poder superior, chamado pelo autor como “biopoder”, criou na sociedade uma forma de domínio de uns sobre os outros, inseridos pela emergência na busca por esse poder, produzindo a distinção de lados, de hierarquias, de divisões de raças, fragmentando o corpo biológico.

Para Venturini; Goulart (2016, p. 102), a universidade através da política de competitividade, seletiva e meritocrática que a sociedade neoliberal preconiza, provoca a incapacidade de reconhecer situações de risco potencial, facilitando uma exclusão do

indivíduo, produzindo sofrimentos. Para os autores (p. 107), “sofremos não apenas por causa da intensidade da dor, mas também pela perda que esse evento produz, ou seja, sofremos pela perda da relação com o mundo” (VENTURINI; GOULART 2017, p. 102), manifestando-se na produção de barreiras nas relações entre os indivíduos, estimulando uma individualização pessoal e atingindo principalmente os relacionamentos. Abaixo, apresentamos respostas relacionadas com dificuldades de relacionamento entre os alunos e os professores, representadas pela **Figura 4**.

Figura 4 - Representatividade pela escala de Likert de respostas sobre dificuldades de relacionamento



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

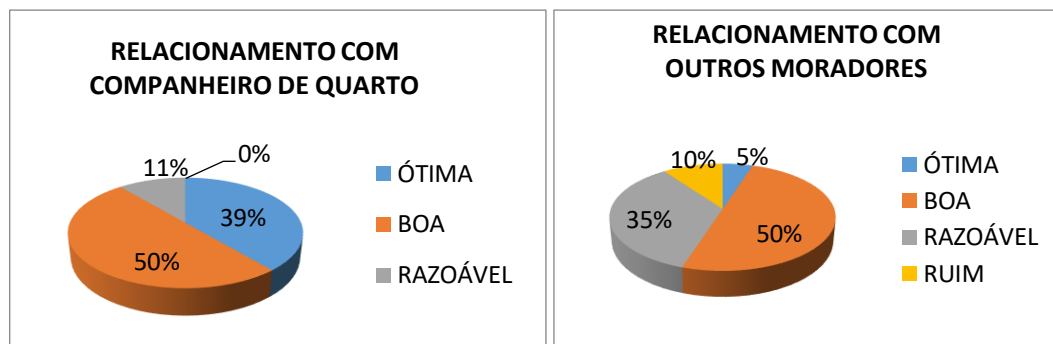
De acordo com as respostas sobre se os alunos pesquisados apresentam dificuldades de relacionamento com os professores, quatro (20%) tem frequentemente dificuldades de relacionamento; nove (45%) referem que eventualmente possuem essa dificuldade; três (15%) comentam que raramente têm dificuldades e quatro (20%) referiram que nunca tiveram dificuldades de relacionamento.

Sobre as dificuldades de relacionamento entre os colegas, três (15%) estudantes informaram que muito frequentemente apresentam dificuldades de relacionamento com os colegas; também três (15%) referem que frequentemente apresentam dificuldades; sete (35%) afirmaram que as dificuldades ocorrem eventualmente; seis (30%) afirmaram que raramente ocorre essa dificuldade; e um (5%) afirmou que nunca passou por dificuldades de relacionamento com os colegas.

A fase universitária para os jovens é marcada, segundo Vizzotto (2017, p. 70), por conflitos quanto a sua imagem, desenvolvimento do seu amadurecimento, receios e identificação com novos grupos que podem promover estresses no contexto universitário. O estabelecimento de relações dentro do contexto universitário, para Ariño; Bardagi (2018, p. 50), é influenciado pela confiança que o indivíduo possui em estabelecer vínculos, socializar e reconhecer que pertence àquela realidade acadêmica. Para as autoras, a autoeficácia que o indivíduo constrói pode influenciar sua capacidade de interação social, dificultando o estabelecimento de relações, gerando estresse, sofrimentos e dificuldade de adequação à universidade.

Foi observado quanto a representação do relacionamento dos estudantes com o companheiro de residência universitária, durante a avaliação das respostas relacionadas a moradia universitária, que dezoito alunos (90%) tem um companheiro de quarto convivendo diariamente; desses, sete alunos (35%) classificaram como ótima a relação com seu colega de quarto, nove (45%) relataram possuir uma boa relação e dois deles (10%) classificaram como um relacionamento razoável, podendo ser visualizado na Figura 6. Ao se estender esse questionamento ao relacionamento com outros moradores da RUMF, apenas um participante (5%) refere como ótima a relação, dez (50%) concordam que há uma boa relação, sete alunos (35%) acham razoável a relação e dois deles (10%) classificaram como ruim essa relação.

Figura 5- Representatividade pela escala de Likert de alunos que responderam sobre relações entre companheiros de moradia e outros moradores da RUMF



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Evidencia-se que a maioria dos alunos apresenta uma relação amistosa com seus companheiros de moradia, o que promove um elemento de proteção para lidar com as dificuldades que venham a surgir. Para Venturini; Goulart (2016, p. 98), o apoio familiar e social se transforma em fatores de proteção para o indivíduo, pois estimula a autoestima, enfrentamento de dificuldades, empoderamento, promovendo sucesso nas atividades laborais e acadêmicas.

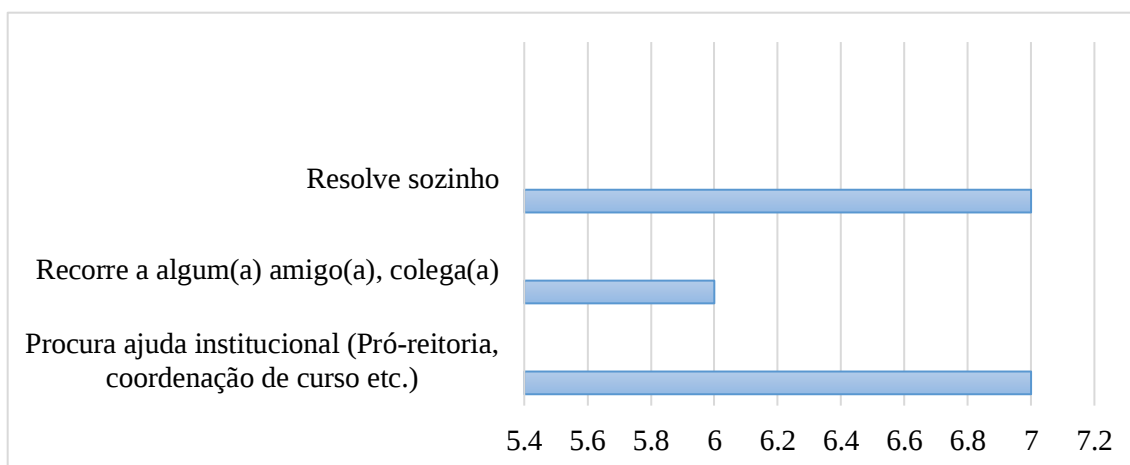
Garrido (2015, p 729 - 730) explica que a experiência em residir em uma universidade, longe de familiares e amigos, compromete sua formação acadêmica em três domínios: o pessoal, o acadêmico e o social e, quanto ao domínio social, cada indivíduo reage de forma diferente, podendo haver amplitude ou restrição a essa interação mudando seu papel social exercido no ambiente. Entendemos que a moradia universitária é um cenário rico para o desenvolvimento de habilidades sociais. Para a autora (p. 734), morar em uma residência universitária fornece ao residente evolução de habilidades em competência social que serão repercutidas na sua vida pessoal e profissional.

Conforme Ariño; Bardagi (2018, p. 50), o estabelecimento de bons vínculos promove uma ligação de apoio ao indivíduo na sua trajetória acadêmica. A partir do momento que o estudante desenvolve relações interpessoais, sejam elas com a instituição ou com colegas e amigos, ocorre uma melhor contribuição para o sucesso no enfrentamento de conflitos, desafios e problemas que venham a surgir em seu percurso. Observamos na Figura 7, em resposta a quais redes de apoio são procuradas quando surgem dificuldades pelos estudantes pesquisados, sete (35%) alunos tentam resolver sozinhos suas dificuldades enfrentadas na trajetória acadêmica, enquanto seis (30%) alunos responderam que recorrem a amigos para ajudarem e sete (35%) procuram ajuda na própria universidade. Observamos que a maioria

dos estudantes investigados desenvolveram vínculos e confiança pela instituição e entre seus colegas e amigos, desencadeando um fator positivo quanto ao enfrentamento das dificuldades, porém ainda foi observado um quantitativo considerável de estudantes que procuram a resolutividade sem requerer ajuda, podendo, em alguns casos, promover o aumento da vulnerabilidade do indivíduo, pois,

[...] se as crenças sobre sua capacidade para socializar-se dentro da universidade são negativas, isso pode dificultar o estabelecimento dessas relações e consequentemente desfavorecer a saúde dos estudantes, uma vez que o aluno não consegue estabelecer uma rede de apoio dentro do contexto acadêmico, ou experimentar um sentimento de não pertencimento, que pode vir a gerar sofrimento e dificuldade de se adaptar a esta realidade (ARÍÑO; BARDAGI, 2018, p. 50).

Gráfico 3 - Descrição das respostas sobre redes de apoio procuradas em caso de dificuldade



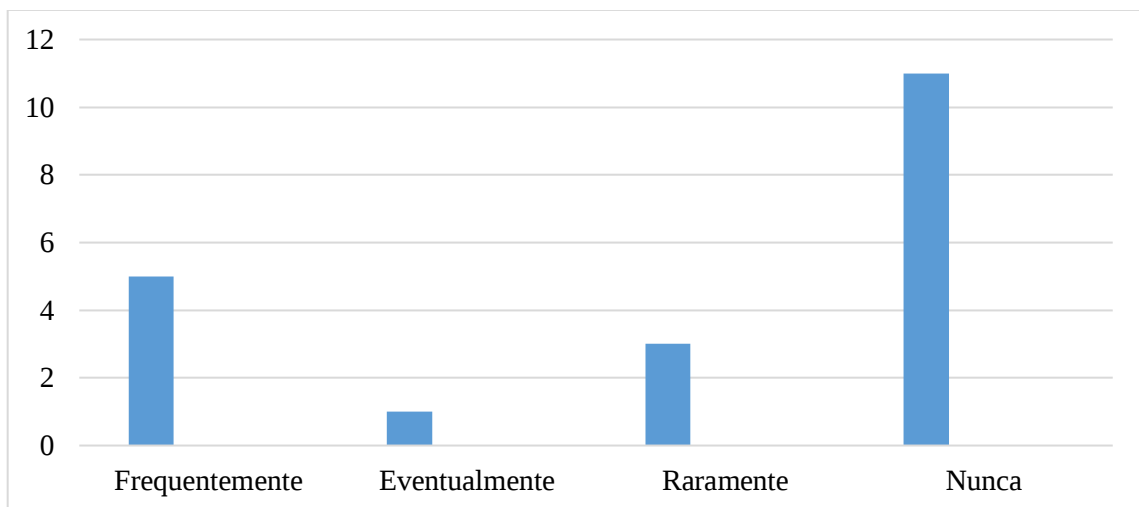
Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Conforme Silva, M. V. O; Silva, L. M. P. (2018, p. 06), nossa sociedade atualmente impõe padrões, exigências e desaprovação por aqueles que apresentem fraquezas ou fracassos, promovendo, em alguns sujeitos mais vulneráveis, formas de sofrimentos individuais. Segundo Ariño; Bardagi (2018, p. 44), possíveis fatores acadêmicos podem desencadear estresses e fatores de risco para a saúde e adoecimento mental dos estudantes, levando o crescimento da procura por atendimento em saúde. Muitos indivíduos procuram o serviço não somente devido a transtornos mentais clássicos, mas também devido a sofrimentos físicos desencadeados por eles e suas consequências como baixa autoestima ou baixa concentração nos estudos durante a rotina acadêmica, insônias, entre outras alterações.

Alguns estressores de identidade, segundo Heather (2017, p. 1), vivenciadas por populações que apresentam ocorrência de conflitos relacionados à orientação sexual, promovem sofrimento e problemas voltados à saúde mental. Coimbra; Silva (2021, p. 10) afirmam que fatores sociais, étnicos, de gênero e orientações sexuais em indivíduos mais vulneráveis, inseridos em um cenário ideologicamente majoritário e diferente, podem contribuir para dificuldades na trajetória acadêmica, podendo levar a evasões do sistema.

Observamos, no **Gráfico 4**, a qual representa o questionamento quanto a existência de algum conflito relacionado a sua orientação sexual, que cinco alunos (25%) afirmam que frequentemente ocorre conflito relacionado à sua orientação sexual; apenas um aluno (5%) afirma que eventualmente ocorrem conflitos relacionado à orientação sexual; três (15%) acreditam que raramente ocorre conflito e onze (55%) afirmam que nunca houve conflito relacionado à sua orientação sexual.

Gráfico 4 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a existência de algum conflito relacionado a sua orientação sexual



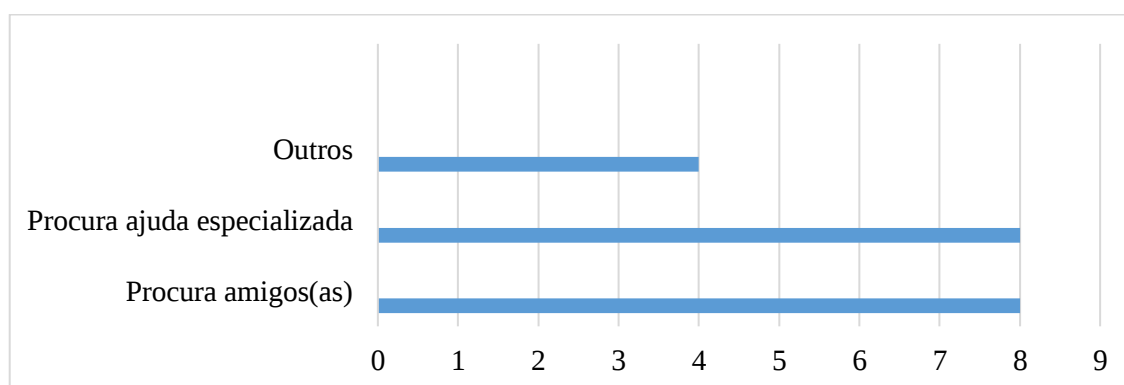
Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Observa-se que 70% dos alunos responderam que raramente ou nunca sentiram a existência de algum conflito relacionado à sua orientação sexual, na vivência acadêmica, evidenciando um cenário de maturidade sexual, compreensão e aceitação da sexualidade entre os estudantes, fator importante para o indivíduo porque o caracteriza em aspectos que os acompanham por toda a sua trajetória de vida.

Ao serem questionados qual rede de apoio é procurada no que concerne a resolução de situações de conflito, em sua trajetória acadêmica, de acordo com a Figura 9, oito alunos

(40%) procuram por amigos para ajudá-los nos conflitos; oito (40%) deles o fazem por ajuda especializada através de especialistas; e quatro (20%) estudantes referiram que procuram por outros meios para a resolução, não especificando quais meios seriam. Para Vizzotto (2017, p. 70), a universidade é um marco na vida estudantil de um indivíduo. Conforme Silva, M. V. O; Silva, L. M. P. (2019, p. 06), alguns estudantes apresentam dificuldades de enfrentamentos individuais das dificuldades e a possibilidade de apoio à resolutividade dos problemas é muito importante para o sucesso da vida acadêmica. Existir um compartilhamento de experiências com outros estudantes e a possibilidade de existir serviços oferecidos na academia para condução de enfrentamento de dificuldades promovem a diminuição de sofrimentos que poderiam levar a prejuízos e possíveis evasões estudantis.

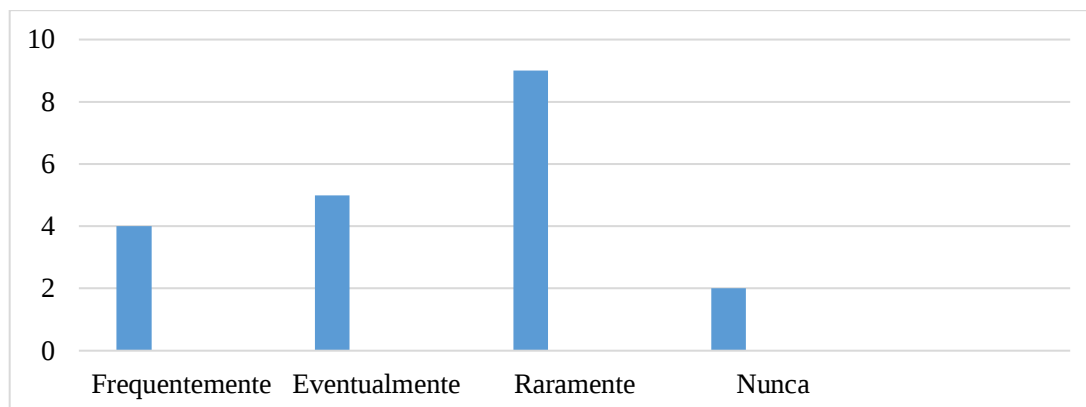
Gráfico 5 - Descrição das respostas dos alunos sobre redes de apoio procuradas em caso de conflitos



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Nossa pesquisa teve como amostra pesquisada alunos que fazem ou faziam parte do atendimento em saúde mental do ambulatório do CRAS e, consequentemente, apresentavam queixas clínicas que levaram à necessidade da procura por atendimento. Segundo a Figura 10, temos a representação das respostas se o aluno consegue ter uma boa concentração em suas tarefas acadêmicas, em que quatro estudantes (20%) referem que, frequentemente, possuem boa concentração no que fazem; cerca de cinco alunos (25%) responderam que, eventualmente, possuem boa concentração; nove deles (45%) afirmam que, raramente, possuem boa concentração nas suas atividades; e dois alunos (10%) referem que nunca apresentam boa concentração no que realizam.

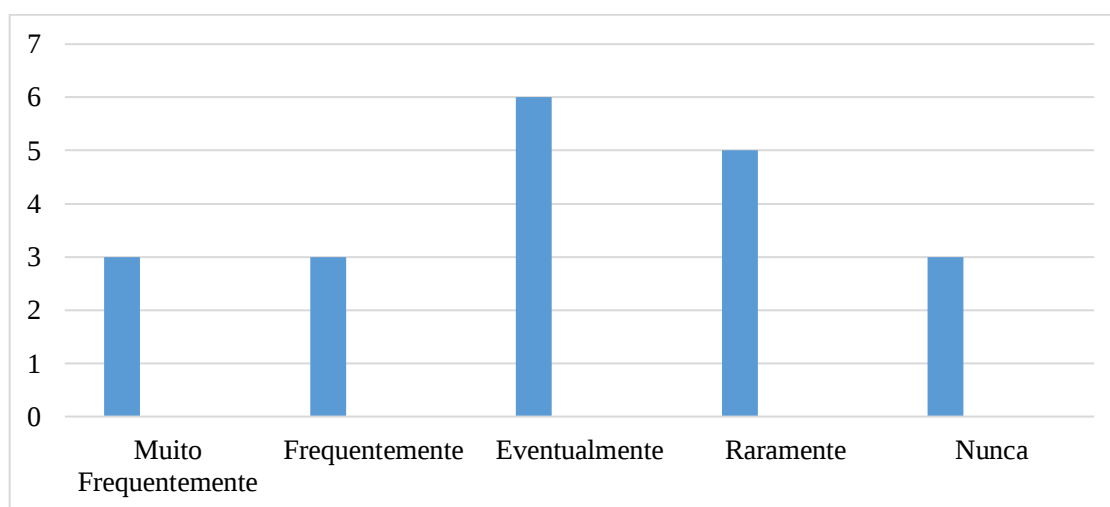
Gráfico 6 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a se os alunos possuem uma boa concentração na sua rotina acadêmica



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Conforme o **Gráfico 7**, relacionado a preservação do sono e repouso, observamos nas respostas que três alunos (15%) afirmam que, muito frequentemente, conseguem manter o sono e repouso preservados; três deles (15%) responderam que, frequentemente, mantêm o sono e repouso adequados; seis alunos (30%) responderam que, eventualmente, conseguem manter o sono e repouso, sendo que cinco alunos (25%) referiram que, raramente, mantem o sono e repouso preservados e três (15%) estudantes disseram que nunca conseguem manter seu sono e repouso preservados.

Gráfico 7 - Representatividade pela escala de Likert das respostas relacionadas a preservação do sono e repouso dos alunos pesquisados



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

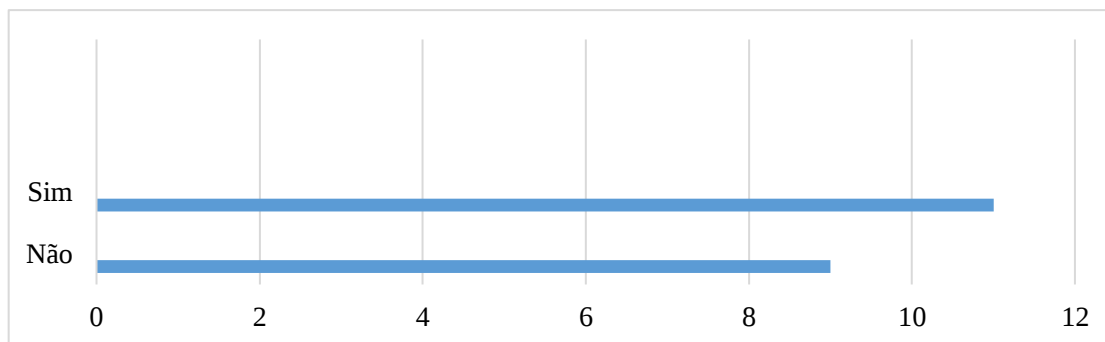
Segundo Foucault (2005, p. 291), a introdução da medicina com uma função de controle e domínio do biopoder transformou-a em organizadora de tratamentos médicos educacionais e a medicalização da população modificou, com a sua intervenção, o controle das condutas e do corpo dos indivíduos. Para Leão *et al.* (2019, p. 58), a nossa sociedade contribui para o desenvolvimento de indivíduos vulneráveis, como também desencadeia situações e conflitos individuais que provocam sofrimentos nos mais fragilizados, onde o caminho mais rápido para o alívio dos problemas diários é o tratamento medicamentoso. De acordo com Martinhago (2017, p. 39), grande parte dos indivíduos os utiliza para diminuição de sintomas e sofrimentos e para tentar ajudar na resolutividade das dificuldades da rotina diária. Observamos no **Gráfico 8**, sobre respostas relacionadas ao tópico utilização medicamentosa para ajuda em situações conflituosas, que nove alunos (45%) responderam que não utilizam esse tipo de recurso para superar situações conflitantes, e onze estudantes (55%) referem que as utilizam. Destacamos com as respostas afirmativas que uma maioria da nossa população do estudo se enquadra na parcela de indivíduos que tem, em seu tratamento para sofrimentos ou transtornos mentais, o uso de medicamentos na ajuda a superar suas dificuldades e vulnerabilidades, tais como as descritas a seguir:

“Sofro de desgaste mental e físico.” Estudante 10

“Tenho dificuldades no aprendizado, problemas emocionais e TDAH.” Estudante 12

“Já fiz acompanhamento psicológico e psiquiátrico, pois tenho ansiedade e tive depressão, fiz uso de medicação e agora está tudo bem. Só preciso mesmo lidar com a ansiedade. A psicóloga na época que me acompanhou é uma pessoa incrível e me ajudou muito. Era a única pessoa com quem eu me sentia confortável e compreendida, o que me ajudou muito no desempenho acadêmico.” Estudante 18

Gráfico 8 - Descrição das respostas dos alunos sobre a utilização de medicação em situações conflitantes



Fonte: Dados referentes ao questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

A procura por atendimento em saúde mental pode ser potencializadora de melhora da confiança na própria capacidade individual em lidar com as demandas acadêmicas, pois, segundo Valdebenito (2017, p. 45) comenta, a autoeficácia do indivíduo, ou seja, acreditar em sua própria competência em lidar com as dificuldades, influi em algum nível sobre sua saúde mental, pois baixos níveis de autoeficácia produzem, durante um enfrentamento de problemas, o surgimento de instabilidade emocional, negatividade, angústias e tristezas no indivíduo. A seguir algumas falas confirmam nossas afirmativas:

“Melhorou!... Ter acompanhamento nos ajuda a identificar problemas e buscar soluções... ajuda também a manter o foco no curso e dar segmento aos estudos sem tantos conflitos internos...” Estudante 2

“... Com a pandemia estava sozinha na residência, com ansiedade. Procurei a psiquiatria no CRAS porque não tinha concentração para estudar. Rejeitava abrir os livros... Com o acompanhamento e a medicação pude retomar a vida normalmente...” Estudante 15

A universidade com suas demandas e a maneiras com que cada sujeito se adapta a ela podem vir a ser um ativador de estresses ao longo da trajetória estudantil na academia, desencadeando dificuldade em lidar com a situações que surgem e prejuízos à saúde mental, problematizando sua permanência, de acordo com autores citados em nosso trabalho, entre eles Ariño; Bardagi (2018), Santos *et al.* (2020), Graner; Cerqueira (2019), Brondani *et al.* (2019), Lopes *et al.* (2019), Latorre (2018), Nogueira (2017), Valdebenito (2017). Para Bleicher; Oliveira (2018, p. 545 - 546), a pouca importância que se deu na implementação de políticas de assistência estudantil relacionadas à saúde, fragilizou a atenção demandada ao

processo saúde-doença nas comunidades estudantis, promovendo diferentes respostas de cada instituição de acordo com suas realidades locais, que, por vezes, não garantem a devida organização e promoção da assistência, articuladas entre si em toda a rede da educação superior pública.

A disponibilização de auxílio à saúde voltada para a Assistência Estudantil, encontrada na UFPB, possui uma significativa importância como apoio à população acadêmica, onde uma rede de atendimento, em especial voltada à saúde mental, promove um amparo ao processo de formação acadêmica. Percebemos, nas falas dos nossos alunos entrevistados, que o acompanhamento em saúde mental realizado através do CRAS, relacionado à percepção deles quanto a sua melhora ou prejuízo do desempenho acadêmico, produziu respostas significativas voltadas ao empoderamento e o desenvolvimento de autoestima e conhecimento sobre si mesmos:

“Têm me ajudado bastante, pois me fez ver outras possibilidades e ajustes em algumas situações do meu cotidiano e da minha vida.” Estudante 3

“Melhorou bastante! Me ajudou muito, está sendo realmente terapêutico para minha vida...” Estudante 4

“Melhorou. Consigo manejar melhor as atividades...” Estudante 6

Melhorou muito, principalmente porque as disfunções químicas e metabólicas que vêm com ansiedade e depressão (que é o meu caso) são bastante atenuadas com a medicação. Estudante 7

“Passei por tratamento psiquiátrico e psicológico. Melhorou meu desempenho porque pude lidar com a minha ansiedade e conflitos, me fazendo relaxar mais e dormir melhor...” Estudante 8

Utilizo medicação prescrita, pois estou com acompanhamento com psiquiatra para tratar ansiedade e ajustar o meu sono... como estou apenas a 15 dias de tratamento fica difícil responder à questão sobre a melhora do meu desempenho, mas creio que estou evoluindo bem com relação ao sono; quanto a ansiedade eu não posso afirmar nada até então... Estudante 9

Prefiro não responder. Obrigado Estudante 10

Melhorou, porque tenho toc e preciso de auxílio para tratar as distorções cognitivas Estudante 11

Sim. Passei no psiquiatra e com ele descobri meu TDHA, isso me ajudou a me entender, encontrar a raiz das minhas dificuldades e tomar iniciativa de resolvê-los com profissionais e ajuda. Estudante 12

“Melhorei. Porque eu tenho TDAH, que é responsável por uma grande desorganização e procrastinação. Sendo assim, os acompanhamentos me ajudaram a diminuir esses dois fatores. Estudante 13

“Ajudou em alguns aspectos, mas a psiquiatria não me deu ferramentas para receber auxílio da própria universidade através do CIA.” Estudante 14

“Melhorou.” Estudante 16

“Fiz apenas uma consulta psiquiátrica e o profissional avaliou que estava tudo bem comigo. A simples conversa com o profissional trouxe alívio e, em seguida, fiquei mais focado nos estudos. Nesse sentido, certamente contribuiu no meu desempenho.” Estudante 17

“Melhorou, pois eu passei a melhorar como pessoa e no meio acadêmico Estudante.” 19

“Melhorou. Tenho diagnóstico de ansiedade, o que interferia no meu desempenho. Após o acompanhamento, tenho conseguido melhorá-lo.” Estudante 20

De acordo com as falas, observamos o desenvolvimento da maturidade psicológica entre os estudantes, conquistada com o apoio profissional, através do fortalecimento e melhoria da capacidade de enfrentamento das dificuldades. Conforme Ramos *et al.* (2018, p. 65), é fundamental o desenvolvimento de propostas que assistam o estudante universitário e desenvolvam habilidades imprescindíveis para o enfrentamento dos desafios surgidos durante a academia, contribuindo para o bom desempenho acadêmico, diminuição da retenção e da evasão no ensino superior, minimizando quadros de adoecimento mental da população universitária.

5.3.3 Categoria Trajetória acadêmica

De acordo com Andrade; Teixeira (2017, p. 515), o desempenho acadêmico é visto como indicador de controle da retenção no ensino superior, problema que gera encargos sociais e financeiros para a instituição de educação, ao manter o aluno em situação de matriculado por um período superior ao ofertado pelo planejamento do curso. Conforme

Santos *et al.* (2020, p. 194), a mensuração do desempenho acadêmico nas IES é utilizada como critério de avaliação dos seus alunos, representando para a instituição o nível de desenvolvimento da formação dos conhecimentos relacionados aos seus cursos acadêmicos, procurando “utilizar o desempenho acadêmico como uma ferramenta de gestão, a fim de fomentar a qualidade do ensino” (SANTOS ET AL., 2020, p. 197).

Segundo Meurer *et al.* (2018, p. 363), o processo de aprendizagem é absorvido de maneira diferente em cada indivíduo, tendo sua estrutura psicológica destaque no enfrentamento dos processos de adaptação e apropriação do conhecimento, devendo ser considerada como fator de influência do desempenho. Conforme os autores (2018, p. 362), as IES promovem a aferição do desempenho acadêmico aos estudantes através da avaliação por médias definidas.

De acordo com Heather (2017, p. 01), a saúde mental está entre os principais fatores que possuem impacto direto sobre o desempenho acadêmico, sendo o estresse o principal causador de fragilidades psicológicas, repercutindo na trajetória dos alunos. Segundo Lopes *et al.* (2019, p. 140), o transtorno de ansiedade no meio acadêmico pode manifestar-se de maneira cognitiva, onde o sujeito acometido superestima que situações avaliativas na academia são vistas negativamente, podendo, assim, interferir no seu desempenho acadêmico.

Para avaliarmos qualitativamente a trajetória acadêmica dos participantes do nosso estudo, haveria a necessidade de obtenção de dados referentes ao histórico acadêmico de cada aluno que participou da pesquisa, os quais seriam trabalhados, mediante liberação dos dados pela PRG e STI, porém demandas desta natureza, por tratar-se de informações pessoais dos alunos, não podem ser fornecidas através desses serviços devido obediência à lei vigente quanto a restrição de informação: Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de dados Pessoais- LGPD)⁴², tendo sido informado através de ofício eletrônico o motivo da negativa pela PRG (Anexo B)

Para finalização da nossa pesquisa, ao entrar novamente em contato com cada entrevistado, seguindo a orientação recomendada pelo Ofício nº 5/2022-PRG (11.00.48)⁴³, obtivemos um total de 11 (onze) retornos, cerca de 55% da amostra dos 20 participantes, complementando assim a etapa de pesquisa.

Destacamos que os dados que foram obtidos através do novo contato com os estudantes moradores da RUMF/UFPB, nos oferecem informações acerca de parte de seu

⁴² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁴³ Apêndice C– Resposta da solicitação de dados à PRG/UFPB.

histórico acadêmico relacionado ao número de trancamentos, reprovações por falta e por média e sua atual posição de horas cumpridas no decorrer do calendário acadêmico. Porém, foi observado que a realidade do calendário da UFPB, somada à restrição dada a nossa pesquisa pela LDPD, nos impediu de alcançar, plenamente, as respostas que seriam necessárias para finalização do estudo.

A UFPB já apresentava um calendário acadêmico com algum atraso, devido à presença de greves ocorridas em anos anteriores e o cenário de pandemia pelo SARS COV 2 vivido pelo mundo e em nossa realidade pelos estudantes e pela instituição acadêmica repercutiram tanto na vida de cada indivíduo como nos períodos acadêmicos. Nos anos de 2020 e 2021, seus calendários acadêmicos foram reorganizados decorrentes do enfrentamento à pandemia e considerando o isolamento social imposto pelas autoridades competentes para contenção da propagação da doença, através da implementação de Resoluções que alteraram protocolos de oferta dos componentes curriculares, durante os períodos suplementares adequados, de acordo com os procedimentos de biossegurança necessários àquele cenário.

Dessa maneira, foram implementadas, para a comunidade acadêmica, três Resoluções criadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) no decorrer dos anos mais intensos da Pandemia do SARS COV 2, para o enfrentamento e manutenção dos alunos matriculados na instituição. Contudo, nesse período, houve um prejuízo relacionado à oferta de componentes curriculares obrigatórios e optativos, repercutindo na análise das nossas informações coletadas quanto ao desempenho e trajetória dos alunos estudados.

A Resolução CONSEPE nº 19/2020⁴⁴ dispôs sobre a regulamentação da oferta de componentes curriculares para a graduação, implementada no denominado Período Suplementar, criado devido ao isolamento imposto pela Pandemia do SARS COV 2, tendo sido iniciado em 8 de setembro a 16 de dezembro de 2020. Em seu Art. 1º, §2º, há uma referência que o Período Suplementar 2020.1 estava sendo ofertado em caráter excepcional, porém não geraria oferta de todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos regularmente ofertados por semestre letivo. Em seu Art. 5º, §1º, se tornou optativo aos alunos da UFPB cursarem componentes curriculares ou outras atividades de ensino oferecidas no Período Suplementar. Em seu §2º, o discente poderia ficar dispensado do cumprimento da carga horária mínima ou o número de créditos mínimos.

⁴⁴Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ded/contents/documentos/resolucoes/resolucao-consepe-19-2020.pdf/view>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Outrossim, a Resolução CONSEPE nº 35/2020⁴⁵, com seu início em 3 de março a 3 de julho de 2021, em seu Art 1º, §6º, ainda referia que o Período Suplementar 2020.2 estava sendo ofertado em caráter excepcional e não haveria oferta de todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos regularmente ofertados por semestre letivo. Em seu Art. 5º, §1º, ainda é considerado facultativo aos discentes cursarem componentes curriculares ou outras atividades de ensino no Período Suplementar 2020.2, sem prejuízo ao seu CRA, ficando também o discente ainda dispensado, pelo §2º, do cumprimento de sua carga horária mínima ou o número de créditos mínimos por período letivo.

A implementação da Resolução CONSEPE nº 12/2021, com início em 3 de março e término em 19 de julho de 2021, seguiu, de acordo com o Art. 1º, §2º, com a oferta de componentes curriculares teóricos, porém oferecidos de maneira remota; no §9º, ocorreu oferecimento de número de vagas para matrícula em componentes curriculares ministrados de forma híbrida, obedecendo ao "Plano UFPB para retorno gradual das atividades presenciais" e aos protocolos de cada Centro de Ensino. Pelo §10, as atividades presenciais poderiam ocorrer estando em obediência com as medidas de proteção individual e coletiva dispostas no "Plano da UFPB para o retorno gradual das atividades presenciais e/ou híbridas", e, de acordo com o Art. 10º, o semestre suplementar 2020.2 ficou prorrogado até o dia 19 de julho de 2021.

Por conseguinte, foi disposta a Resolução CONSEPE nº 45/2021, regulando o período letivo regular 2021.2, com a previsão do retorno presencial gradual, com início em 21 de fevereiro e término em 25 de junho de 2022. O seu Art. 2º continha que o período letivo será ofertado de forma regular presencial, atendendo ao disposto na Resolução nº 29/2020 do CONSEPE, onde, no §1º, há a referência quanto à oferta de componentes curriculares e às atividades desenvolvidas integralmente; Art. 7º referindo à disposição de protocolos de oferta de componentes curriculares disposto no calendário acadêmico vigente para o Período Regular 2021.2; e o §10 dispõe sobre a obrigatoriedade do cumprimento e do mínimo de créditos por período letivo previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), devendo haver matrícula em pelo menos um componente curricular, desde que haja impossibilidade na oferta de componentes curriculares devido às questões de biossegurança.

Nesse cenário, onde os discentes vivenciaram quatro (4) períodos em que não havia a exigência do cumprimento de seus componentes curriculares normais por parte da instituição e departamentos, a avaliação da pesquisa foi prejudicada pela delimitação em que se encontra a trajetória acadêmica até a atualidade dos nossos pesquisados.

⁴⁵ Disponível em: <http://plone.ufpb.br/licmat/contents/noticias/resolucao-no-35-2020-dispoe-sobre-o-periodo-suplementar-2020-2/resolucao-no-35_20.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

Considerando o perfil dos discentes pesquisados, indivíduos que, como foi elencado em nosso estudo, possuem condições de vulnerabilidade socioeconômica e fragilização de sua saúde mental, as informações coletadas com relação ao CRA dessa população são excelentes, como observados na Tabela 4, demonstrando que ocorre o alcance de resultados muito satisfatórios em relação a seus resultados gerais.

Tabela 4 – Descrição do CRA dos estudantes pesquisados

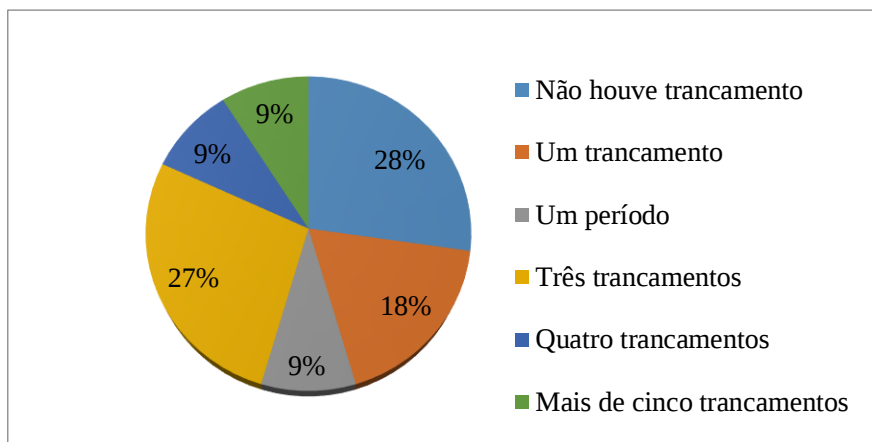
ESTUDANTE	CRA
ESTUDANTE 1	8,98
ESTUDANTE 2	9,13
ESTUDANTE 3	8,69
ESTUDANTE 4	8,76
ESTUDANTE 5	7,32
ESTUDANTE 6	8,82
ESTUDANTE 7	8,22
ESTUDANTE 8	8,23
ESTUDANTE 9	8,33
ESTUDANTE 10	9,42
ESTUDANTE 11	8,86

Fonte: Dados coletados em questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2022.

Foi observado um CRA médio de 8,6 entre os alunos pesquisados, confirmando, conforme Lacerda; Valentini (2018, p. 421) observa em seu estudo, que o programa de moradia universitária pode impactar positivamente no desempenho do aluno, em contextos sociais diversos. No nosso estudo, podemos averiguar que nossos estudantes conquistaram uma qualidade no desempenho acadêmico medido pelo resultado do CRA dos discentes que promove uma trajetória futura de sucesso na instituição.

Ao serem questionados sobre o número de disciplinas que haviam sido trancadas no decorrer do curso, três (28%) alunos que participaram dessa etapa da pesquisa, responderam que nunca haviam realizado trancamento de disciplinas; apenas dois (18%) dos participantes afirmaram que trancaram somente uma (1) disciplina durante o curso; apenas um (1) aluno (9%), afirmou ter trancado todo um período do curso; três alunos (27%) dos respondentes confirmaram que haviam trancado pelo menos três (3) disciplinas durante o curso; um estudante (9%) referiu ter trancado 4 (quatro) disciplinas durante seu curso; e também um (9%) aluno confirmou ter trancado cerca de seis (6) disciplinas durante o curso, conforme Figura 13 a seguir.

Gráfico 9 - Descrição das respostas dos alunos sobre número de disciplinas e períodos trancados durante o curso de graduação



Fonte: Dados coletados em questionário aplicado aos moradores da RUMF. Elaboração própria, 2021.

Como Andrade; Teixeira (2017, p. 515) comentam, o desempenho acadêmico é visto como indicador de controle da retenção no ensino superior e, para os autores (2017, p. 513), estar inserido na população assistida pelo PNAES favorece o melhoramento do desempenho acadêmico, contribuindo, dessa maneira, para a diminuição do quantitativo de evasões e perdas de disciplinas pelos estudantes. Porém, foi observado que ocorre uma porcentagem de aproximadamente de 73% de estudantes participantes da amostra, que opta pelo trancamento dos seus componentes curriculares.

Wyatt *et al.* (2017, p. 184) afirmam que existe uma ligação entre saúde mental, desempenho acadêmico e retenção acadêmica, nas instituições de ensino superior. Estratégias de enfrentamento a fragilização da saúde mental na universidade, segundo os autores, devem ser construídas, pois possíveis medidas adaptativas para diminuição do estresse e sofrimento e o estímulo à busca pelos serviços de saúde mental pela comunidade universitária, em situações de necessidade individual, beneficiaria os estudantes durante sua trajetória acadêmica se estendendo para sua vida no futuro.

Em relação ao número de componentes curriculares reprovados por falta, dez participantes responderam que nunca haviam sofrido essa situação acadêmica, sendo que apenas um dos alunos respondeu ter ocorrido com seis disciplinas de sua grade curricular. Em relação a reprovações por média, três alunos referiram que foram reprovados, dois em duas disciplinas e um aluno refere ter sido reprovado por falta em seis disciplinas. Foi observado que, entre a maioria dos participantes, prevalece o sentimento de engajamento em se manter um bom desempenho no curso, desenvolvido pelas experiências vivenciadas no cenário da

instituição. Apesar de alguns relatos de descontentes com a academia e situações conflituosas e psicológicas, existe um desenvolvimento de habilidades individuais e estratégicas para a construção de potencialidades que ajudam a transpor dificuldades e fragilidades, prevalecendo a continuação e manutenção do curso, havendo adequação à etapa da vida acadêmica do indivíduo, conforme autores como Latorre (2016), Vizzotto *et al.* (2017), Gonçalves (2019), Garrido (2015), Ambiel *et al.* (2016) e demais pesquisadores que ponderam sobre o assunto.

Observamos, no tópico questionado diretamente aos estudantes sobre sua posição de porcentagem e horas cumpridas pelo curso de graduação, uma disparidade relacionada ao período em que se iniciou sua vida acadêmica, e como esses discentes deveriam se encontrar em relação a sua posição quanto aos componentes curriculares que deveriam estar cumpridos, reflexo de uma instituição que já possuía um calendário acadêmico já atrasado, complementado com os períodos que se estenderam durante a pandemia SARS COV 2, onde a falta de obrigatoriedade em cumprir às demandas e a insuficiência de oferta pela instituição promoveu um prejuízo importante na vida acadêmica dos discentes. Por conseguinte, o estudo também foi afetado, pois se torna impossível a análise da medida exata de cumprimento de horas que cada discente deveria estar cumprindo, uma vez que, durante a situação de emergência da pandemia e utilização dos períodos suplementares, os componentes curriculares, quando eram ofertados, poderiam ser acessados ou não, de acordo com o desejo do discente, devido a não obrigatoriedade desse acesso.

Conforme Venturini; Brandão (2016, p. 96), há a necessidade de um estudo com aprofundamento e intervenção dos gestores das IES quanto às necessidades relacionadas às fragilidades mentais e individuais que os estudantes sofrem na academia, principalmente aqueles que se encontram distantes do seu círculo de relacionamentos sociais e familiares, sendo evidenciado também pelos autores que a situação de desvantagem socioeconômica provoca vulnerabilidade e se torna um fator gerador, em alguns sujeitos, de um processo de exclusão social. Para Heather (2017, p. 02), as populações minoritárias e, em especial as inseridas em uma instituição, possuem maior probabilidade de desencadear transtornos mentais, sejam eles pré-existentes ou de início súbito, sendo de suma importância haver preocupação e pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto na academia.

Para Venturini; Brandão (2016, p. 100 - 101), as dificuldades e obstáculos vivenciados pelos estudantes, quando não são superados, produzem repercussões na autoestima dos indivíduos, podendo promover o baixo desempenho e problemas na trajetória acadêmica. Segundo os autores (p. 102), a universidade ainda possui uma ideologia meritocrática dominante, com vistas à competitividade em sua comunidade acadêmica,

somada a pressões por produções científicas, pouca ou ausência de participação política da comunidade na organização institucional, promovendo uma universidade exclusiva e que sofre, ocasionando diminuição de participação e aumento das evasões universitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior brasileira percorreu um longo caminho para sua consolidação no país. A criação de um sistema educacional de natureza profissionalizante para a maioria da população e uma educação superior voltada para as elites caracterizou, desde seu princípio, uma estrutura de desigualdades de oportunidades dentro da sociedade brasileira.

Como pontuado no estudo, o crescimento do interesse da população pela procura do processo educacional se destacou a cada regime governamental brasileiro, promovendo transformações e busca por mudanças democráticas e políticas assistenciais voltadas à educação. A consolidação da Constituição de 1988 promoveu uma conquista que apontou o caminho a ser realizado pela educação no país, através do direito de acesso e a busca pela sua qualidade.

O resultado de reformas administrativas para a educação ocasionou a transição do sistema de “educação de elite” para o surgimento de um “sistema de massa”, promovendo o acesso à educação superior dos mais diferentes perfis sociais, em especial as minorias economicamente vulneráveis, impulsionando a necessária promoção de ações igualitárias e democráticas através da criação de políticas públicas, em busca da redução das diferenças causadas pela expansão. Destacamos, entre os diversos programas que direcionaram políticas sistemáticas, os que contribuíram para inclusão da população estudantil investigada nesta pesquisa: o SISU, a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a inserção dos alunos ao benefício ofertado pelo PNAES, fornecido na UFPB pela PRAPE através do programa de moradia estudantil. Benefício importante e indispensável, ofertado como auxílio e apoio à permanência e ao desempenho acadêmico, oferecido aos estudantes de vulnerabilidade socioeconômica da UFPB.

Além da assistência fornecida pela PRAPE, a UFPB incrementa benefício dirigido para saúde aos estudantes, através do CRAS, onde o estudo apontou a investigação voltada para a população assistida que apresenta algum grau de sofrimento em saúde mental, e suas consequências para o seu desempenho e trajetória acadêmica.

A universidade faz parte de uma fase importante para o indivíduo, pois está inserida em um momento de transição e mudanças na vida dos estudantes. O estudo revelou que dentro da academia ocorre o domínio de um cenário exigente e competitivo, por vezes individualista, promovendo em alguns estudantes insatisfação com o curso ou com o ambiente acadêmico, ou a perda da confiança em suas performances e dificuldades de enfrentamento das emoções. O estudo apontou também que a situação socioeconômica é geradora de

angústias, expondo estudantes a situações de risco a estressores, promovendo em alguns indivíduos mais vulneráveis apreensão e dificuldades, que geram sofrimento mental e em alguns já fragilizados, o desenvolvimento do adoecimento, causando o surgimento dos transtornos psíquicos.

Avaliando as categorias educação superior, saúde mental e trajetória acadêmica, o estudo comprovou que a **educação superior** brasileira, com o processo de democratização do acesso, sofreu transformações através das políticas públicas de inclusão social e, para a UFPB, promoveu uma mudança do perfil dos alunos inseridos na universidade. O desenvolvimento de ações de assistência estudantil propostas pelo PNAES, em especial a Residência Universitária, proporcionou à UFPB uma ferramenta de apoio aos estudantes na academia, porém o estudo comprovou que cerca de 80% dos estudantes avaliados confirmaram que já houve a intenção de realizar o abandono da academia ou do curso escolhido, e cerca de 73% dos investigados realizaram trancamentos de disciplinas em algum momento da trajetória, demonstrando também que os moradores da residência universitária estão susceptíveis a possíveis evasões e/ou retenções, apontando que o acesso ao ensino superior e a disponibilidade de assistência não oferecem garantias de permanência no sistema educacional, como já mencionado Castelo Branco (2020, p. 53). A pesquisa constatou também relatos de desgaste e conflitos em que os estudantes se sentiram desamparados na academia, apesar de estarem inseridos no programa de assistência que visa minimizar as desigualdades, favorecendo a fragilidade da permanência do estudante na universidade.

Em relação à categoria **saúde mental**, o estudo destacou a importância e a resolutividade do acompanhamento em saúde mental na promoção de um equilíbrio, qualidade de vida, desenvolvimento da maturidade psicológica e empoderamento individual. Conflitos encontrados no meio acadêmico podem ser considerados importantes em pessoas fragilizadas ou que apresentam tendência a transtornos mentais, geração de sofrimento, promovendo prejuízos à vida na universidade, questão destacada pelo pensamento de Foucault (1977, p. 103), ao se referir que o surgimento de certos fenômenos patológicos desenvolve, após um determinado tempo, a doença, a qual fragiliza o indivíduo e sua produtividade.

Embora a pesquisa possua relatos relacionados à existência de conflitos e dúvidas referentes à permanência na universidade, a maioria dos estudantes pesquisados demonstrou a apresentação de autoeficácia em seus relatos, vislumbrado pelo enfrentamento das dificuldades surgidas em sua trajetória, comprometimento e confiança em sua capacidade de superar problemas. Foi observada a busca pela obtenção do diploma através do alcance dos

seus objetivos e do sucesso, contribuindo para o bom desempenho em sua trajetória. Esses dados sugerem ao estudo, que as políticas de assistência e a parceira com a assistência médica proporcionada pelo CRAS atuam de maneira positiva na intervenção da qualidade de vida acadêmica.

Enfim, no que se refere às considerações sobre a categoria **trajetória acadêmica** dos alunos estudados, destacamos que, mesmo com as incertezas e inseguranças quanto a continuidade de suas graduações, os estudantes pesquisados investem em sua trajetória em busca da conquista, obtenção do diploma, independência e melhora de vida no futuro, em destaque a média excelente do CRA dos entrevistados. Comprovamos ainda com a investigação que, de acordo com as respostas retiradas do questionário aplicado, somado ao calendário acadêmico que se encontra em atraso ocasionado por greves ocorridas na instituição durante anos anteriores, e o problema gerado durante o período pandêmico relacionado ao vírus SARS COV 2, vivenciado com mais intensidade nos anos 2020 e 2021, em que as Resoluções aplicadas ao corpo acadêmico da UFPB prejudicaram a oferta dos componentes curriculares obrigatórios e optativos para cada semestre, o estudo concluiu que ocorre um real atraso acadêmico nos estudantes investigados, e mesmo tendo o Programa de Assistência em Moradia impactando positivamente no desempenho do aluno, cerca de 73% (setenta e três por cento) dos estudantes da amostra optaram em algum momento do curso pelo trancamento dos seus componentes curriculares.

Destarte, os objetivos do estudo foram atingidos, porém ocorreram duas limitações importantes: a primeira foi ocasionada pela não obtenção total dos dados necessários para a finalização da pesquisa, os quais seriam captados mediante levantamento de informações pela PRG e STI, impossibilitadas de repassá-las devido obediência à lei vigente quanto a restrição de informações pessoais (Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de dados Pessoais-LDPP); outra limitação do estudo se deu pela ocorrência da baixa demanda de retorno das respostas dos questionários realizadas pelo segmento remoto, através do *Google Forms*, em que apenas 55% apresentaram respostas viáveis voltadas ao desempenho acadêmico durante a entrevista, abaixo do esperado para o estudo, repercutindo na elaboração mais ampla da análise relacionada ao desempenho e trajetória dos alunos estudados.

Destacamos a importância de um olhar mais significativo dos gestores das instituições de ensino sobre a discussão a respeito da saúde mental na educação superior, a busca pelo enfrentamento do problema, atuação na prevenção do surgimento e desenvolvimento de casos, sendo necessário o direcionamento de ações pelas gestões institucionais de educação superior, voltadas à busca desses perfis nas instituições, como

também parcerias com setores da própria academia que poderiam contribuir, levando em consideração o levantamento das demandas dos estudantes como: adaptação dos calouros, o distanciamento familiar, a solidão, *bullying*, relacionamentos entre alunos e entre os docentes, e o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

Outrossim, a organização de medidas de prevenção ao surgimento de sofrimentos e em relação aos casos já diagnosticados, a existência de um olhar estratégico e acolhedor da instituição se torna um meio de se evitar agravamentos de casos, contribuindo para que a questão não alcance o processo acadêmico do estudante.

Considerando a característica profissional do Programa MPPGAES, como sugestão, o estudo propõe elementos que facilitariam a implementação de um programa multiprofissional de cuidado em saúde mental aos estudantes, nomeado como *Plano de Assistência em Bem Estar e Saúde*, voltado para os beneficiados pela moradia universitária e outros programas de assistência previstos no PNAES. Sugere-se, como elemento de relevância, a necessidade de expansão do acolhimento e atendimento qualificado em saúde mental a esse perfil que sofre ruptura familiar e adaptações, sendo interessante para a academia que os estudantes assistidos pelo PNAES façam parte de um plano institucional de atendimento.

O estudo propõe que se incorporem ações envolvendo saúde mental desburocratizada, medidas de intervenções sem a necessidade de agendamentos, encaminhamento de casos mais delicados, medidas de acompanhamento, acolhimento qualificado, acompanhamento da estadia na Residência Universitária, tendo o envolvimento de uma equipe multidisciplinar, destacado nas áreas da psiquiatria, psicologia, terapias integrativas e complementares, educação física, artes, música, sendo estendido para outras áreas de acordo com a demanda e necessidade.

A atuação de um Plano de Assistência em Saúde Mental promove o fortalecimento do autoconhecimento, da autoestima dos estudantes e do entendimento de seu lugar na academia e na sociedade, diminuindo as ansiedades e angústias, embasados em suas vulnerabilidades, através de ações como rodas de conversas, palestras, escutas terapêuticas, grupos terapêuticos, *Lives* participativas, sessões de autocuidado e relaxamento.

A pesquisa serviu de base para a criação de uma **Cartilha de Boas Práticas** (Apêndice A) como **produto final** do estudo, voltado para a saúde mental dos estudantes da UFPB, em especial ao estudante morador da Residência Universitária, a qual promoveria importantes orientações através de linguagem simples e acessível, quanto a identificação dos casos e maneira de proceder, após essa etapa de descobrimento ou identificação de problemas

relacionados à saúde mental, para a obtenção da ajuda necessária e uma melhor e mais rápida resolutividade.

Por fim os resultados do estudo indicam que existe a necessidade da desconstrução de estereótipos relacionados a sofrimentos mentais, devendo ser considerado um problema real e presente na universidade contemporânea o qual deve ser combatido e tratado, para que a academia se torne uma experiência prazerosa de desenvolvimento de indivíduos e de trajetórias de sucesso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. de 2021.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 288-297, 2016. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Home/Downloads/23872-Texto%20do%20artigo-107088-1-10-20161230%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Home/Downloads/23872-Texto%20do%20artigo-107088-1-10-20161230%20(2).pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE)**.

Brasília: 2018. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>> Acesso em: 26 out. 2022.

ARIÑO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicol. Pesqui.** Universidade Federal de Santa Catarina, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 44-52 | set-dez. 2018. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Home/Downloads/23791-Texto%20do%20artigo-93899-1-10-20181228%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Home/Downloads/23791-Texto%20do%20artigo-93899-1-10-20181228%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 de fev 2021.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da Residência Universitária da UFPB**. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDAGI, Marúcia Patta. **Evasão e comportamento vocacional de universitários: estudo sobre desenvolvimento de carreira na graduação**. 2007. 242f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10762>>. Acesso: 15 jul. 2021.

BARDAGI, Marucia; HUTZ, Claudio Simon. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. **Psic. Rev.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 279-301, nov. 2005. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18107/13463>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, Lda, 2010.

BRANDÃO, Alessandra Salina. **Desempenho acadêmico de universitários, variáveis preditoras: habilidades sociais, saúde mental, características sociodemográficas e escolares**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-21032016-155145/en.php>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 687**, de 30 de mar. de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria687_30_03_06.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____. **Universidade Federal da Paraíba**. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ufpb>>. Acesso em 22 mar. 2021.

_____. **Pró-reitoria de Pós-Graduação UFPB**. Disponível em: <<http://www.prpg.ufpb.br/prpg>>. Acesso em: 21 jul. de 2021.

_____. **Pró-reitoria de Graduação UFPB**. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/>>. Acesso em: 21 jul. de 2021.

_____. **Centro de Referência em Atenção à Saúde**. Resolução nº 14/2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cras/contents/documentos/boletim-de-servicos_aprovacao-do-regimento-do-cras.pdf/view>. Acesso em: 20 mar de 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 18 jul 2021.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Decreto de nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BÍRÓ, Éva; ÁDÁNY, Róza; KÓSA, Karolina. Simple Method for Assessing the Mental Health Status of Students in Higher Education. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 16, n. 23, p. 4733, nov. 2019. Disponível em: <<http://content.ebscohost.com/ContentServer.asp?T=P&P=AN&K=31783500&S=R&D=mdc&EbscoContent=dGJyMNHX8kSeqK44y9fwOLCmsEmep7VSsKa4Sq%2BWxWXS&ContentCustomer=dGJyMOzprkm0rrBRuePfgeyx44Dt6fIA>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BLEICHER, Taís; Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 543-549, set.-dez. 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pee/a/FY4SFtWPcDrkKbxCyJwQkKL/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 13 ago. 2021.

BORINE, Rita de Cássia Calderani; WANDERLEY, Kátia da Silva; BASSITT, Débora Pastore. Relação entre a Qualidade de Vida e o Estresse em Acadêmicos na Área da Saúde. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 100-118, jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/21867-101269-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRONDANI, Michele Alves et al. Depressão em estudantes universitários: fatores de risco e protetivos e sua relação nesse contexto. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 137-149, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/viewFile/2629/2385>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, p. 52-72, jan-apr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/Lwm4JTfJMGZsgFQX4brP58v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 06 ago. 2021.

_____. **A construção do mito do meu filho doutor: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba**. 2004. 486f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7452>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

_____; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996-2012). Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior, 2., 2014, João Pessoa. **Anais do II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior**. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <[politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf](https://coipesu.com.br/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf) (coipesu.com.br)>. Acesso em: 20 jul. de 2021.

CASTRO, Vinícius Rennó. Reflexões sobre a Saúde Mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, São Paulo, n. 09, p. 308-401, 2017. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estud. psicol.**, Natal, Rio Grande do Norte, v. 10, n. 03, p. 413-420, dez. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300010>>. Acesso em 02 set. 2018.

CENDÓN, Beatriz Valadares; RIBEIRO, Nádia Ameno; CHAVES, Consuelo Joncew. Pesquisas de survey: análise das reações dos respondentes. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 29-48, set-dez. 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_b4ee056685_0000018518.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

CHAVES, Jucirleia Ferreira de Medeiros et al. Burnout em acadêmicos de psicologia que conciliam trabalho e estudo. **Revista Tema em Saúde**, João Pessoa, PB, p. 83-98, 2019. Disponível em: <<https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2019/03/fippsi04.pdf>>. Acesso em 17 de fev. de 2021.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Contra a universidade operacional e a servidão voluntária**. 2016. Disponível: <<https://www.ufba.br/noticias/conhe%C3%A7a-palestra-contr-a-universidade-operacional-e-servid%C3%A3o-volunt%C3%A1ria>>. Acesso: 10 set. 2016.

_____. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 04, n. 03, p. 03-08, 1999. Recuperado de <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>>. Acesso em: 10 ago 2021.

_____. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP. 2001.

CID-10. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. World Health Organization Geneve: Artmed, 2019. Disponível em: <<http://clinicajorgejaber.com.br/novo/wp-content/uploads/2018/05/CID-10.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2022.

CORBANEZI, Elton. Han, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 335-342, dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.141124>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

COSTA, Martha. Marilena Chauí e a reflexão sobre a Universidade. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n.37, p. 147-170, jul-dez. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. Disponível em: <http://anakarkow.pbworks.com/w/file/140986392/Paulo_Dalgalarrrondo_Psicopatologia%20%283%29%20%281%29.pdf>. Acesso: 25 abr. 2021.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, SC, v. 6, n. 3, p. 161-174, 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FELTES, Danielle Lasarotto; HOCH, Verena Augustin. **Saúde Mental: (re)conhecendo a pessoa em sofrimento psíquico em suas potencialidades**, 2015. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-Danielle-Lasarotto-Feltes.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no College de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes 2005. Disponível: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. O nascimento da medicina social. In: _____. MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1984. p. 79-98. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4596189/mod_resource/content/1/Michel%20Foucault%20-%20O%20nascimento%20da%20Medicina%20Social.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

_____. Os recursos para o bom adestramento. In: _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/80996/mod_resource/content/1/Texto%209%20Vigiar%20e%20punir.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **História da Loucura**. 11.ed. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. **Doença Mental e Psicologia**. 1.ed. Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

GARRIDO, Edleusa Nery. A Experiência da Moradia Estudantil Universitária: Impactos sobre seus Moradores. **PSICOLOGIA: CIENCIA E PROFISSÃO**, v. 35, n. 3, p. 726-739, jul-set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Q5SWftTqx5QbnYLQFm3LZZb/?lang=pt>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Corty Editora, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Munes de. Educação Superior no Brasil contemporâneo: Transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan-mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/hjzmmcXqsPRDNQK3wXvsrQv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2021.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v.24, n.4, p.1327-1346, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

HEATHER, Clark. “Imbalance:” Mental Health in Higher Education. **Humboldt Journal of Social Relations**, v. 39, p. 346-348, 2017. Disponível em: <<http://web-a-ebscohost.ez15.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=ffdc0ea5-58da-4b74-b7c6-8b530b3078aa%40sessionmgr4007>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio-ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

JEZINE, Edineide; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRITO, Belmiro Gil. O acesso ao ensino superior no contexto da globalização. Os casos do Brasil e de Portugal. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n.18, p. 57-79, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2563>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 413-423, maio-ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/kPkhTBrFRcNFsj6MxFhp7Bx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: 12 ago. 2021.

LATORRE, Ana Clara de Oliveira. **Saúde mental dos estudantes universitários: qual sua relação com os processos de violência simbólica exercidos pelas instituições de ensino e com a luta pelo reconhecimento dos discentes no ambiente acadêmico?** 2018. 65f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, ES, 2018. Disponível em: <<http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/291/1/Ana%20Clara%20de%20Oliveira%20Latorre.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zöllner; GOTO, Carine Sayuri. Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 50 – 64, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45212/30943>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LELIS, Karen de Cássia Gomes et al. Sintomas de depressão, ansiedade e uso de medicamentos em universitários. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n.23, p. 09-14, jun. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602020000100002>. Acesso em: 15 mai. 2021.

LIMA, Mariana Monção de. **Depressão e ansiedade como expressões da angústia existencial: uma perspectiva fenomenológica do sofrimento psíquico na pós-modernidade**. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40630/1/2020_MarianaMon%c3%a7%c3%a3odeLima.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

LIMA, Fábio Danilo Rolim de. **A Política Pública de Assistência Estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da Residência Universitária para a permanência na UFPB.** 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

LOPES, José Milton et al. **Ansiedade versus Desempenho Acadêmico: uma análise entre estudantes universitários. Ciências Biológicas e de Saúde Unit**, Alagoas, v. 5, n. 2, p. 137-150, maio. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/6151/3338>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MACEDO, Geórgia. Dantas. **A eficácia do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas da UFPB.** 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBP AE**, v. 32, n. 3, p. 759 – 781, set-dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINHAGO, Fernanda. Contágio social de transtornos mentais: **análise das estratégias biopolíticas de medicalização da infância.** 2017. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185563/PICH0184-T.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas do Ensino Superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90.** 2005. 328f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

MIRANDA, Paula Roberta. Expansão da Educação Superior no Brasil: as articulações com o público e o privado. Seminário Nacional UNIVERSITAS, 24., 2016, Maringá. **Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS.** Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MEURER, Alison Martins et al. Relação do Desempenho Acadêmico com Características Observáveis e Experiências Estudantis de Discentes de Ciências Contábeis. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 361-386, maio-ago. 2018. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1588>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: _____. DWYER, Tom et al. (Org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.** Brasília: Ipea; Pequim: SSAP,

2016. p. 95-124. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

NOGUEIRA, Maria José Carvalho. **Saúde mental em estudantes do ensino superior: fatores protetores e fatores de vulnerabilidade**. 2017. 269f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28877/1/ulsd730773_td_Maria_Nogueira.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão, GO: UFG, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

PENHA, Joaquim Rangel Lucio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 1, p. 369-395, jan-jun. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/3549-16392-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JUNIOR, Luiz de Sousa. Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 46, p. 161-187, out-dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/13296>>. Acesso em: 10 jul. de 2021.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil de graduação. **Cadernos do GEA**, n. 9, jan-jun. 2016. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%25C3%25A7%25C3%25A3o-do-campus.pdf>. Acesso em 27 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Estado e Políticas Educacionais na história da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

SANTOS, Fabiana Ramalho dos. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: contribuições e impasses para permanência e êxito do estudante do curso de Pedagogia**. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SANTOS, Márcia Juliana da Cunha dos et al. Desempenho Acadêmico e características sociodemográficas, comportamentais, psicológicas e de formação docente: análise de alunos portugueses da área de negócios. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 192-220, maio-ago. 2020. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/5286>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SAHÃO, Fernanda Torres. **Saúde mental do estudante universitário: comportamentos que favorecem a adaptação ao ensino superior**. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em:

<<http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Saude-mental-do-estudante-universitario-comportamentos-que-favorecem-a-adaptacao-ao-ensino-superior.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2021

SILVA, Pérola Liciane Baptista Cruz e et al. Transtorno Mental comum entre Estudantes de Enfermagem e Fatores Envolvidos. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 9, 2019. Disponível em <<file:///C:/Users/Home/Downloads/3191-12397-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SILVA, Maria Vitória Oliveira; SILVA; Leni Maria Pereira. Quando o sonho vira pesadelo: uma análise do adoecimento e sofrimento dos discentes na graduação. In: _____. Congresso em Desenvolvimento Social, 6., 2018, Minas Gerais. **Anais eletrônicos do VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Minas Gerais: Unimontes, 2018. Disponível em: <https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT11/QUANDO%20O%20SONHO%20VIRA%20PESADELO%20UMA%20ANALISE%20DO%20ADOECIMENTO%20E%20SOFRIMENTO%20DOS%20DISCENTES%20NA%20GRADUACAO.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A educação superior no Brasil. Brasília: MEC/CAPES, 2002. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>>. Acesso em: 22 jul. de 2021.

SOARES, Adriana et al. Diferenças de adaptação acadêmica entre estudantes do curso de psicologia. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 93-118, set-dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472019000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2021.

TROW, Martin. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII**. Berkeley: University of California, 2005.

UFPB. **Resolução nº 10/2002**. Institui o Regimento Interno do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/prape/contents/legislacao/resolucao-do-consuni-10-de-2002-servicco-da-residencia-universitaria-da-ufpb.pdf>>. Acesso em: 08 ago. de 2021.

_____. **UFPB em números: 2012-2019**. João Pessoa: EDUFPB, 2020, 48 p. Disponível: <<http://www.ufpb.br/ufpbemnumeros/contents/documentos/ufpb-numeros-impressao.pdf>>. Acesso em: 10 ago. de 2021.

VALDEBENITO, María Andrea Borzone. Autoeficacia y vivencias académicas en estudiantes universitarios. **Act. Colom. Psicol.**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 275-283, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552017000100275&lng=en&nrm=iso>. <https://doi.org/10.14718/ACP.2017.20.1.13>. <<http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v20n1/0123-9155-acp-20-01-00275.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2021.

VIAPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais

da teoria da determinação social do processo saúde doença. **SAÚDE DEBATE**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 175-186, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42nspe4/175-186/pt>>. Acesso em 22 mar. 2021.

VIZZOTTO, Marília Martins; JESUS, Saul Neves de; MARTINS, Alda Calé. Saudades de casa: indicativos de depressão, ansiedade, qualidade de vida e adaptação de estudantes universitários. **Revista Psicologia Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 59-73, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000100004&lng=pt&nrm=isohttp://dx.doi.org/10.20435/pssa.v9i1.469>. Acesso em: 28 mar. 2021.

VENTURINI, Ernesto; GOULART, Maria Stella Brandão. Universidade, solidão e saúde mental. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Minas Gerais, v. 4, n. 2, p. 94-115, jul-dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/download/18985/15985/50453>>. Acesso em: 14 maio 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Depression and Other Common Mental Disorders. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

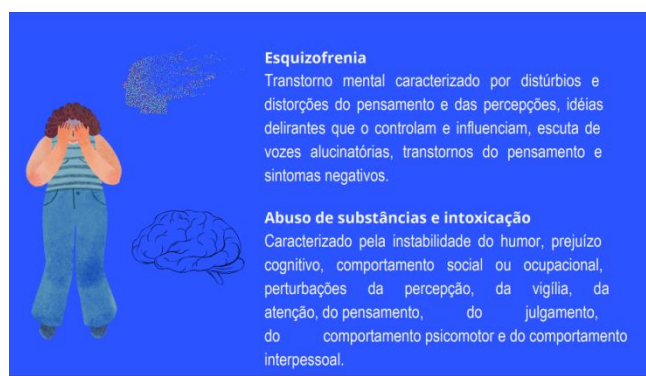
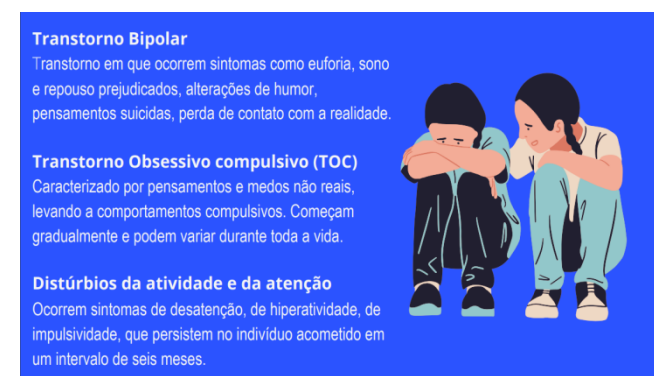
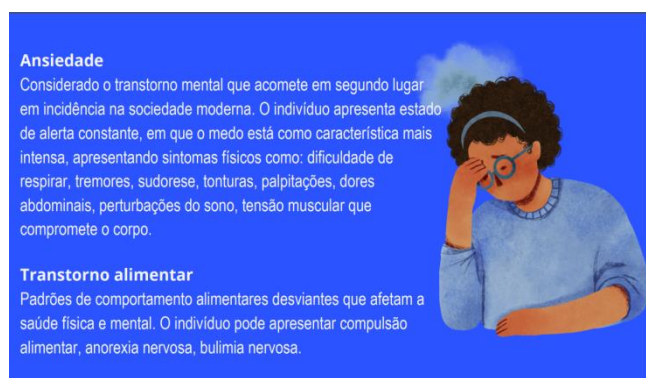
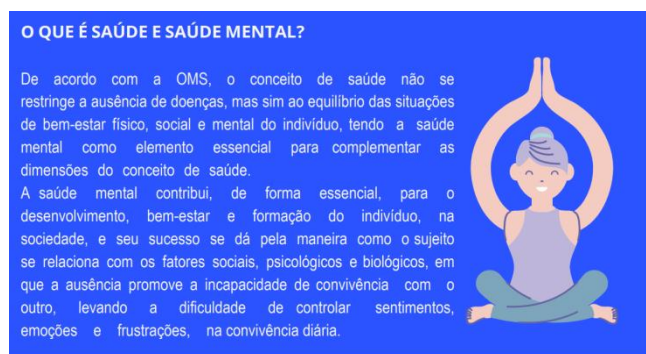
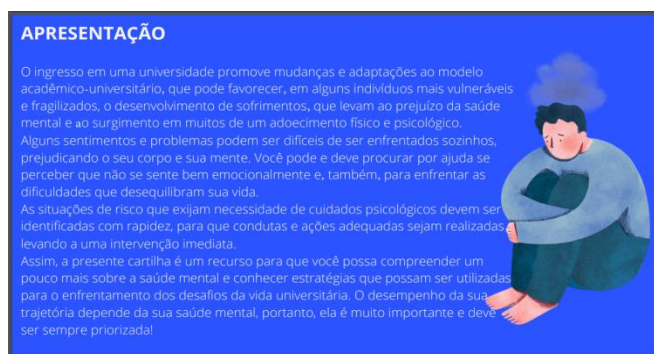
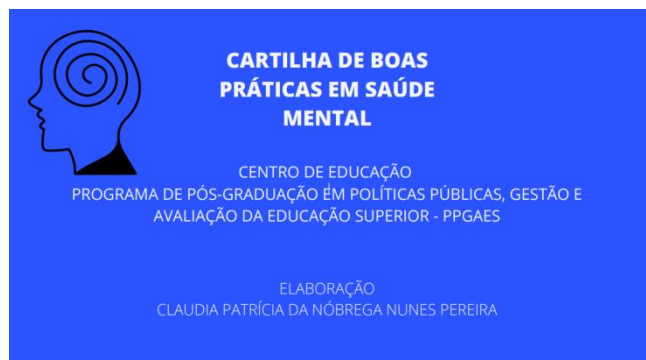
WYATT, Tammy Jordan; OSWALT, Sara B.; OCHOA, Yesenia. Mental Health and Academic Performance of First-Year College Students. **International Journal of Higher Education**, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1146574.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio-ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 27 ago. 2021.

ZORZANELL, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio. **O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970**. Rio de Janeiro: Interface, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL





COMO MANTER A SUA SAÚDE MENTAL

- Pratique ações positivas para contribuir, de maneira essencial, para a manutenção da sua saúde física e mental, pois elas estão conectadas;
- Construa laços de amizade em seu ambiente acadêmico, amigos reforçam sua autoestima e o(a) apoiam em situações conflituosas;
- Promova uma vida produtiva e motivada;
- Pratique resiliência, reforçando cada vez mais sua capacidade de se adaptar as situações difíceis ou estressantes;
- Diminua a realização de atividades estressoras, elas afetam sua saúde;
- Mantenha uma alimentação saudável, promoverá uma saúde física assim contribuindo para sua saúde mental;



- Pratique atividades físicas, elas promovem melhoria da circulação sanguínea, fortalecimento imunológico e bem estar geral;
- Desconectar-se em algum momento do dia, você merece descansar;
- Mantenha uma rotina de sono e repouso;
- Sempre procure ajuda quando necessitar.
- Pratique técnicas de relaxamento e meditação, isso contribuirá para sua saúde;
- Faça atividades que tragam prazer e diversão;






FATORES DE RISCO PARA FRAGILIDADE DA SAÚDE MENTAL

- Fatores genéticos;
- Desequilíbrio emocional;
- Dificuldade de adaptação a fatores ambientais;
- Conflitos;
- Timidez;
- Eventos traumáticos;
- Estresses extremos (situações pessoais, sociais, econômicas e a própria instituição educacional);
- Dificuldade de superação das dificuldades;
- Distanciamento de familiares e amigos.



SAÚDE MENTAL NA UFPB

Existe a necessidade da desconstrução de estereótipos relacionados a sofrimentos mentais, devendo ser considerado um problema real e presente na universidade contemporânea.

Além do apoio do CRAS, o Plano de Assistência em Bem Estar e Saúde é um programa multiprofissional de cuidado em saúde mental, que tem como objetivo dar suporte aos estudantes beneficiados pela moradia universitária e outros programas de assistência, previstos no PNAES, inseridos na estrutura da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), em suas demandas relacionadas aos desafios que a vulnerabilidade da saúde mental proporciona.

Nosso espaço é dedicado a ações voltadas à promoção de saúde mental e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica. Contamos com uma equipe de psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiras, terapias integrativas e complementares, educadores físicos, profissionais envolvidos com artes e música, atendendo demandas relacionadas à saúde mental.

Contatos:
Telefone: 3216-7873
E-mail: crascomunicacao.ufpb@gmail.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitas situações que podem contribuir ou desencadear quadros de sofrimento mental.

O cuidado com a sua saúde começa a partir de você, para que sua vida tenha uma melhor qualidade.

Refleta, valorize sua saúde e olhe para você mesmo! Você está se cuidando?

Observe quais as suas necessidades e não descuide da sua saúde, principalmente da sua saúde mental, para que um estado emocional fragilizado não leve ao desenvolvimento de transtornos mentais. Empodere-se e se cuide, procurando ajuda sempre que houver necessidade!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albert Einstein. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira. Saúde Mental. Disponível em: <https://www.einstein.br/saudemental>. Acesso em: 30 jul 2022.

CID-10. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas, 2019. World Health Organization Geneve. Artmed. Disponível em: <http://clinica.jorgejaber.com.br/novo/wp-content/uploads/2018/05/CID-10.pdf>. Acesso em 18 Jan 2022.

_____. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/>. Acesso em 22 mar 2021.

World Health Organization. Depression and Other Common Mental Disorders. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>. Acesso em: 20 mai 2021.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezado Estudante, no sentido de buscarmos compreender a relação da Saúde Mental e a sua influência no desempenho acadêmico dos estudantes moradores da Residência Universitária, gostaríamos da sua colaboração em responder às perguntas abaixo.

DADOS DO PERFIL DO(A) USUÁRIO (A)

1. DADOS PESSOAIS:

2. Sexo:

() Masculino () Feminino

3. Orientação Sexual:

() Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Transexual () Não binário
() Não informado

4. Cor/Raça:

() Branca () Negra () Parda () Amarela () Indígena () Não informado

5. Idade: _____

6. Estado Civil:

() Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Separado () Outro _____

7. Pessoa com Deficiência:

() Sim. Qual? _____
() Não

8. Têm Filhos?

() Sim.
() Não

9. PROCEDÊNCIA ESCOLAR

- ☐ Todo em escola pública
- ☐ Maior parte em escola pública
- ☐ Todo em escola particular, como bolsista ou escola filantrópica
- ☐ Maior parte em escola particular
- ☐ Todo em escola particular

10. FORMA DE INGRESSO NA UFPB:

- ☐ ENEM
- ☐ SISU
- ☐ Graduado
- ☐ Transferido de outra instituição.

11. ACESSO A UFPB:

- ☐ Ampla concorrência
- ☐ Cotas

12. Se respondeu que seu ingresso na UFPB se deu pelas cotas, por qual tipo de cotas você concorreu? _____

SITUAÇÃO FAMILIAR

13. Com quem você reside/residia na sua cidade de origem:

- ☐ Com meus pais (pelo menos um deles)
- ☐ Somente com irmão(ãos)
- ☐ Com os avós (pelo menos um deles)
- ☐ Companheiro(a)
- ☐ Com outros parentes

14. Cidade/Estado em que reside

15. Residência familiar

☐ Zona Urbana

☐ Zona Rural

SITUAÇÃO ESTUDANTIL

16. Curso de graduação na UFPB

17. Ano de início do curso (somente em números)

18. Você encontra-se no curso desejado?

☐ Sim

☐ Não

19. Qual o principal motivo de escolha do seu curso?

☐ Mercado de trabalho

☐ Prestígio social da profissão

☐ Adequação às aptidões pessoais

☐ Melhorar suas possibilidades salariais

20. Você está satisfeito com o curso escolhido?

☐ Sim

☐ Não

21. Você participa de algum projeto de ensino, de pesquisa ou de extensão?

☐ Sim

☐ Não

Leia as afirmativas a seguir e responda às questões, de acordo com seu grau de ocorrência.

Legenda:

1- Muito frequentemente

2 - Frequentemente

3 - Eventualmente

4 - Raramente

5 - Nunca

22. Você já sofreu algum tipo de discriminação?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

23. Você possui dificuldades de relacionamento com os (as) professores(as)?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

24. Você possui dificuldades de relacionamento com os(as) colegas?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

25. Você já teve desejo de realizar trancamento de matrícula ou de desistir do curso?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

26. Caso já tenha sentido desejo de realizar trancamento da matrícula ou desistir do curso, por qual motivo isso ocorreu?

:

27. Qual a sua motivação para permanecer no curso e conclui-lo?

:

MORADIA UNIVERSITÁRIA

28. Você divide a sua moradia com outro estudante?

Marcar apenas uma oval.

() Sim

() Não

29. Como é sua relação com seu companheiro(a) de moradia?

Marcar apenas uma oval.

() Péssima

() Ruim

() Razoável

() Boa

() Ótima

30. Como é a sua relação como os outros moradores da Residência Universitária?

Marcar apenas uma oval.

- () Péssima
- () Ruim
- () Razoável
- () Boa
- () Ótima

31. Em caso de situações de dificuldades dentro do Campus, você:

Marcar apenas uma oval.

- () Resolve sozinho
- () Recorre a algum(a) amigo(a), colega(a)
- () Procura ajuda institucional (Pró-reitoria, coordenação de curso etc.)
- () Procura ajuda de um(a) professor(a) da UFPB
- () Procura ajuda de um(a) servidor(a) da UFPB
- () Não procura ajuda

SAÚDE FÍSICA E SAÚDE MENTAL (TRATAMENTO PSICOLÓGICO E/OU PSIQUIÁTRICO)

32. Você realiza acompanhamento com algum profissional de saúde? (pode escolher mais de um)

Marque todas que se aplicam.

- () Médico
- () Odontólogo
- () Psicólogo
- () Nutricionista
- () Terapeuta Ocupacional

() Assistente Social Outro

Leia as afirmativas a seguir e responda às questões, de acordo com seu grau de ocorrência.

Legenda:

1 - Muito Frequentemente 2-

Frequentemente

3 - Eventualmente

4 - Raramente

5 - Nunca

33. Você pratica atividade física:

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

34. Você consegue ter boa concentração no que faz?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

35. Você consegue manter sono e repouso preservados?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

36. Existe algum conflito relacionado a sua orientação sexual?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Frequentemente	☐	☐	☐	☐	☐	Nunca

37. Quando você se encontra em alguma dificuldade ou conflito, como você tenta resolver?

Marcar apenas uma oval.

- () Procura ajuda especializada
- () Procura amigos(as)
- () Procura familiares
- () Procura drogas lícitas ou ilícitas
- () Outros

38. Em situações conflituosas, você já fez uso de alguma medicação?

Marcar apenas uma oval.

- () Sim
- () Não

39. Se você realiza ou realizou algum acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, você acha que melhorou ou prejudicou no seu desempenho acadêmico? Por que?

Agradecemos a sua colaboração!

ANEXOS

ANEXO A – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) prezado (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA”, sendo desenvolvida pela pesquisadora Claudia Patrícia da Nóbrega Nunes Pereira, aluna do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Uyguaciara Veloso Castelo Branco. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os transtornos relativos à saúde mental apresentados pelos estudantes universitários, moradores da Residência Universitária atendidos no CRAS e sua relação com a sua trajetória acadêmica nos cursos da UFPB.

Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: caracterizar as queixas e quadros clínicos dos estudantes universitários moradores da Residência Universitária que procuram o serviço de atendimento do CRAS; investigar a trajetória acadêmica dos estudantes universitários moradores da Residência Universitária que procuram o serviço de atendimento do CRAS; identificar as vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade estudantil no âmbito da vida acadêmica universitária; verificar as ações desenvolvidas pelo CRAS para suprir a necessidade de assistência em saúde mental de acordo com a sua missão e propor a implementação de um programa multiprofissional de cuidado em saúde mental, voltado aos estudantes da Residência Universitária que poderia fornecer melhorias para a saúde mental dos estudantes diminuindo o risco de sofrimento e adoecimento mental que se mostra a cada ano letivo mais evidente sua presença entre os estudantes atendidos no Centro de Referência em Atenção à Saúde.

A temática abordada em questão possui bastante pertinência, pois queremos identificar com esse estudo fragilidades que favorecem o problema, demonstrando a importância em desenvolver e aprimorar políticas e serviços de apoio ao bem-estar mental da comunidade acadêmica das universidades. O desenvolvimento deste estudo também é relevante sob o aspecto institucional pois percebemos que há uma lacuna a ser preenchida em relação a elaboração de pesquisas específicas voltadas para UFPB, que abordem acerca da saúde mental dos estudantes e o desenvolvimento de sofrimento/adoecimentos mentais como também a sua influência no desempenho e permanência do alunado na instituição, nos possibilitando refletir sobre se os programas voltados para assistência e permanência dos estudantes na instituição, estão preocupados com a temática da saúde mental nas universidades.

A colaboração para a participação na presente pesquisa é de suma importância, porém será voluntária, não havendo obrigação de vossa parte de colaborar ou fornecer as informações para o cumprimento da aplicação dos questionários semiestruturados e da entrevista individual. A decisão de não participar do estudo ou resolver desistir em qualquer momento não lhe acarretará prejuízo, sendo importante o esclarecimento de que a mesma não oferece riscos relacionados a sua saúde durante sua participação na pesquisa, porém os benefícios obtidos com este trabalho serão muito importantes para o esclarecimento das questões voltadas para o estudo do problema.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicitamos sua autorização para apresentação dos resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicação em revista científica. Por ocasião dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa - PB, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar: Pesquisador Responsável: Endereço: UFPB, Campus I João Pessoa, Centro de Referência e Atenção à Saúde. Fone: (83) 988433049 E-mail: claudia@cras.ufpb.br. Ou para Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB Telefone: (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B - RESPOSTA DA PRG/UFPB A SOLICITAÇÃO DE DADOS

12/01/2022 09:13

Ofício Eletrônico - SIPAC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PRG)**

**OFÍCIO ELETRÔNICO Nº 5/2022 - PRG (11.00.48)
(Identificador: 202309413)**

Nº do Protocolo: 23074.001476/2022-79

João Pessoa-PB, 11 de Janeiro de 2022.

Ilma. Sra.
INGRID SOUZA XAVIER FERREIRA
COORDENADOR - TITULAR

Título: RE.: SOLICITAÇÃO

Assunto: 995 - PEDIDOS, OFERCIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

Sra. Ingrid Souza Xavier Ferreira,

em resposta ao Ofício Eletrônico nº 2/2022 - CRAS, informamos que, em obediência à Lei nº 13.702/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), esta Pró-Reitoria não pode fornecer os dados solicitados. Recomendamos, assim, solicitá-los diretamente aos estudantes.

Atenciosamente,

(Autenticado em 11/01/2022 20:56)
ADRIANA DE ABREU MASCARENHAS
PRO-REITOR(A) - SUBSTITUTO
Matrícula: 1413016

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2022**, documento (espécie): **OFÍCIO ELETRÔNICO**, data de emissão: **11/01/2022** e o código de verificação: **e1dca7fbe2**